

Moisés Corrêa Lopes

**Governança e qualidade de vida em uma comunidade ribeirinha da
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé - AM**

Manaus

2026

Moisés Corrêa Lopes

**Governança e qualidade de vida em uma comunidade ribeirinha da Reserva de
Desenvolvimento Sustentável do Tupé - AM**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Amazonas.

Linha de pesquisa: Política, Planejamento e Gestão em Saúde

Área de Concentração: Saúde Coletiva.

Orientador (a) (es): Prof.^a Dra. Ângela Xavier Monteiro

Coorientador (a) (es): Prof.^a Dra. Socorro de Fátima Moraes Nina

Manaus
2026

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

L864g

Lopes, Moisés Corrêa

Governança e qualidade de vida em uma comunidade ribeirinha da
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé - AM / Moisés
Corrêa Lopes. Manaus : [s.n], 2026.

115 f.: color.; 21.0 cm.

Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva -
PPGSC- Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2026.

Inclui Bibliografia.

Inclui Apêndice.

Inclui Anexo.

Orientador: Monteiro, Ângela Xavier.

Coorientador: Nina, Socorro de Fátima Moraes.

1. Governança. 2. Qualidade de vida. 3. População ribeirinha. 4.
Bem-estar. I. Monteiro, Ângela Xavier (Orient.) II . Nina, Socorro de
Fátima Moraes (Coorient.) III. Universidade do Estado do Amazonas.
IV. Título

CDU(1997)614(043.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde
que citada a fonte.

Moisés Corrêa Lopes

Assinatura

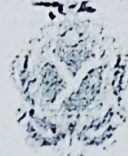
04/09/2026

Data



PPGSC

Programa de
Pós-graduação em
Saúde Coletiva – UEA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ATA DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO

Aos 14 dias do mês de agosto de 2026, às 08h:30min, de forma híbrida, ocorreu a sessão da Defesa de Dissertação do Mestrado, cujo título da dissertação é: "Governança e qualidade de vida em uma comunidade ribeirinha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – AM", apresentada por **Moisés Corrêa Lopes**, sob orientação da Prof.^a Dra. Angela Xavier Monteiro e coorientação da Prof.^a Dra. Socorro de Fátima Moraes Nina. A apresentação do trabalho foi realizada em sessão pública, compreendendo exposição do discente em um tempo de 30 a 40 minutos, seguida de arguição pelos examinadores. Ao término dos trabalhos, em sessão secreta, os examinadores exararam seus pareceres, a seguir discriminados:

Prof.^a Dra. Angela Xavier Monteiro – Orientadora

☒ Aprovado () Necessidade de nova defesa () Reprovado definitivo

Assinatura.....*Angela Xavier Monteiro*.....

Prof.^a Dra. Shirley Maria de Araújo Passos – Membro Titular

☒ Aprovado () Necessidade de nova defesa () Reprovado definitivo

Assinatura.....*Shirley M. de Araújo Passos*.....

Prof. Dr. Fábio Silva de Carvalho – Membro Titular

☒ Aprovado () Necessidade de nova defesa () Reprovado definitivo

Assinatura.....*Fábio Silva de Carvalho*.....

Parecer Final:

☒ Aprovado () Necessidade de nova defesa () Reprovado definitivo

Proclamados os resultados, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu, Prof.^a Dra. Angela Xavier Monteiro, presidente da sessão, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora e remeto à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Amazonas.

Manaus, 14 de agosto de 2026.

DEDICATÓRIA

À minha família, em especial minha esposa Luciana e minha filha Rebeca Eloize, cujo apoio silencioso e constante tornou possível cada etapa desta jornada. A presença de vocês foi, e sempre será, o fundamento sobre o qual construo tudo o que sou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que apoiaram direta ou indiretamente esse trabalho, com destaque para minha orientadora e coorientadora que sempre foram presente em todas as etapas. Aos meus amigos, que sempre demonstraram apoio em cada fase. E para os colegas de turma que compartilharam comigo os mesmos desafios de fazer ciência em saúde coletiva.

Agradeço a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Escola Superior de Ciências da Saúde (ESA) que disponibilizam o Curso de Saúde Coletiva dentro do território da Amazônia para todos que tenham o desejo de embarcar nesse campo.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UEA, sendo de fundamental importância durante todo o processo do projeto de pesquisa.

Preservar a natureza é preservar a si mesmo. Somos parte dela.

Mestre Alelauê (Guerreiros da Amazônia)

RESUMO

LOPES, Moisés Corrêa. **Governança e qualidade de vida em uma comunidade ribeirinha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé - AM.** 2026. 114 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2026.

A governança, enquanto conceito amplo, ganha contornos específicos quando aplicada a contextos comunitários, nos quais assume relevância a participação de múltiplos atores na formulação de políticas e práticas voltadas ao atendimento das demandas locais. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a estrutura de governança da Comunidade Ribeirinha Agrovila Amazonino Mendes, situada em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no município de Manaus, Amazonas, e sua relação com a qualidade de vida dos moradores. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas (CAAE: 89246425.1.0000.5016) e contou com anuência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade e da Associação da Comunidade Agrovila Amazonino Mendes. Adotou-se o Governance Analytical Framework (GAF), proposto por Hufty (2011), como referencial analítico, em um desenho transversal de método misto que articulou componentes qualitativos e quantitativos. Na etapa qualitativa, foram realizadas 13 entrevistas semiestruturadas com atores-chave e uma observação não participante da Assembleia Geral comunitária. Na etapa quantitativa, aplicou-se o instrumento WHOQOL-BREF, da Organização Mundial da Saúde, em levantamento censitário junto a 102 moradores, complementado por um questionário socioeconômico. Os resultados evidenciaram um arranjo comunitário policêntrico assimétrico, no qual a multiplicidade de atores e espaços decisórios coexiste com a concentração funcional da intermediação em torno da presidência da Associação Comunitária. Foram identificados três padrões estruturantes desse arranjo: a mediação assimétrica exercida pela presidência, como elo único entre a comunidade e os atores externos; o esvaziamento funcional da Assembleia Geral, parcialmente compensado por espaços informais emergentes, como o grupo de WhatsApp e a casa da presidente; e uma resiliência psicossocial que sustenta os domínios de bem-estar menos dependentes de serviços públicos e de condições materiais. Quanto aos escores do WHOQOL-BREF, o domínio Meio Ambiente apresentou o pior resultado (59,41), associado às restrições normativas impostas às atividades produtivas dos moradores, enquanto os domínios Psicológico (71,77) e Relações Sociais (71,16) registraram os escores mais elevados, sustentados por redes de reciprocidade cotidiana e por uma identidade ribeirinha territorialmente enraizada, que operam de modo relativamente independente dos processos formais de governança. O arranjo de governança identificado, embora funcionalmente operante, apresenta fragilidade estrutural decorrente da dependência de um único ator estratégico, e que as restrições normativas da unidade de conservação, quando não acompanhadas de uma oferta correspondente de alternativas de desenvolvimento sustentável, constituem determinante-chave com efeitos mensuráveis sobre o bem-estar dos moradores ribeirinhos.

Palavras-chave: Governança; Qualidade de vida; População ribeirinha.

ABSTRACT

LOPES, Moisés Corrêa. **Governance and quality of life in a riverside community of the Tupé Sustainable Development Reserve - Amazonas, Brazil.** 2026. 114 f.

Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2026.

Governance, as a broad concept, acquires specific contours when applied to community contexts, in which the participation of multiple actors becomes relevant to the formulation of policies and practices aimed at meeting local demands. This research aimed to analyze the governance structure of the Agrovila Amazonino Mendes Riverine Community, located in a Sustainable Development Reserve in the municipality of Manaus, Amazonas, and its relationship with residents' quality of life. The study was approved by the Research Ethics Committee of the University of the State of Amazonas (CAAE: 89246425.1.0000.5016) and received consent from the Municipal Secretariat of Environment and Sustainability and the Agrovila Amazonino Mendes Community Association. The Governance Analytical Framework (GAF), proposed by Hufty (2011), was adopted as the analytical framework, within a cross-sectional mixed-methods design that articulated qualitative and quantitative components. In the qualitative stage, 13 semi-structured interviews were conducted with key actors, along with a non-participant observation of the community's General Assembly. In the quantitative stage, the WHOQOL-BREF instrument, developed by the World Health Organization, was applied in a census survey of 102 residents, complemented by a socioeconomic questionnaire. The results revealed an asymmetric polycentric community arrangement, in which the multiplicity of actors and decision-making spaces coexists with the functional concentration of intermediation around the presidency of the Community Association. Three structuring patterns of this arrangement were identified: asymmetric mediation exercised by the presidency, as the sole link between the community and external actors; the functional emptying of the General Assembly, partially compensated by emerging informal spaces, such as the WhatsApp group and the president's home; and a psychosocial resilience that sustains the well-being domains least dependent on public services and material conditions. Regarding the WHOQOL-BREF scores, the Environment domain presented the worst result (59.41), associated with the normative restrictions imposed on residents' productive activities, while the Psychological (71.77) and Social Relationships (71.16) domains recorded the highest scores, sustained by everyday reciprocity networks and a territorially rooted riverine identity, which operate relatively independently of formal governance processes. The governance arrangement identified, although functionally operant, presents structural fragility resulting from dependence on a single strategic actor, and the normative restrictions of the conservation unit, when not accompanied by a corresponding offer of sustainable development alternatives, constitute a key determinant with measurable effects on the well-being of riverine residents.

Keywords: Governance; Quality of life; Riverside population.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa de localização da RDS Tupé.....	30
Figura 2 -	Comunidade Agrovila Amazonino Mendes.....	31
Figura 3 -	Expedição na Comunidade Agrovila, Manaus, 2025.....	37
Figura 4 -	Mapa dos endereços visitados segundo classificação por resultado da visita domiciliar, Comunidade Agrovila, Manaus, 2025.....	38
Figura 5 -	Pirâmide etária por sexo, Comunidade Agrovila, Manaus, 2025.	42
Figura 6 -	Facetas de qualidade de vida, comunidade agrovila, 2025.....	47
Figura 7 -	Representação dos atores da governança comunitária e suas relações, Agrovila.	51
Figura 8 -	Distribuição de água, projeto água boa.....	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Grupos e temas de questões do questionário socioeconômico.	34
Quadro 2 -	Dimensões e facetas avaliadas pelo WHOQOL-BREF.	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Classificação dos endereços visitados na Agrovila, Manaus, 2025.....	38
Tabela 2 -	Perfil sociodemográfico, condição do domicílio, tempo de residência, distribuição de renda e benefícios dos domicílios, Comunidade Agrovila, Manaus, 2025	40
Tabela 3 -	Características habitacionais, de infraestrutura e materiais predominantes dos domicílios da Comunidade Agrovila, Manaus, 2025.....	41
Tabela 4 -	Condição de não saber ler ou escrever e último nível de ensino cursado ou cursando dos moradores com 4 anos ou mais, por idade e sexo, comunidade Agrovila, Manaus, 2025.....	43
Tabela 5 -	Doenças crônicas e consumo de medicação pelos residentes da comunidade Agrovila, Manaus, 2025 (n = 186).....	44
Tabela 6 -	Acesso aos serviços de saúde pelos residentes da comunidade Agrovila, Manaus, 2025.....	44
Tabela 7 -	Escore da qualidade de vida por domínios e totais (n=102), Comunidade Agrovila, 2025.	46
Tabela 8 -	Comparação dos escores dos domínios de qualidade de vida segundo características sociodemográficas e de saúde dos moradores da comunidade Agrovila, 2025.	48
Tabela 9 -	Comparação dos escores dos domínios do WHOQOL-BREF segundo o último nível de ensino cursado ou em curso. Teste de Kruskal-Wallis, comunidade Agrovila, 2025.	49
Tabela 10 -	Correlação de Spearman entre variáveis sociodemográficas e os domínios do WHOQOL-BREF, comunidade Agrovila, 2025.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM	Amazonas
BPC-LOAS	Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social
CEP	Comite de Ética em Pesquisa
CDRU	Contratos de Concessão de Direito Real de Uso
DP	Desvio-Padrão
GAF	Governance Analytical Framework
GL	Graus de Liberdade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Intervalo de Confiança
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IDH	índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPQV	Índice de Perda de Qualidade de Vida
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SEMMAS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SPA	Serviço de Pronto Atendimento
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde
UC	Unidade de Conservação
UEA	Universidade do Estado do Amazonas

UFAM	Universidade Federal do Amazonas
WHOQOL-BREF	World Health Organization Quality of Life – Brief
WHOQOL-100	World Health Organization Quality of Life – 100

LISTA DE SÍMBOLOS

%	Porcentagem
χ^2	Qui-quadrado
ε^2	Épsilon ao quadrado
μ	Mu
ρ	Rho
H_a	Hipótese alternativa
n	Número de observações ou tamanho da amostra
p	P-valor
r	Tamanho do efeito (coeficiente r de correlação)
U	Estatística do teste de Mann-Whitney U
W	Estatística do teste de Shapiro-Wilk
<	Menor que
>	Maior que
$\neq$	Diferente
=	Igualdade
©	Símbolo de direitos autorais

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	OBJETIVOS	18
1.1	Objetivo geral	18
1.2	Objetivos Específicos.....	18
2	REVISÃO DE LITERATURA	19
2.1	Governança Comunitária: Conceitos	19
2.1.1	Da governança a governança Comunitária.....	19
2.1.2	Teoria do Capital Social e a Governança Comunitária	21
2.1.3	Modelo de análise <i>Governance Analytical Framework</i> (GAF) de Hufty	21
2.2	Políticas públicas e governança em áreas de conservação.....	23
2.3	Saúde e qualidade de vida em comunidades ribeirinhas	25
3	METODOLOGIA	29
3.1	Característica da pesquisa.....	29
3.2	Aspectos éticos.	29
3.3	Local da pesquisa.....	29
3.4	Amostragem e critérios de inclusão e exclusão.....	32
3.5	Coleta de dados.....	33
3.6	Análise de dados	35
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
4.1	Resultados quantitativos.....	37
4.1.1	Perfil domiciliar da comunidade Agrovila: Território, endereços e cobertura da coleta	37
4.1.2	Condições de vida e saúde dos moradores da Agrovila	39

4.1.3	Qualidade de vida percebida: escores do WHOQOL-BREF e fatores socioeconômicos associados	45
4.2	Resultados e análise qualitativa	50
4.2.1	Os Atores da governança comunitária.....	50
4.2.1.1	Núcleo central: Atores e atrizes.....	51
4.2.1.2	Conexões com lideranças formais e informais: atores intermediários	55
4.2.1.3	Atores externos: Entre a parceria e o conflito	57
4.2.2	Os espaços de decisão (pontos nodais).....	61
4.2.2.1	A sede comunitária e a Assembleia Geral.....	61
4.2.2.2	O Grupo de WhatsApp como espaço de decisão digital e outros locus	63
4.3	Governança como variável intermediária da qualidade de vida: articulação conceitual e triangulação	66
4.3.1	Atores estratégicos, pontos nodais e o domínio físico da qualidade de vida	67
4.3.2	Fragmentação dos espaços de decisão e o domínio psicológico da qualidade de vida	71
4.3.3	Dinâmica dos pontos nodais e o domínio de relações sociais da qualidade de vida..	72
4.3.4	Normas formais, restrições ambientais e o domínio de meio ambiente da qualidade de vida	75
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
	REFERÊNCIAS	81
	APÊNDICE A – Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE):	
	Membros do conselho gestor e representantes da comunidade	87
	APÊNDICE B – Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE):	
	qualidade de vida.....	94
	APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada	101

_____ APÊNDICE D – Roteiro para observação de campo nas reuniões do conselho	
local.....	102
_____ APÊNDICE E – Condição socioeconômica familiar	103
_____ ANEXO A – Termo de compromisso e autorização para a realização de	
pesquisa / SEMMAS.....	106
_____ ANEXO B – Anuência associação comunitária	109
_____ ANEXO C – Parecer consubstanciado do CEP	110
_____ ANEXO D – Questionário WHOQOL - BREF	112

INTRODUÇÃO

A governança tornou-se um conceito amplamente debatido nas últimas décadas, especialmente no contexto de mudanças estruturais na administração pública e nas relações entre governos, setor privado e sociedade civil (Bevir, 2012; Rhodes, 1996). Em termos teóricos, a governança refere-se ao processo de governar, abrangendo não apenas as ações dos governos em relação aos seus cidadãos, mas também as práticas de corporações, instituições e organizações com seus membros. Esse processo não necessita ser conduzido por um conjunto hierarquicamente organizado de atores, uma vez que mercados e redes também podem produzir coordenação e tomar decisões. Assim, a governança foca nos processos de governo, independentemente do contexto em que ocorram (Bevir, 2012).

A governança comunitária, conforme discutido por autores como Xiang *et al.* (2023) e Hu (2024), enfatiza a importância da participação ativa de diversos atores sociais na formulação de políticas e práticas que atendam às demandas locais. Pretty (2003) e Wang e Li (2023) destacam os princípios de capital social como elementos-chave nesse tipo de governança, reforçando que as comunidades, ao longo do tempo, desenvolvem sistemas próprios de organização, moldados por suas necessidades, valores e conhecimentos tradicionais (Brown, 2020). Um exemplo ilustrativo dessa dinâmica é a comunidade tradicional de Tomé-Açu, no Estado do Pará, que demonstra como práticas culturais e o contexto histórico influenciam fortemente a organização social e a governança local (Futemma; De Castro; Brondizio, 2020).

Esse cenário adquire contornos ainda mais complexos e relevantes quando situado na Amazônia brasileira, território marcado por profundas diversidades e iniquidades. Nesse contexto, a saúde coletiva, enquanto campo de conhecimento interdisciplinar, oferece um arcabouço teórico e metodológico capaz de investigar os fatores que influenciam a saúde e o bem-estar de populações em territórios de múltiplos contextos (Minayo; Hartz; Buss, 2000). As comunidades ribeirinhas, em particular, são frequentemente invisibilizadas nas políticas públicas, enfrentando limitações no acesso a serviços essenciais e desafios para preservar seus modos de vida (Mariosa; Camilo, 2018). Compreender os mecanismos de autogestão nessas comunidades contribui não apenas para ampliar o conhecimento sobre governança, mas também para fortalecer a capacidade das comunidades de exercer influência sobre os domínios que interferem em sua qualidade de vida (Hufty, 2011; Ostrom, 2009).

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) oferecem um contexto ideal para entender como funciona a governança em comunidades tradicionais. Nessas áreas, a governança torna-se essencial para equilibrar dois objetivos fundamentais: proteger os recursos naturais e atender às necessidades socioeconômicas das populações locais. As RDS representam, portanto, um modelo estratégico para explorar como os princípios da governança comunitária podem conciliar conservação ambiental e desenvolvimento sustentável (Queiroz, 2005; WWF-Brasil, 2007).

A escolha de uma comunidade tradicional dentro de RDS próxima a um grande centro urbano equilibrou características culturais e organizacionais de uma comunidade ribeirinha com a acessibilidade necessária para a coleta de dados, configurando um cenário favorável à realização da pesquisa.

A governança afeta diferentes aspectos da vida dos grupos e das pessoas, encontrando na qualidade de vida um ponto de convergência significativo. Enquanto conceito amplo e multifacetado, a qualidade de vida permite explorar como fatores sociais, econômicos e ambientais influenciam o bem-estar das comunidades ribeirinhas. Na esfera da saúde, partindo de um ponto de vista abrangente, esse conceito fundamenta-se na compreensão integral das necessidades humanas, incluindo aspectos materiais e espirituais, tendo a promoção da saúde como seu objetivo central (Minayo; Hartz; Buss, 2000). Nas comunidades tradicionais, a qualidade de vida está intrinsecamente ligada às formas de organização social e aos modos de vida específicos de seus moradores.

Diante desse panorama, este estudo busca responder à seguinte questão: Como a governança comunitária, com seus atores e espaços de decisão, se inter-relacionam com a qualidade de vida dos ribeirinhos? A resposta a essa questão não apenas contribuirá para o avanço teórico no campo da saúde coletiva e da governança comunitária, mas também poderá promover o autoreconhecimento da comunidade sobre sua própria estrutura de organização, além de oferecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e eficazes no contexto das Unidades de Conservação (UC) amazônicas.

1 OBJETIVOS

1.1 Objetivo geral

Analisar a governança e a inter-relação com qualidade de vida de moradores da comunidade ribeirinha Agrovila Amazonino Mendes da RDS do Tupé, Manaus/AM.

1.2 Objetivos Específicos

- a) Mensurar as condições socioeconômicas e os domínios da qualidade de vida dos residentes da comunidade;
- b) Conhecer os atores e os espaços de decisão na governança na comunidade ribeirinha;
- c) Compreender a relação dos atores e espaços de decisão com os domínios da qualidade de vida.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Governança Comunitária: Conceitos

2.1.1 Da governança a governança Comunitária

A noção de governança expandiu-se além das estruturas estatais tradicionais, incorporando atores privados, organizações da sociedade civil e redes autônomas. Como explica Bevir (2012), essa transição reflete mudanças teóricas e práticas em resposta a um mundo mais interconectado e complexo. Rhodes (1996) complementa ao definir governança como "redes inter-organizacionais autônomas", que transcendem hierarquias governamentais e integram múltiplos atores.

A governança comunitária é a aplicação prática dessas redes multisetoriais em escala local. Para Xiang *et al.* (2023), ela prioriza o bem-estar coletivo e a qualidade de vida, enquanto Hu (2024) a descreve como um modelo participativo que busca eficiência por meio da colaboração entre atores sociais. Essas definições alinham-se aos estudos de Eufemia *et al.* (2023) e McGinnis e Ostrom (2014) que enfatizam a criação de regras e instituições locais para gerir recursos e resolver conflitos socioecológicos.

A obra de Ostrom (1990), *Governing the Commons*, oferece um marco teórico crucial. Seus oito princípios para gestão de recursos comuns, como limites claros, regras adaptativas e participação equitativa, destacam a capacidade das comunidades de se auto-organizarem. Esses princípios foram ampliados por autores como Cesar, Luna e Perkins (2020) que estendem o conceito de "comuns" para incluir desafios contemporâneos, como saúde pública e sustentabilidade econômica, relevantes para comunidades ribeirinhas amazônicas.

A governança comunitária não se restringe à gestão de recursos naturais. McGinnis e Ostrom (2014) ressaltam seu papel na construção de identidade coletiva e coesão social. No entanto, como alertam Mansuri e Rao (2004), a adaptação às especificidades culturais é indispensável. Assim sendo, as políticas públicas devem valorizar saberes tradicionais e envolver os moradores no desenho das soluções. Quintino, Franco e Pereira (2024) apresentam um cenário onde parcerias com ONGs só foram eficazes quando respeitaram a autonomia local.

Quintino, Franco e Pereira (2024), apresentam três dimensões centrais da governança: participação, transparência e eficácia.

A participação é o alicerce da governança comunitária. Como destacam Fudemma, Castro e Brondizio (2020) e Brondizio *et al.* (2021) a inclusão de moradores, lideranças e parceiros em espaços decisórios nas assembleias ou conselhos fortalecem a legitimidade das ações e reduz conflitos. Quintino, Franco e Pereira (2024) observaram que a falta de envolvimento de certos grupos nas decisões gera desigualdades e desconfiança.

A transparência envolve tornar públicas as regras do jogo, sendo as normas, os recursos e os resultados das ações coletivas. No estudo de Quintino, Franco e Pereira (2024), a ausência de registros detalhados sobre o uso de recursos levou a questionamentos sobre a distribuição de benefícios. Esse cenário é comum em comunidades tradicionais, onde a informalidade dos processos pode ocultar desigualdades.

A eficácia mede se as decisões coletivas produzem algum benefício visível para a comunidade, como melhoria na renda, conservação ambiental ou acesso a serviços. Para Ostrom (2009) e Fudemma, Castro e Brondizio (2020), a governança eficaz depende de regras adaptativas, que possam ser ajustadas conforme as necessidades locais. Quintino, Franco e Pereira (2024), identificaram que parcerias com ONGs ampliaram a comercialização da castanha, mas a dependência excessiva desses atores externos ameaçou a autonomia comunitária.

Nas comunidades rurais, a governança pode enfrentar obstáculos comuns, como a fragilidade institucional, onde a falta de recursos técnicos e financeiros limita a implementação de projetos (Bevir, 2012); conflitos de poder, onde as desigualdades internas podem marginalizar grupos, como mulheres e jovens (Mansuri; Rao, 2004); e pressões externas, como as atividades predatórias que exigem respostas coletivas e apoio legal (Carrero *et al.*, 2020). Como apresentado por Quintino; Franco; Pereira (2024) o desafio está em equilibrar apoio externo com empoderamento local, garantindo que a governança seja além de uma ferramenta de gestão.

A governança comunitária oferece caminhos para a resiliência ao integrar tradição e inovação, como é esperado nas comunidades ribeirinhas, que a eficácia depende do equilíbrio entre saberes antigos e práticas institucionais modernas. Assembleias participativas (Ostrom, 1990), tecnologias acessíveis (Peng *et al.*, 2023) e redes de cooperação com órgãos públicos, quando equilibradas (Rhodes, 1996), fortalecem a transparência, garantem acesso a políticas sem comprometer a autonomia e promovem adaptação contínua. Como destacam Quintino,

Franco e Pereira (2024) e Ostrom (1990), a combinação de participação ampla, regras claras e flexibilidade institucional não só preserva recursos, mas eleva a qualidade de vida.

2.1.2 Teoria do Capital Social e a Governança Comunitária

A teoria do capital social na governança comunitária se refere à importância dos vínculos e normas sociais para a gestão de recursos a longo prazo, levando à confiança nas atividades coletivas (Pretty, 2003)

O capital social, ligado a posse de uma rede durável de relações de reconhecimento mútuo, que inclui confiança, cooperação e redes sociais, é essencial para uma governança comunitária eficaz, uma vez que facilita a participação pública e a democratização social (Aldrich; Meyer, 2015; Dale; Newman, 2010; Wang; Li, 2023). Embora o capital social possa promover a participação, ele também pode favorecer elites, não garantindo uma participação equitativa de todos os membros da comunidade (Singh; Moody, 2022).

Na governança comunitária tradicional a literatura apresenta como recorrente o capital comunitário (social) como um dos temas centrais, concentrando também temas como a proteção e gestão dos recursos florestais comunitários, gestão de energia comunitária e outros campos (Bin-Qiang *et al.*, 2024).

As redes sociais podem ajudar na troca de informações dentro das comunidades, mas nem sempre garantem participação ativa na gestão local (Singh; Moody, 2022).

Pesquisas realizadas no Brasil, como a de Pereira *et al.* (2019), ressaltam a incorporação do conceito de capital social na criação e execução de políticas públicas de desenvolvimento rural. Ao considerar os atores sociais como agentes dessas políticas, essas pesquisas incentivam processos internos que fortalecem a gestão social, impulsionam a sociedade e a economia, e elevam a qualidade de vida das comunidades rurais.

2.1.3 Modelo de análise *Governance Analytical Framework* (GAF) de Hufty

A articulação entre os aspectos teóricos da governança comunitária e sistemas complexos, Como as Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis (RDS), demanda modelos

analíticos capazes de capturar a complexidade das interações sociais, políticas e ambientais a elas inerentes. Diante desse desafio metodológico, Hufty, Báscolo e Bazzani (2006) propõem um modelo inicialmente direcionado a pesquisas em sistemas e serviços de saúde que utiliza o conceito de governança enquanto método de análise: o *Governance Analytical Framework* (GAF).

Este modelo, desenvolvido a partir de uma abordagem teórica e metodológica interdisciplinar, visa analisar os processos de governança em diferentes contextos, capturando a complexidade das relações de poder e decisão. Sua versatilidade permite aplicações diversas, como demonstrado por Eufemia *et al.* (2019), que utilizaram uma abordagem qualitativa para identificar problemas e normas sociais no Pantanal do Paraguai.

A relevância do GAF para análise nesse contexto, se dá pela estruturação do modelo em cinco ferramentas analíticas intrinsecamente conectadas: atores, normas sociais, espaços de decisão (pontos nodais), problemas e processos. Essa abordagem segmentada permite aprofundar o estudo da governança em dimensões específicas, mantendo uma visão integrada. Os elementos do modelo são interdependentes e formam a base para compreender como as decisões são tomadas e implementadas em diferentes sistemas de governança (Hufty, 2011). Para o presente estudo, o foco de análise recairá especificamente sobre os atores e os espaços de decisões.

Segundo o GAF, os atores são definidos como indivíduos, grupos ou organizações que desempenham papéis distintos nos processos de governança, influenciando a tomada de decisão e a implementação de políticas. Como explicam (Hufty; Báscolo; Bazzani, 2006, p. 39):

Os atores são indivíduos ou grupos. Sua ação coletiva (acordos ou decisões) leva à formulação de normas (ou regras do jogo, ou decisões) que orientam o comportamento dos atores e são modificadas pela ação coletiva. A ação coletiva resulta da interação/transação entre os atores, sejam eles conflituosos ou cooperativos, dos acordos ou decisões que são tomadas e de sua aplicação. (Hufty; Báscolo; Bazzani, 2006, p. 39)

Os atores podem se manifestar tanto em estruturas formais, como instituições públicas, quanto em arranjos informais, como pessoas de influência ou grupos sociais.

As interações entre atores sociais são fundamentalmente mediadas pelo capital social, caracterizado por elementos como confiança, reciprocidade e redes sociais (Pretty, 2003). Essas redes desempenham papel crucial na construção de sistemas de governança efetivos, aumentando a capacidade de autogestão das comunidades (Wang; Li, 2023). Entretanto, é importante considerar os potenciais riscos associados a este constructo: o capital social pode, em determinadas circunstâncias, favorecer elites locais e marginalizar grupos vulneráveis,

comprometendo os princípios de uma governança verdadeiramente inclusiva, conforme aponta estudo recente (Singh; Moody, 2022).

Na dinâmica da governança, os atores interagem constantemente por diferentes meios físicos e virtuais. No GAF, esses locais são denominados Espaços de decisão ou Pontos Nodais, representando pontos de convergência onde diversos problemas, atores e processos se encontram, permitindo a tomada de decisões, conclusão de acordos e criação de normas sociais. Constituem, portanto, um ponto de partida privilegiado para a observação e análise dos processos de governança (Hufty, 2011).

Ao articular atores e espaços de decisão é possível observar como as estruturas locais de poder e cooperação se relacionam com os domínios de qualidade de vida.

2.2 Políticas públicas e governança em áreas de conservação

A evolução da legislação ambiental brasileira teve seu ápice com a promulgação da Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Essa lei regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal, que trata da proteção do meio ambiente.

A lei estabelece o SNUC, um sistema que engloba unidades federais, estaduais e municipais, com o objetivo de proteger a diversidade biológica e os recursos naturais do país. A lei define as diferentes categorias de unidades, e suas respectivas funções, estabelecendo diretrizes para sua criação, gestão e manejo (Brasil, 2000).

A Lei 9.985/2000 em seu artigo 2º I, defini unidade de conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000).

O SNUC organiza as Unidades de Conservação (UC) em dois grupos principais: Proteção Integral e Uso Sustentável. Conforme estabelecido pela Lei 9.985/2000, as Unidades de Proteção Integral visam a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, enquanto as Unidades de Uso Sustentável objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (Brasil, 2000).

Dentro do rol das unidades de Uso Sustentável está elencada as RDS. Tendo por conceito: abriga populações tradicionais que vivem em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, com o objetivo de preservar a natureza e assegurar a melhoria de vida dessas populações (Brasil, 2000).

Aliada a política nacional de UC, em específico as de uso sustentável, o Decreto nº 6.040/2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), um instrumento que fortalece aspectos sobre a integração entre o território e as comunidades, essa política pode ser encarada com uma ferramenta de articulação para a promoção de direitos sociais e econômicos em comunidades ribeirinhas e outras populações tradicionais. Seu objetivo central é assegurar o respeito e a valorização de práticas culturais, além de garantir o acesso aos recursos naturais de forma sustentável. Por meio de estratégias participativas, essa política busca integrar os povos tradicionais às dinâmicas de governança do território, alinhando seus interesses às diretrizes de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável (Brasil, 2007).

Políticas públicas não apenas garantem a permanência das populações tradicionais em seus territórios, mas também reforçam o papel das comunidades como protagonistas na gestão de recursos naturais. Tais iniciativas, quando articuladas de forma eficiente, têm o potencial de alavancar os objetivos de conservação ambiental, inclusão social e desenvolvimento econômico sustentável.

As RDS surgiram como um modelo inovador de UCs no Brasil, buscando conciliar a conservação da biodiversidade com a presença humana e o desenvolvimento sustentável. O primeiro exemplo desse modelo foi a RDS Mamirauá, no Amazonas, criada inicialmente como uma Estação Ecológica, mas posteriormente transformada em RDS para permitir a permanência da população local e sua participação na gestão da área (WWF-Brasil, 2007; Zanatto; Rosa, 2020).

As RDS se diferenciam de outras categorias de UCs, por permitirem a presença de moradores em seu interior e por abrangerem atividades econômicas mais diversificadas, que não se restringem ao extrativismo. Essas atividades devem, no entanto, ser sustentáveis e desenvolvidas de forma a garantir a conservação da biodiversidade (WWF-Brasil, 2007).

O modelo das RDS representa um importante instrumento para a conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais na Amazônia (Queiroz, 2005) e em outras regiões do Brasil, mesmo havendo inúmeros desafios a serem enfrentados, como por exemplo a falta de recursos financeiros para implementação e gestão das RDS; os conflitos fundiários; a pressão antrópica, principalmente de RDS próximas

a mancha urbana; persistências de desigualdades sociais; a coordenação e articulação interinstitucional (Miguez; Souza; Pinheiro, 2024; WWF-Brasil, 2007). O trecho a seguir caracteriza bem essa preposição:

O Modelo RDS produziu em Mamirauá um conjunto de resultados bastante animadores em seus quase quinze anos de existência, tanto do ponto de vista da conservação da biodiversidade local, quanto do desenvolvimento da qualidade de vida da população tradicional que habita a RDSM (Queiroz, 2005, p. 197).

O modelo de governança adotado nas UC é o de uma governança territorial compartilhada, que embora possa sugerir um “caminho interativo”, denota “muitas controvérsias” devido à indefinição de responsabilidades entre os atores envolvidos. Contudo, no setor saúde, parece haver consenso que a responsabilidade não passa pela gestão das UC’s, e sim pertencendo ao ente municipal (Miguez; Souza; Pinheiro, 2024).

2.3 Saúde e qualidade de vida em comunidades ribeirinhas

Na Avaliação trazida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Agenda 2030, refletem o compromisso global com a construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis. O ODS 3 traz como título: “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades”. Em um contexto global, o ODS 3 tornou-se fundamental ao permitir “direcionar políticas e ações voltadas para a equidade nos sistemas de saúde, implementação de medidas preventivas eficazes, garantia de acesso universal a serviços de qualidade e promoção de estilos de vida saudáveis.” (IPEA, 2024, p. 5).

Mas o que seria essa qualidade de vida? Muitos textos discutem essa temática, e sempre reforçando palavras como: “imprecisões” teórico/metodológicas e multidimensionalidade (Chaves; Dacilien; Campinas, 2021; Chaves *et al.*, 2020; Minayo; Hartz; Buss, 2000; Pereira; Teixeira; Santos, 2012).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua qualidade de vida como a percepção que o indivíduo tem de sua posição na vida, considerando o contexto cultural e os sistemas de valores nos quais está inserido, além de seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (WHO, 2026). Não obstante, é necessário trazer à tona o contexto de predominância da saúde,

onde é imprescindível incluir as discussões sobre os Determinantes Sociais da Saúde (Buss *et al.*, 2020; Carrapato; Correia; Garcia, 2017).

Quando articulamos saúde e qualidade de vida, surge a promoção da saúde como campo conceitual e de práticas (Buss *et al.*, 2020).

As desigualdades estruturais evidenciadas pela distribuição desigual dos determinantes sociais da saúde no Brasil, como exemplo, a mortalidade materna, desproporcionalmente maior entre mulheres negras e indígenas, reflete as disparidades raciais e regionais no acesso a serviços de saúde (IPEA, 2024), trazendo uma percepção subjetivamente negativa de qualidade de vida para determinados públicos. Assim sendo, temos que considerar essas desigualdades nas análises das condições de saúde das populações.

A qualidade de vida envolve tanto dimensões objetivas, como condições materiais de existência, quanto subjetivas, como a percepção individual de bem-estar (Minayo; Hartz; Buss, 2000). Não obstante, Chaves *et al.* (2020) reforçam o conceito incluindo uma diversidade de elementos que permeiam o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões. Para os autores, alcançar a qualidade de vida requer a interação de diversos atos, sentimentos e relacionamentos que envolvem domínios intelectuais, práticos, lúdicos, criativos, socioculturais, políticos e econômicos, refletindo sua complexidade e amplitude.

Por conseguinte, Chaves, Dacilien e Campinas (2021), apresentam uma perspectiva mais pragmática. Como pode-se observar no trecho:

[...] a qualidade de vida deve ser abordada a partir de uma perspectiva crítica, que vislumbra a totalidade da realidade, no caso, considerando as múltiplas categorias. Nesta direção, entende-se que os principais fatores que incidem sobre a qualidade de vida dos indivíduos de uma sociedade são as condições do ambiente de atendimento das carências do ser humano (aspectos subjetivos) e da satisfação das necessidades materiais para reprodução social e física (Chaves; Dacilien; Campinas, 2021, p. 11).

Aspectos socioterritoriais e culturais impacta diretamente na dimensão saúde das comunidades ribeirinhas (Mariosa; Camilo, 2018). Na relação complexa dessas comunidades com o território amazônico, podem utilizar de saberes e valores locais para construir soluções que impactam diretamente na qualidade de vida, tanto na perspectiva objetiva quando subjetiva (Chaves; Dacilien; Campinas, 2021). Interações entre práticas tradicionais de organização social, o acesso limitado a políticas públicas e os desafios ambientais colocam em evidência a governança comunitária para melhorar os indicadores de qualidade de vida.

Chegando até aqui, seria possível medir qualidade de vida? Como medi-la? muitos trabalhos discutem quais as melhores formas de medir a qualidade de vida percebida pelas populações.

A mensuração da qualidade de vida tornasse um processo essencial para avaliar as condições de bem-estar das populações e subsidiar estratégias de intervenção voltadas à promoção da saúde e à equidade social (Buss *et al.*, 2020; Minayo; Hartz; Buss, 2000). Diferentes instrumentos foram desenvolvidos para abordar esse constructo, cada um com enfoques, vantagens e limitações específicos. Entre os mais conhecidos estão o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e *World Health Organization Quality of Life* (WHOQOL), há também o Índice de Perda de Qualidade de Vida (IPQV), o qual o relataremos brevemente pela sua especificidade e importância.

O IDH é uma medida composta que considera três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável (expectativa de vida ao nascer), conhecimento (anos de estudo) e um padrão de vida digno (renda per capita), tendo sofrido uma adaptação ao contexto brasileiro para o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) com o objetivo de analisar a realidade socioeconômica dos municípios. Essa metodologia apresenta vantagens significativas, como a comparabilidade entre diferentes municípios, auxiliando na identificação de desigualdades, e uma abordagem multidimensional que oferece uma visão mais completa do desenvolvimento humano além de fatores econômicos, incentivando a conscientização pública e ações para melhorar as condições de vida. No entanto, o IDH-M também possui limitações importantes, incluindo a simplificação da complexidade do desenvolvimento humano, que não abarca todos os aspectos relevantes, a potencial falta de atualização frequente, a ausência de dimensões cruciais como segurança e meio ambiente, e o risco de mascarar desafios subjacentes através de sua simplificação metodológica (CODEVASF, 2024; PNUD, 2023).

O IPQV, criado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base na Pesquisa dos Orçamentos Familiares (POF), é um indicador multidimensional que mensura as privações experimentadas pelas pessoas em seis dimensões fundamentais: moradia, serviços de utilidade pública, saúde e alimentação, educação, acesso aos serviços financeiros e padrão de vida, e transporte e lazer. Mediante atribuição de valores binários (0 ou 1) a cada indicador e ponderação equitativa das dimensões, o IPQV proporciona uma análise abrangente das condições de vida, permitindo comparações geográficas e sociais, identificação de desigualdades e orientação de políticas públicas. Embora apresente vantagens significativas como visão multidimensional e capacidade de decomposição analítica, o índice também possui limitações, incluindo subjetividade na seleção de indicadores, complexidade na coleta de dados e simplificação da complexa realidade socioeconômica, razão pela qual deve ser utilizado

complementarmente a outros instrumentos de análise para uma compreensão mais precisa e contextualizada da qualidade de vida (IBGE, 2023a).

O WHOQOL é um instrumento para avaliar a qualidade de vida de forma abrangente e multidimensional, fugindo de uma simples mensuração de sintomas ou doenças. Composto por duas versões principais: WHOQOL-100, com 100 questões, abrangendo 24 facetas específicas em seis domínios (Físico, Psicológico, Nível de Independência, Relações Sociais, Meio Ambiente e Espiritualidade), e o WHOQOL-BREF, uma versão abreviada com 26 itens, com 4 domínios (Físico, Psicológico, Relações Sociais e Meio Ambiente). Destacando-se por sua abordagem transcultural, disponibilidade em mais de 30 idiomas e capacidade de capturar a percepção individual sobre a vida no contexto cultural e pessoal. Suas principais vantagens incluem a robustez psicométrica, a sensibilidade a mudanças ao longo do tempo e a versatilidade de aplicação, embora apresente limitações como a extensão da versão completa, a subjetividade das respostas dos informantes e a necessidade potencial de adaptações para contextos culturais específicos, razão pela qual deve ser utilizado com critério e complementado por outras análises (Fleck *et al.*, 2000; WHO, 1998).

O WHOQOL-BREF surge como uma alternativa ágil de coleta ao WHOQOL-100, projetada para atender às necessidades de estudos epidemiológicos onde a avaliação da qualidade de vida é parte de um conjunto maior de dados para análise. Amplamente utilizado em diferentes contextos, esse instrumento oferece um panorama detalhado das condições que influenciam o bem-estar das populações, sendo especialmente relevante para estudos em comunidades com características específicas, como as ribeirinhas, onde é fundamental utilizar ferramentas que capturem as nuances particulares de cada contexto sociocultural (Fleck *et al.*, 2000; Mariosa; Camilo, 2018; WHO, 1998).

A governança comunitária, quando bem estruturada, tende a favorecer o engajamento social, a preservação ambiental e a capacidade de adaptação frente a pressões externas, como mudanças climáticas e transformações econômicas (Futemma; Castro; Brondizio, 2020). Nesse contexto, a incorporação de práticas culturais e sociais nas estratégias de governança contribui para que as intervenções institucionais sejam ajustadas às especificidades socioterritoriais e aos modos de vida locais (Chaves *et al.*, 2020). Instrumentos de avaliação como o WHOQOL podem, portanto, constituir ferramentas relevantes para captar dimensões da qualidade de vida nesses contextos, permitindo identificar simultaneamente vulnerabilidades e aspectos positivos presentes nos diferentes domínios do instrumento.

3 METODOLOGIA

3.1 Característica da pesquisa

Estudo transversal de abordagem mista, qualitativo e quantitativo, de natureza observacional descritiva. A abordagem quali-quantitativa foi selecionada por permitir uma compreensão mais holística e aprofundada dos fenômenos sociais complexos presentes nas comunidades rurais ribeirinhas, possibilitando obter interpretações precisas e/ou mais completas sobre os objetos da pesquisa (Oliveira; Magalhães; Matsuda, 2018).

3.2 Aspectos éticos.

Foram solicitadas e obtidas às anuências junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS) (anexo A), órgão gestor das reservas municipais, e a presidência da Associação da Comunidade Agrovila Amazonino Mendes (anexo B). Por fim, O projeto foi submetido e aprovado junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Protocolo CAAE: 89246425.1.0000.5016 (anexo C).

Aos participantes foram informados quanto aos objetivos e aos procedimentos do estudo, em seguida entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em duas vias, e uma cópia fornecida a cada participante que participou do estudo (apêndice A e B).

Para assegurar o anonimato dos participantes, foi adotado um sistema de codificação sequencial. O primeiro entrevistado recebeu o código 'A', o segundo 'B', e assim sucessivamente, acompanhando a ordem das entrevistas realizadas.

3.3 Local da pesquisa

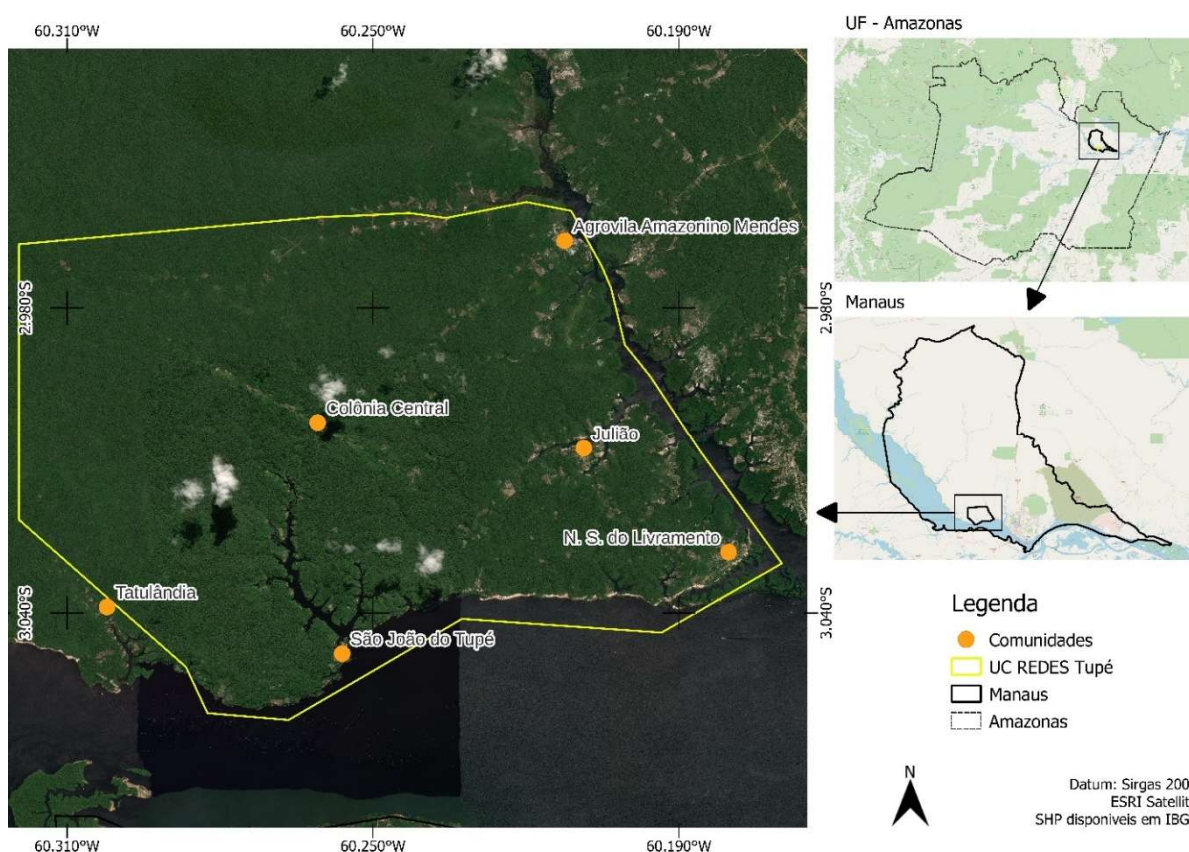
A RDS do Tupé, de gestão de SEMMAS, está localizada na zona rural de Manaus há aproximadamente 15,5 km de distância em linha reta da capital amazonense, possui uma área

de aproximadamente 11.973 hectares, instituída pelo Decreto Municipal nº 8.044/2005, e tem como objetivo declarado em seu Plano de Gestão:

Preservar a natureza e ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria do modo e qualidade de vida e exploração dos recursos naturais pelas populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do meio ambiente, desenvolvidas por estas populações (SEMMAS, 2017, p. 176).

A RDS do Tupé é composta por seis comunidades tradicionais: Agrovila Amazonino Mendes, Julião, Nossa Senhora do Livramento, Colônia Central, São João do Tupé e Tatulândia (SEMMAS, 2017) (Figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização da RDS Tupé.



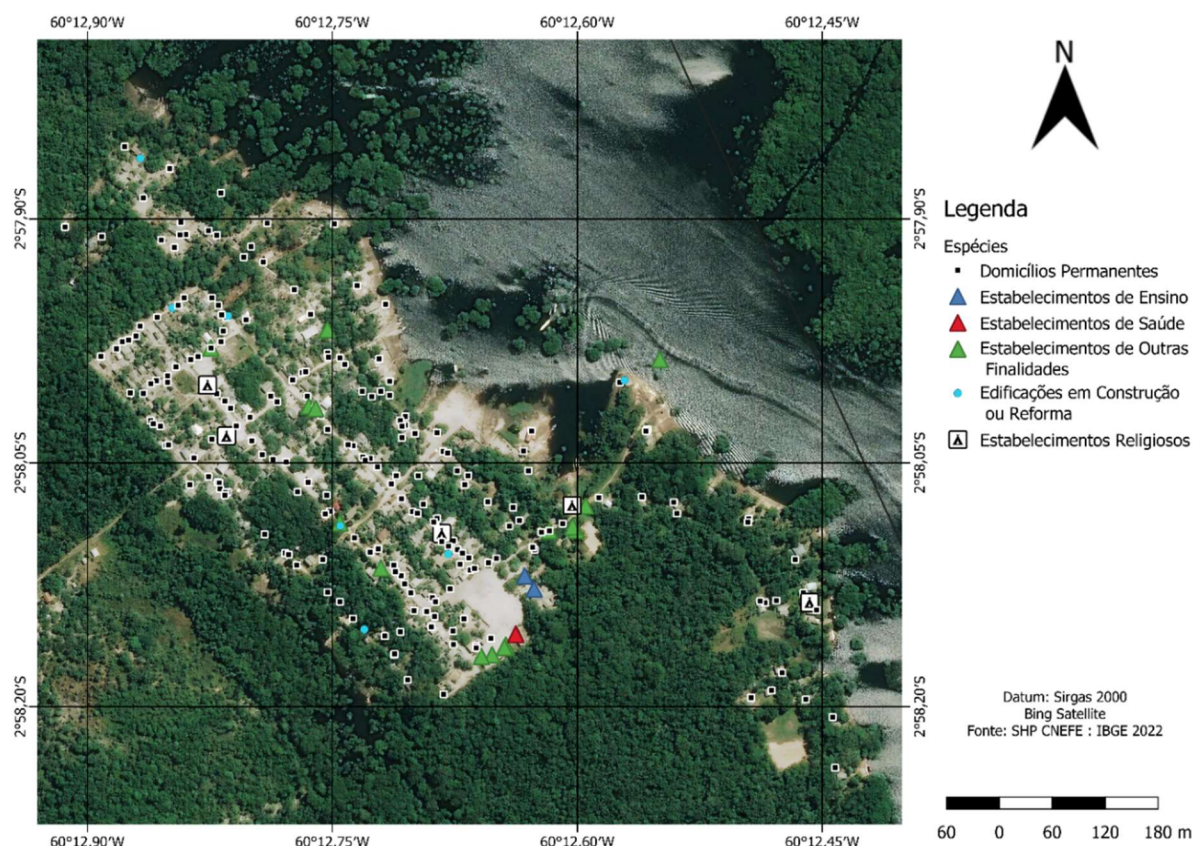
Fonte: Elaborado pelo autor.

A Agrovila¹ foi fundada em 1994 e apresentava uma estimativa de 218 moradores em 2017 e 297 em 2023 (IBGE, 2023b; SEMMAS, 2017). A comunidade está localizada à margem direita do igarapé Tarumã-Mirim. Pode-se ter uma visão da comunidade a partir da Figura 2. As casas são majoritariamente construídas em madeira, com pouca infraestrutura de saneamento básico. A proximidade de Manaus facilita o acesso a produtos urbanos, mas

¹ Comunidade Agrovila Amazonino Mendes

também traz desafios adicionais, como a necessidade de deslocamentos frequentes por barcos e canoas (Mariosa; Camilo, 2018).

Figura 2 - Comunidade Agrovila Amazonino Mendes



Fonte: Coordenadas do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos, IBGE.

Em 2022, havia na comunidade 243 endereços, incluindo: domicílios, uma escola, uma unidade de apoio da Unidade Básica de Saúde Rural Nossa Senhora do Livramento, igrejas e estabelecimentos (IBGE, 2024b). A infraestrutura comunitária conta com poços artesianos, energia elétrica fornecida por geradores e uma estrutura organizacional formalizada pela Associação dos Moradores da Agrovila (SEMMAS, 2017).

A seleção da Agrovila para compor a pesquisa se deu devido à sua proximidade de Manaus. Contudo, apesar da proximidade do centro urbano da capital, essa comunidade, assim como outras comunidades ribeirinhas, enfrenta as mesmas iniquidades de acesso aos serviços públicos que as demais comunidades da região amazônica, sendo frequentemente invisibilizada. (Mariosa; Camilo, 2018; Miguez; Souza; Pinheiro, 2024).

3.4 Amostragem e critérios de inclusão e exclusão

A fase quantitativa teve como população-alvo os moradores permanentes da comunidade, tendo como critério de inclusão os moradores permanentes na comunidade a mais de 1 ano, com 18 anos ou mais, de ambos os sexos. Os critérios de exclusão englobaram: os moradores ausentes durante o período da pesquisa após três tentativas; pessoas com problemas de saúde que os impediram de responder aos questionários; e as pessoas que se autodeclararem indígenas. Adotou-se uma abordagem censitária por meio da visita a todos os domicílios da comunidade, o ponto de partida foi a residência da líder comunitária, a partir da qual percorreu-se os demais endereços com o auxílio da técnica baseada na amostragem em bola de neve, como ferramenta para auxiliar na localização dos endereços das famílias que são residentes permanentes na comunidade (Campos; Saidel, 2022). Ao final de cada aplicação do questionário, o morador entrevistado era convidado a indicar o domicílio vizinho mais próximo ainda não visitado, procedimento reiterado sucessivamente até o esgotamento completo dos endereços da comunidade.

A etapa qualitativa foi conduzida tendo como população-alvo os gestores comunitários, líderes religiosos, membros do conselho local e outros moradores indicados que participam dos processos decisórios. Utilizou a técnica de amostragem em bola de neve (Campos; Saidel, 2022), tendo a presidente da associação comunitária como informante chave/semente, indicando o próximo respondente, a partir do comando de indicação de pessoas importantes/destaques na governança da comunidade. Assim, ao final da coleta, chegou-se a um total de 14 indicações; contudo, um dos moradores não foi entrevistado devido a problemas de saúde, de modo que a coleta foi concluída com 13 moradores participantes. Quando as indicações foram se repetindo e os informantes não conseguiram indicar outros indivíduos, encerrou-se a amostra.

Adotou-se como critério de inclusão pessoas de ambos os sexos, com idade igual ou maior que 18 anos, gestores e membros do conselho gestor local, sendo moradores com domicílio principal na comunidade há pelo menos 1 ano. A coleta foi realizada de forma individual, no domicílio dos participantes, em local privativo de forma a assegurar a privacidade e sigilo das informações.

Os critérios de exclusão foram: moradores ausentes durante o período da pesquisa, mesmo após três tentativas; pessoas que poderiam se sentir desconfortáveis em responder as

perguntas; pessoas com problemas de saúde que os impediriam de participar das entrevistas; e pessoas que se autodeclarassem indígenas.

3.5 Coleta de dados

Após a obtenção das anuências institucionais, o processo de coleta de dados não foi iniciado de forma imediata. Antes disso, foram realizadas visitas preliminares à comunidade, com o objetivo de estabelecer os primeiros contatos e fortalecer a articulação com a liderança. Nessas visitas iniciais, buscou-se apresentar os propósitos da pesquisa, a metodologia a ser empregada e a forma como se daria o trabalho dentro da comunidade, garantindo a transparência e respeito.

Essas ações foram fundamentais para consolidar o vínculo de confiança com os moradores e viabilizar a execução das etapas seguintes da pesquisa. Após esse processo de aproximação e diálogo, deu-se início à coleta de dados, onde todo o processo ocorreu exclusivamente por um único pesquisador, sem acompanhamento de pessoa da comunidade, sendo realizada entre os dias 28 de julho e 1º de setembro de 2025, com 9 expedições realizadas à comunidade.

O deslocamento para a comunidade ocorreu por meio de transporte fluvial em lancha expresso voadeira, partindo do porto da Marina do Davi em Manaus/AM, operacionalizado pela Associação dos Catraieiros, com duração média de 40 minutos cada trecho.

Para a pesquisa, utilizou-se o design convergente paralelo, caracterizado pela coleta simultânea de dados qualitativos e quantitativos, permitindo que ambos os conjuntos de informações sejam produzidos no mesmo período e posteriormente integrados na análise (Rana; Chimoriya, 2025). Contudo, para fins de organização metodológica e maior clareza na apresentação da metodologia, optou-se por estruturar a descrição da coleta de dados em duas subseções distintas, uma dedicada aos procedimentos quantitativos e outra aos procedimentos qualitativos.

A coleta de dados foi realizada através de inquérito domiciliar com os moradores permanentes da comunidade, foram aplicados dois instrumentos. O primeiro foi um questionário socioeconômico, adaptado dos inquéritos domiciliares do IBGE (apêndice E), distribuídas em 3 grupos de perguntas relacionados ao domicílio, morador responsável e demais moradores, conforme Quadro 1

Quadro 1 - Grupos e temas de questões do questionário socioeconômico.

Grupo	Temas
Domicílio	Habitação, infraestrutura, renda domiciliar,
Morador responsável	Pertencimento ao território, benefícios do governo.
Moradores	Escolaridade, trabalho, condições de saúde/acesso.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O segundo instrumento foi o WHOQOL-bref (anexo D), versão abreviada do WHOQOL-100, amplamente validado internacionalmente e adaptado para a língua portuguesa (Fleck *et al.*, 2000), aplicado individualmente a cada morador. A coleta teve duração média de 20 minutos por domicílio.

O WHOQOL-bref é uma ferramenta útil e prática para avaliar a qualidade de vida em diversas populações, incluindo as comunidades tradicionais ribeirinhas, dividido em quatro domínios principais, os quais são apresentados juntos com suas facetas no Quadro 2.

Quadro 2 - Dimensões e facetas avaliadas pelo WHOQOL-BREF.

Domínio	Facetas
Físico	Dor e desconforto, Energia e fadiga, Sono e repouso, Mobilidade, Atividades da vida cotidiana, Dependência de medicação ou tratamentos, Capacidade de trabalho.
Psicológico	Sentimentos positivos, Pensar/aprender/memória/concentração, Autoestima, Imagem corporal/aparência, Sentimentos negativos, Espiritualidade/religião/crenças pessoais.
Relações sociais	Relações pessoais, Suporte social, Atividade sexual.
Meio ambiente	Segurança física/proteção, Ambiente no lar, Recursos financeiros, Cuidados de saúde e sociais/disponibilidade e qualidade, Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades, Participação em oportunidades de lazer/recreação, Ambiente físico (poluição/ruído/trânsito/clima), Transporte.

Fonte: (Fleck *et al.*, 2000).

Além desses domínios, o instrumento também inclui duas questões gerais sobre qualidade de vida e saúde, que fornecem uma visão global sobre a percepção do entrevistado.

Cada questão utiliza uma escala do tipo Likert, com opções de resposta que variam de 1 (muito insatisfeito / muito ruim / nada / nunca) a 5 (muito satisfeito / muito bom / completamente / extremamente / sempre). Os escores para cada domínio são calculados seguidos as diretrizes da OMS, onde escores mais altos indicam maior qualidade de vida (WHO, 1996).

A coleta dos dados qualitativos foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, conforme roteiro apresentado no Apêndice C. Nessa etapa, também se incluiu a observação não participante, conduzida em 25/10/2026, entre 09h27 e 10h20, durante a reunião da assembleia

geral da comunidade. As observações seguiram um roteiro previamente estabelecido (Apêndice D) e resultaram na elaboração de um relatório descritivo.

3.6 Análise de dados

Para a análise quantitativa, os dados obtidos nos dois instrumentos, foram tabulados e organizados para análise descritiva no MSExcel©. Os escores da qualidade de vida foram obtidos utilizando planilha desenvolvida por Pedroso *et al.* (2010). Para os testes estatísticos foi utilizado JAMOV 2.6.44. Foram realizados os seguintes testes para verificar a normalidade, comparação e correlação dos dados entre variáveis sociodemográficas e os escores de qualidade de vida:

- a) Shapiro-Wilk, normalidade (scores WHOQOL);
- b) Mann-Whitney U, para comparação entre 2 grupos (WHOQOL x doença crônica; Saber ler ou escrever; Trabalho; Sexo);
- c) Kruskal-Wallis, para comparação entre 3 ou mais grupos (WHOQOL x Escolaridade);
- d) Spearman, para correlação com variável contínua (WHOQOL x idade; Renda per capita; número de moradores por domicílios).

A partir da base teórico-metodológica do GAF (Hufty, 2011), utilizou-se o recurso da análise temática para mapear e analisar os atores na governança da comunidade e os espaços de decisão que estruturam a governança local. Os dados das entrevistas semiestruturadas e o relatório da observação de campo foram transcritos e posteriormente analisados por meio da análise temática (Braun; Clarke, 2006), com o auxílio da ferramenta ATLAS.ti©. A análise focou em determinar os atores e caracterizar suas relações e a compreensão e análise dos espaços de decisão.

Seguindo o proposto por Braun e Clarke (2006), a análise temática possui as seguintes fases: 1) familiarização com os dados, onde é feita a transcrição dos dados, leitura e releitura dos dados e são anotadas as ideias iniciais.; 2) geração códigos iniciais, sendo codificados as características de interesse dos dados de forma sistemática em todo o conjunto de dados, reunindo dados relevantes para cada código; 3) busca de temas, são coletados códigos em temas potenciais, reunindo todos os dados relevantes para cada tema potencial.; 4) revisão de tema, sendo verificado se os temas funcionam em relação aos extratos codificados (Nível 1) e ao conjunto de dados inteiro (Nível 2), gerando um ‘mapa’ temático da análise; 5) definição e

nomeação de temas, onde é feita análise contínua para refinar as especificidades de cada tema e a história geral que a análise conta, gerando definições e nomes claros para cada tema; e 6) produção do relatório.

Para a análise dos dados, foi realizada a triangulação, um método amplamente utilizado em pesquisas qualitativas para verificar e estabelecer a validade dos estudos, analisando questões de pesquisa sob múltiplas perspectivas. A triangulação metodológica envolve o uso de múltiplos métodos qualitativos e quantitativos para estudar um fenômeno, permitindo a comparação de resultados obtidos por diferentes técnicas, sendo que neste estudo foram utilizados questionários, entrevistas e observação para verificar a consistência das conclusões (Guion; Diehl; McDonald, 2011).

O método de triangulação foi aplicado nesta pesquisa para relacionar as percepções dos moradores sobre a governança com os escores de qualidade de vida, a partir da adaptação do protocolo de Farmer *et al.* (2006), tendo as seguintes etapas:

- a) Ordenação: Separar os dados qualitativos (entrevistas e observações) e quantitativos (questionários socioeconômicos e WHOQOL-bref) em segmentos categorizados;
- b) Codificação de Convergência: Comparar os achados qualitativos e quantitativos para identificar temas comuns e divergentes;
- c) Avaliação de Convergência: Avaliar o nível de convergência entre os dados qualitativos e quantitativos.
- d) Avaliação de Completude: Comparar as áreas temáticas únicas de cada fonte de dados para garantir uma análise completa.
- e) Comparação de Pesquisadores: Se possível, envolver outros pesquisadores na análise para aumentar a validade.
- f) Feedback: Compartilhar os resultados triangulados com a equipe de pesquisa para revisão e clarificação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Resultados quantitativos

4.1.1 Perfil domiciliar da comunidade Agrovila: Território, endereços e cobertura da coleta

Durante a coleta de dados, percorreram-se todos os logradouros da comunidade, rua a rua, com visitas a todos os endereços, conforme pode ser observado na Figura 3.

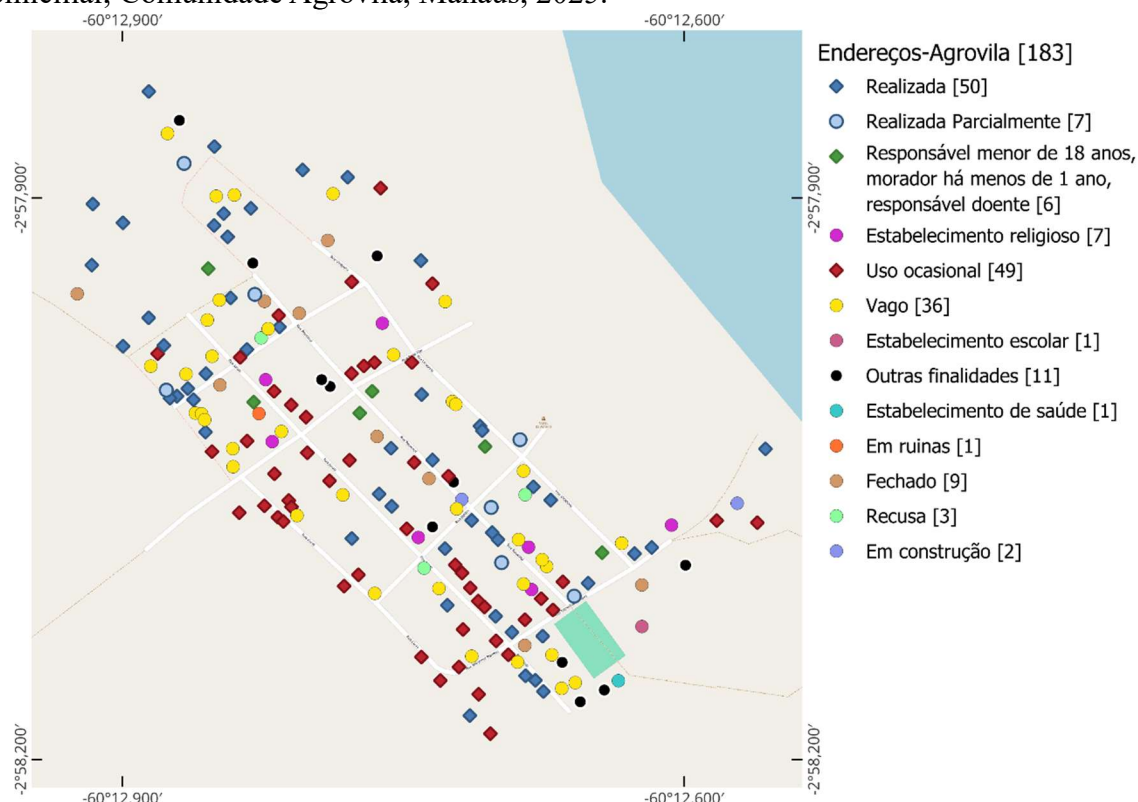
Figura 3 - Expedição na Comunidade Agrovila, Manaus, 2025.



Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Durante a pesquisa foram registrados 183 endereços distribuídos ao longo das vias da Agrovila, conforme ilustrado na Figura 4. O mapeamento territorial evidencia uma comunidade de ocupação linear, com expressiva proporção de endereços de uso ocasional ($n=49$) e domicílios vagos ($n=36$), indicativos da mobilidade de moradores no território em virtude das características de comunidades ribeirinhas, sujeitas a sazonalidades econômicas e ambientais.

Figura 4 – Mapa dos endereços visitados segundo classificação por resultado da visita domiciliar, Comunidade Agrovila, Manaus, 2025.



Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Dos 183 endereços visitados, 75 domicílios² estavam ocupados e aptos à coleta de dados, destes, foram aplicados questionários socioeconômicos em 57 domicílios, após aplicação dos critérios de exclusão e registro das recusas, conforme detalhado na Tabela 1.

Dos 57 domicílios entrevistados (Tabela 1), registrou-se 193 moradores, sendo 102 moradores com aplicação do questionário WHOQOL, 8 moradores ausentes e 83 moradores excluídos em função dos critérios de exclusão.

Tabela 1 - Classificação de endereços na Agrovila, Manaus, 2025.

Cód		Classificação / tipologia	Endereços	
			n	%
		Domicílios ocupados com entrevista realizadas	57	31,15
1	Com todos os moradores elegíveis		50	27,32
2	Realizado parcialmente		7	3,83
		Domicílios ocupados sem entrevistas realizadas	18	9,84
3	Outros (critérios de exclusão)		6	3,28

(Continua)

² Os dados do censo 2022, trouxeram 211 domicílios, sendo 92 domicílios ocupados.

Tabela 1 - Classificação dos endereços visitados na Agrovila, Manaus, 2025. (Conclusão)

Cód	Classificação / tipologia	Endereços	
		n	%
4	Fechado após 3 tentativas ^a	9	4,92
5	Recusa	3	1,64
Domicílios não ocupados		85	46,44
6	Vagos	36	19,67
7	Uso ocasional	49	26,78
Outros Endereços		23	12,57
8	Estabelecimento religioso	7	3,83
9	Estabelecimento escolar	1	0,55
10	Estabelecimento de saúde	1	0,55
11	Outras finalidades	11	6,01
12	Em ruínas / Em Construção	3	1,64
Total geral		183	100,00

Notas: a) Domicílios classificados como fechado foram incluídos como ocupados por apresentarem sinais de ocupação e/ou confirmados com vizinhos, embora nenhum morador tenha sido encontrado após mínimo de três visitas em dias distintos.

Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

4.1.2 Condições de vida e saúde dos moradores da Agrovila

A Tabela 2 apresenta as variáveis das condições básicas dos domicílios. Com relação a condição de ocupação dos domicílios observa-se que 92,98% dos domicílios foram classificados pelos moradores como “próprio já pago”. Esse resultado indica uma forte percepção local de estabilidade habitacional e de consolidação da ocupação. Um percentual menor indicou residir em endereços alugados (5,26%) e cedidos (1,75%). Com relação a quantidade de moradores por domicílios, os dados apresentaram 73,69% dos domicílios com 1 a 4 moradores. Observou-se que 17,54% dos responsáveis pelos domicílios nasceram na comunidade, além disso, 56,14% residem no local há 12 anos ou mais, o que sugere uma população com vínculos territoriais relativamente consolidados e baixa rotatividade no território. A renda teve a maior frequência (40,35%) nas faixas de 0 a 0,5 e 0,5 e 1 salário-mínimo. Com relação ao recebimento de benefícios, os dados apresentaram que 49,12% estavam recebendo bolsa família, em contraponto 40,35% não estavam recebendo nenhum tipo de benefícios.

Tabela 2 - Perfil sociodemográfico, condição do domicílio, tempo de residência, distribuição de renda e benefícios dos domicílios, Comunidade Agrovila, Manaus, 2025

Variável	n	%
Condição do domicílio		
Próprio já pago	53	92,98
Alugado	3	5,26
Cedido	1	1,75
Total Geral	57	100,00
Moradores por domicílio		
1	11	19,30
2	12	21,05
3	8	14,04
4	11	19,30
5	8	14,04
6	2	3,51
7 ou mais	5	8,77
Total	57	100,00
Anos morando na comunidade do morador responsável		
1 - 11	15	26,32
12 - 22	13	22,81
23 - 33	14	24,56
34 - 44	4	7,02
45 - 55	1	1,75
Nascido na comunidade	10	17,54
Total	57	100,00
Renda domiciliar por Salário-mínimo		
[0,0 ---- 0,5)	11	19,30
[0,5 ---- 1,0)	12	21,05
[1,0 ---- 1,5)	16	28,07
[1,5 ---- 2,0)	5	8,77
[2,0 ---- 3,5)	2	3,51
[3,5 ---- 7,0)	1	1,75
Não responderam	10	17,54
Total	57	100,00
Benefícios recebidos^a		
Bolsa Família	28	49,12
Outros auxílios	17	29,82
BPC- LOAS	3	5,26
Recebe um ou mais benefícios	32	56,14
Nenhum auxílio	23	40,35
Não responderam	2	3,51
Total	57	-

Fonte: elaborado pelo autor, 2025. **Notas: a)** Um domicílio pode receber mais de um benefício.

O perfil habitacional da comunidade, incluindo a qualidade da infraestrutura básica e os materiais de construção predominantes, que são aspectos importantes para a análise socioeconômica e avaliação da qualidade de vida, estão apresentados na Tabela 3. Os resultados evidenciaram a predominância de construções de madeira (78,95%) e uso de telhas de zinco, alumínio ou fibrocimento (98,25). No que se refere ao abastecimento de água, verificou-se a predominância no abastecimento por rede geral de distribuição em 94,74% dos domicílios. O fornecimento de energia elétrica pela rede geral foi relatado pela totalidade dos domicílios investigados (100%). Em relação às instalações sanitárias, 45,61% das residências dispõem de banheiro completo, com chuveiro e vaso sanitário. Entre os domicílios sem banheiro completo, 47,37% relataram possuir apenas vaso sanitário ou estrutura equivalente para dejetos, enquanto 7,01% declararam a ausência de qualquer instalação sanitária. A totalidade dos domicílios com algum tipo de instalação sanitária indicou o escoamento do esgoto para fossa rudimentar, situação que aponta para um déficit no saneamento básico da comunidade.

Tabela 3 - Características habitacionais, de infraestrutura e materiais predominantes dos domicílios da Comunidade Agrovila, Manaus, 2025.

Variável	n	%
Material predominantes paredes externas		
Alvenaria	11	19,30
Madeira	45	78,95
Outros (lona)	1	1,75
Total	57	100,00
Material predominantes da cobertura		
Telhas de Zinco, alumínio ou fibrocimento	56	98,25
Madeira	1	1,75
Total	57	100,00
Abastecimento de água		
Rede geral	54	94,74
Poço próprio	3	5,26
Total	57	100,00
Tratamento na água para consumo		
Filtrada	2	3,51
Tratada com cloro	28	49,12
Mineral Industrializa	1	1,75
Sem tratamento	26	45,61
Total	57	100,00
Existência de banheiro		
Banheiro com chuveiro e vaso sanitário	26	45,61

(continua)

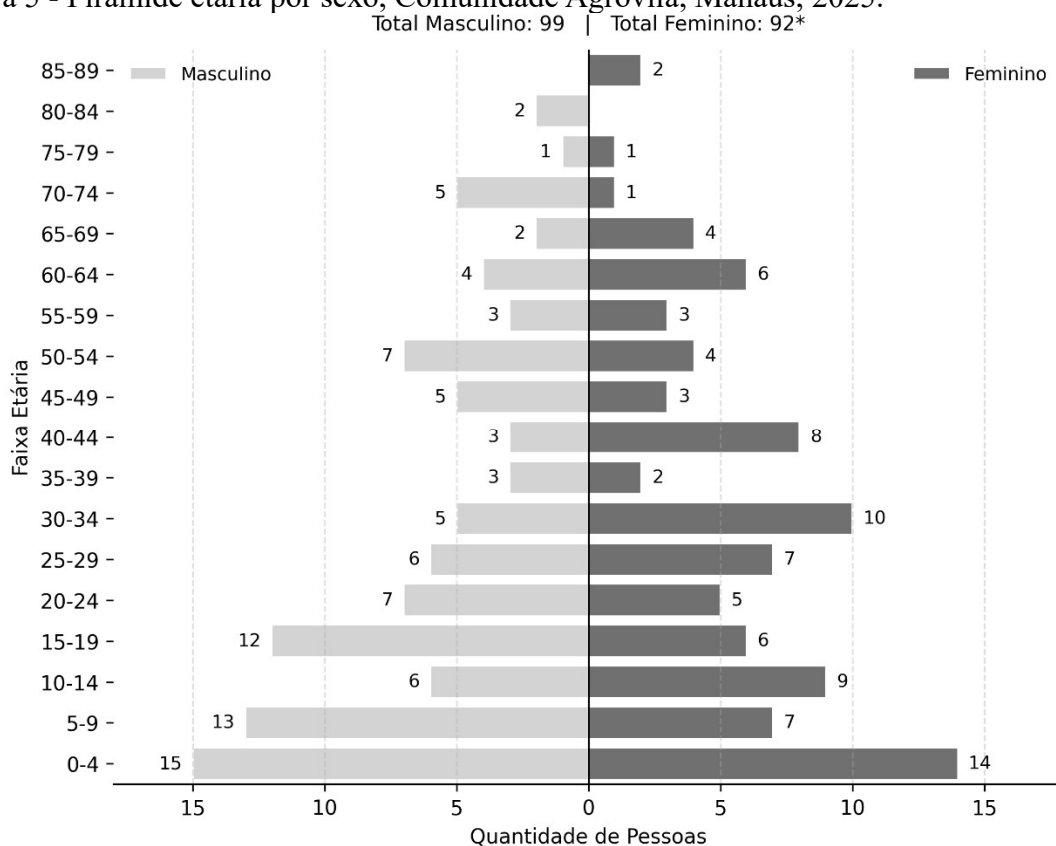
Tabela 3 - Características habitacionais, de infraestrutura e materiais predominantes dos domicílios da Comunidade Agrovila, Manaus, 2025. (conclusão)

Variável	n	%
Existência de vaso sanitário ou buraco para dejetos	27	47,37
Ausência de vaso sanitário ou buraco para dejetos	4	7,01
Total	57	100,00

Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

A Figura 5 apresenta a distribuição por faixa etária e sexo dos moradores dos domicílios visitados e entrevistados durante as expedições de campo da pesquisa. Observa-se maior concentração de indivíduos nas faixas etárias mais jovens, especialmente entre 0 e 9 anos, seguida por uma redução progressiva do contingente populacional nas idades mais avançadas. Esse padrão sugere uma estrutura etária relativamente jovem, característica frequentemente observada em comunidades rurais e ribeirinhas. Além disso, verifica-se uma distribuição relativamente equilibrada entre os sexos na maioria das faixas etárias.

Figura 5 - Pirâmide etária por sexo, Comunidade Agrovila, Manaus, 2025.



Fonte: elaborado pelo autor, 2025. Nota: *sem informações de idade para 2 morador do sexo feminino.

A Tabela 4 apresenta a distribuição da condição de alfabetização e do nível de escolaridade, segundo grupos etários e sexo. Os piores índices de escolaridade e de alfabetização estão no grupo de 60 anos ou mais, com destaque para a proporção de analfabetismo (10,24%) e baixa presença em níveis mais elevados de escolaridade, concentrando-se principalmente no ensino fundamental (9,15%). O grupo de 15 a 29 anos, apresenta a distribuição mais diversificada, com destaque para o ensino médio (17,07%) e ensino fundamental (7,93%), embora ainda se observe a presença de indivíduos que não sabem ler nem escrever (2,40%). Quanto à distribuição por sexo, as mulheres apresentam uma proporção um pouco maior de não sabem ler nem escrever (11,20%) em comparação aos homens (9,60%), observa-se também percentuais elevado de homens no ensino fundamental (30,49%) em comparação as mulheres (23,17%).

Tabela 4 - Condição de não saber ler ou escrever e último nível de ensino cursado ou cursando dos moradores com 4 anos ou mais, por idade e sexo, comunidade Agrovila, Manaus, 2025.

	Nível de escolaridade (n=164)							
	Não sabe ler nem escrever ^a	Nunca estudou	Pré-escolar	Ensino Fundamental ^b	Ensino Médio ^b	Superior completo	Superior incompleto	Educação Jovens e Adultos fund.
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Grupos de idade								
4-14 Anos	-	4 (2,44)	4 (2,44)	31 (18,90)	-	-	-	-
15-29 Anos	3 (2,36)	1 (0,61)	-	13 (7,93)	28 (17,07)	1 (0,61)	-	-
30-59 Anos	10 (7,87)	5 (3,05)	-	29 (17,68)	16 (9,76)	2 (1,22)	2 (1,22)	1 (0,61)
60+ Anos	13 (10,24)	7 (4,27)	-	15 (9,15)	4 (2,44)	1 (0,61)	-	-
Sexo								
Feminino	14 (11,02)	9 (5,49)	2 (1,22)	38 (23,17)	24 (14,63)	3 (1,83)	2 (1,22)	1 (0,61)
Masculino	12 (9,45)	8 (4,88)	2 (1,22)	50 (30,49)	24 (14,63)	1 (0,61)	-	-
Total								
Geral	26 (20,47)	17 (10,37)	4 (2,44)	88 (53,66)	48 (29,27)	4 (2,44)	2 (1,22)	1 (0,61)

Fonte: elaborado pelo autor, 2025. **Nota:** **a)** moradores de 15 anos ou mais (n=127). **b)** Incluído o ensino completo e incompleto

A prevalência de doenças crônicas e a respectiva cobertura terapêutica na comunidade estão detalhadas na Tabela 5. Os dados indicam uma assistência medicamentosa integral para o diabetes (100%), contrastando com lacunas observadas na hipertensão (86,96%) e em outras patologias crônicas (72%).

Tabela 5 - Doenças crônicas e consumo de medicação pelos residentes da comunidade Agrovila, Manaus, 2025 (n = 186)

	Com doença crônica		Toma medicação ^a	
	n	%	n	%
Diabetes				
sim	5	2,69	5	100,00
não	181	97,31	0	0,00
Hipertensão				
sim	23	12,37	20	86,96
não	163	87,63	3	13,04
Outras crônicas				
sim	25	13,44	18	72,00
não	161	86,56	7	28,00

Nota: a) o percentual de uso de medicação refere-se apenas aos indivíduos que relataram diagnóstico de doença crônica.

Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

A Tabela 6 apresenta os dados relacionados aos portadores de doenças crônicas, tem-se que 80,00% dos moradores com algum problema crônico de saúde buscam atendimento, sendo que 69,44% procuram atendimento no Ponto de Apoio presente na comunidade, esse que é vinculado a Unidade Básica de Saúde (UBS) da Comunidade Livramento. Dos que não procuram atendimento, a justificativa que mais se repetiu foi o de “não acha necessário” (37,50%).

Tabela 6 – Acesso aos serviços de saúde pelos residentes da comunidade Agrovila, Manaus, 2025.

Variável	n	%
Moradores com doença crônica que procura atendimento		
Sim	36	80,00
Não, só quando tem algum problema.	3	6,67
Nunca procura	6	13,33
Total	45	100,00
Qual motivo de não procurar (para quem procura as vezes ou nunca procura)		
O serviço de saúde é distante ou tem dificuldade de transporte	1	11,11

(continua)

Tabela 6 - Acesso aos serviços de saúde pelos residentes da comunidade Agrovila, Manaus, 2025. (conclusão)

Variável	n	%
O tempo de espera no serviço de saúde é muito grande	2	22,22
Não acha necessário	3	33,33
Não sabe quem procurar ou aonde ir	1	11,11
O serviço de saúde não tem médico ou não funciona	1	11,11
Não responderam	1	11,11
Total	9	100,00
Onde procura atendimento (para quem procura atendimento)		
Ponto de Apoio na comunidade	25	69,44
Unidade Básica de Saúde (UBS) em outra comunidade	2	5,56
Unidade Básica de Saúde (UBS) na cidade	3	8,33
Serviço de Pronto Atendimento (SPA)	2	5,56
Privado, particular	3	8,33
Privado, plano de saúde	1	2,78
Total	36	100,00

Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

4.1.3 Qualidade de vida percebida: escores do WHOQOL-BREF e fatores socioeconômicos associados

A Tabela 7 apresenta as medidas descritivas dos escores de qualidade de vida, segundo domínios avaliados e as percepções geral sobre a qualidade de vida e da saúde do WHOQOL. Observa-se que os maiores valores médios foram registrados nos domínios Psicológico (71,77) e Relações Sociais (71,16), enquanto os menores escores médios foram identificados nos domínios Meio Ambiente (59,41). A autoavaliação da qualidade de vida apresentou média intermediária (67,40).

Tabela 7 - Escores da qualidade de vida por domínios e totais (n=102), Comunidade Agrovila, 2025.

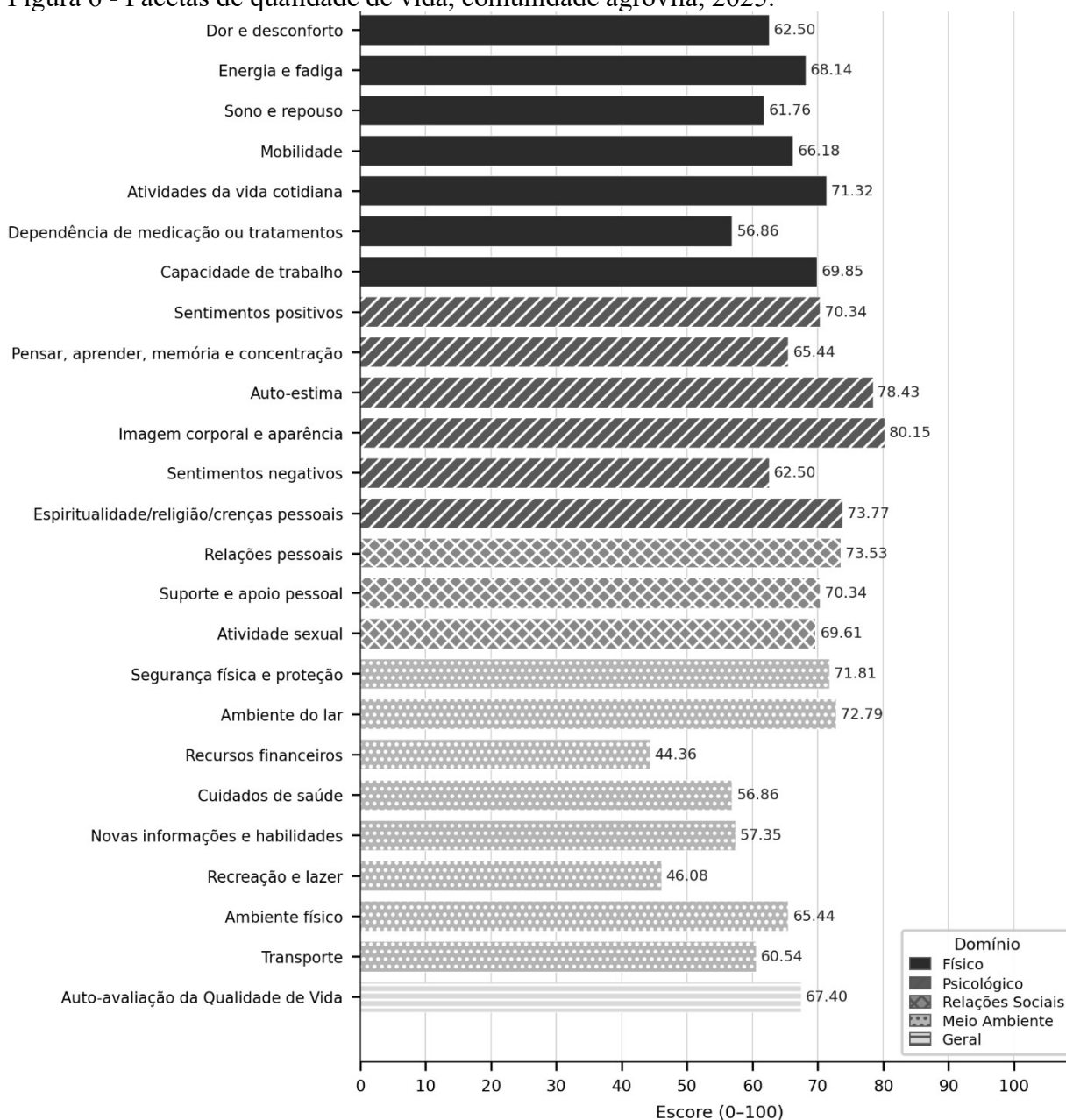
Domínios	Média	Intervalo de Confiança (IC) a 95%		Mediana	Desvio- Padrão (DP)	Shapiro-Wilk	
		Lim. Inferior	Superior			W	p
Físico	65,23	61,96	68,50	67,86	16,66	0,97	0,013
Psicológico	71,77	68,86	74,68	75,00	14,81	0,89	<,001
Rel. Sociais	71,16	67,53	74,79	75,00	18,49	0,95	<,001
Ambiente	59,41	56,58	62,23	60,94	14,36	0,98	0,093
Saúde Geral	67,40	62,53	72,28	75,00	24,82	0,84	<,001
Qualidade de Vida Geral	67,40	63,27	71,54	75,00	21,05	0,85	<,001

Nota: O IC da média assume que a distribuição amostral da média segue uma distribuição t com N-1 graus de liberdade; p<0,05.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A Figura 6 apresenta os escores médios de cada faceta do WHOQOL-BREF, calculados individualmente na escala de 0 a 100, identificando os aspectos que mais contribuíram ou comprometeram a qualidade de vida dos indivíduos da amostra. Os resultados apresentam variações entre as facetas do instrumento, com destaque positivo para “imagem corporal e aparência” (80,15) e “autoestima” (78,43), já as facetas “recursos financeiros” (44,36) e “recreação e lazer” (46,08) registraram os menores escores.

Figura 6 - Facetas de qualidade de vida, comunidade agrovila, 2025.



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2025.

A Tabela 8 apresenta a comparação dos escores dos domínios de qualidade de vida segundo variáveis sociodemográficas e condições de saúde dos moradores. De modo geral, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos para a maioria das variáveis analisadas. Entretanto, verificou-se diferença significativa no domínio psicológico segundo a condição de ocupação ($U=900$; $p=0,008$; $r=0,31$), com maiores escores entre os indivíduos ocupados. Também foi identificada diferença significativa no domínio físico em relação à presença de doença crônica ($U=786,5$; $p=0,004$; $r=-0,35$), indicando menores escores entre os participantes que relataram possuir doença crônica. Nos demais domínios e variáveis investigadas, as diferenças entre os grupos não atingiram significância estatística ($p > 0,05$).

Tabela 8 - Comparação dos escores dos domínios de qualidade de vida segundo características sociodemográficas e de saúde dos moradores da comunidade Agrovila, 2025.

Domínios	Grupo	N	Média	Mediana	DP	U	p	r
Sexo								
Físico	Feminino	57	62,16	64,29	18,58	1033,00	0,092	0,19
	Masculino	45	69,13	71,43	13,04			
Psicológico	Feminino	57	68,86	75,00	16,48	999,50	0,055	0,22
	Masculino	45	75,46	75,00	11,52			
Relações Sociais	Feminino	57	68,86	75,00	19,19	1074,00	0,156	0,16
	Masculino	45	74,07	75,00	17,34			
Ambiente	Feminino	57	57,57	59,38	14,32	1098,00	0,214	0,14
	Masculino	45	61,74	62,50	14,23			
Saber ler e escrever								
Físico	Não	22	64,94	71,43	15,84	871,00	0,945	0,01
	Sim	80	65,31	66,07	16,97			
Psicológico	Não	22	70,83	75,00	10,99	787,50	0,451	0,11
	Sim	80	72,03	75,00	15,75			
Relações Sociais	Não	22	74,24	75,00	18,71	769,50	0,365	-0,13
	Sim	80	70,31	75,00	18,46			
Meio Ambiente	Não	22	57,67	56,25	12,71	751,00	0,295	0,15
	Sim	80	59,88	62,50	14,82			
Condição de ocupação								
Físico	Não	48	61,90	66,07	19,86	1112,00	0,217	0,14
	Sim	54	68,19	67,86	12,67			
Psicológico	Não	48	67,27	70,83	17,06	900,00	0,008*	0,31
	Sim	54	75,77	75,00	11,19			
Relações sociais	Não	48	67,88	70,83	19,52	1036,00	0,078	0,20
	Sim	54	74,07	75,00	17,18			
Meio ambiente	Não	48	56,64	57,81	15,28	1041,50	0,088	0,20
	Sim	54	61,86	62,50	13,15			
Condição de doença crônica								
Físico	Não	65	69,07	71,43	14,93	786,50	0,004*	-0,35
	Sim	37	58,49	60,71	17,58			
Psicológico	Não	65	71,28	75,00	12,97	1076,50	0,379	0,10
	Sim	37	72,64	75,00	17,75			
Relações Sociais	Não	65	71,03	75,00	18,7	1160,00	0,767	0,04
	Sim	37	71,40	75,00	18,38			
Meio Ambiente	Não	65	58,37	62,50	13,25	1055,50	0,307	0,12
	Sim	37	61,23	59,38	16,16			

(Continua)

Tabela 8 - Comparação dos escores dos domínios de qualidade de vida segundo características sociodemográficas e de saúde dos moradores da comunidade Agrovila, 2025. (conclusão)

Domínios	Grupo	N	Média	Mediana	DP	U	p	r
Condição de receber auxílio do governo								
Físico	Não	32	65,07	66,07	14,62	992,50	0,809	0,03
	Sim	64	65,23	71,43	18,29			
Psicológico	Não	32	74,22	75,00	13,15	882,00	0,268	-0,14
	Sim	64	69,34	75,00	15,51			
Relações Sociais	Não	32	72,92	75,00	17,45	947,50	0,549	-0,07
	Sim	64	69,79	75,00	19,27			
Meio Ambiente	Não	32	62,01	64,06	14,44	854,00	0,187	-0,17
	Sim	64	57,71	59,38	14,77			

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2025. **Notas:** Mann-Whitney U; $H_a \mu_{sim} \neq \mu_{n\tilde{a}o}$; * $p < 0,05$; $r: < 0,10$ negligenciável | 0,10–0,30 pequeno | 0,30–0,50 médio | $> 0,50$ grande.

A Tabela 9 apresenta os resultados da análise de variância não paramétrica realizada para comparar os escores dos quatro domínios do instrumento WHOQOL-BREF segundo o último nível de ensino cursado ou em curso pelos moradores da comunidade Agrovila. Para essa análise foi utilizado o teste de Kruskal–Wallis, apropriado para a comparação de mais de dois grupos independentes. Os resultados indicam que não foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de escolaridade em nenhum dos domínios avaliados ($p > 0,05$).

Tabela 9 - Comparação dos escores dos domínios do WHOQOL-BREF segundo o último nível de ensino cursado ou em curso. Teste de Kruskal-Wallis, comunidade Agrovila, 2025.

Domínios	χ^2	Grau de Liberdade (GL)	p	ε^2
Físico	2,16	3	0,539	0,02
Psicológico	1,84	3	0,606	0,02
Relações Sociais	4,66	3	0,199	0,05
Meio Ambiente	2,64	3	0,451	0,03

Nota: Kruskal-Wallis; * $p < 0,05$.

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2025.

A Tabela 10 apresenta a matriz de correlação de Spearman entre número de moradores no domicílio, renda per capita e idade com os domínios do instrumento WHOQOL-BREF. Observou-se associação estatisticamente significativa apenas com o domínio físico. O número de moradores apresentou correlação positiva moderada com o domínio físico ($\rho = 0,38$; $p < 0,001$), indicando que domicílios com maior número de residentes tenderam a apresentar melhores escores nesse domínio. Por outro lado, a renda per capita ($\rho = -0,24$; $p = 0,035$) e a idade

($\rho=-0,25$; $p=0,013$) apresentaram correlação negativa fraca com o domínio físico, sugerindo que maiores valores dessas variáveis estiveram associados a menores escores físicos. Nos domínios psicológico, relações sociais e meio ambiente, não foram identificadas correlações estatisticamente significativas.

Tabela 10 - Correlação de Spearman entre variáveis sociodemográficas e os domínios do WHOQOL-BREF, comunidade Agrovila, 2025.

Variável		Domínios			
		Físico	Psicológico	Relações Sociais	Meio Ambiente
Número de moradores	ρ	0,38***	0,03	-0,05	0,02
	GL	100	100	100	100
	p	<,001	0,746	0,597	0,839
Renda per capita	ρ	-0,24*	0,06	0,07	0,11
	GL	78	78	78	78
	p	0,035	0,578	0,540	0,322
Idade	ρ	-0,25*	0,04	0,18	-0,05
	GL	100	100	100	100
	p	0,013	0,719	0,071	0,620

Nota: * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$. ρ de Spearman: 0,10–0,30 fraca | 0,30–0,50 moderada | >0,50 forte. Renda percapita (n válido = 80, missing = 22); Número de moradores e Idade (n = 102)

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2025.

4.2 Resultados e análise qualitativa

Esta seção apresenta os resultados da análise qualitativa das entrevistas e da observação de campo, orientada pelo quadro analítico da governança proposto por Hufty (2011). A seção está estruturada em 2 eixos principais: O primeiro traz os atores envolvidos no arranjo de governança comunitária; o segundo, os espaços de decisão que estruturam os processos de deliberação na comunidade.

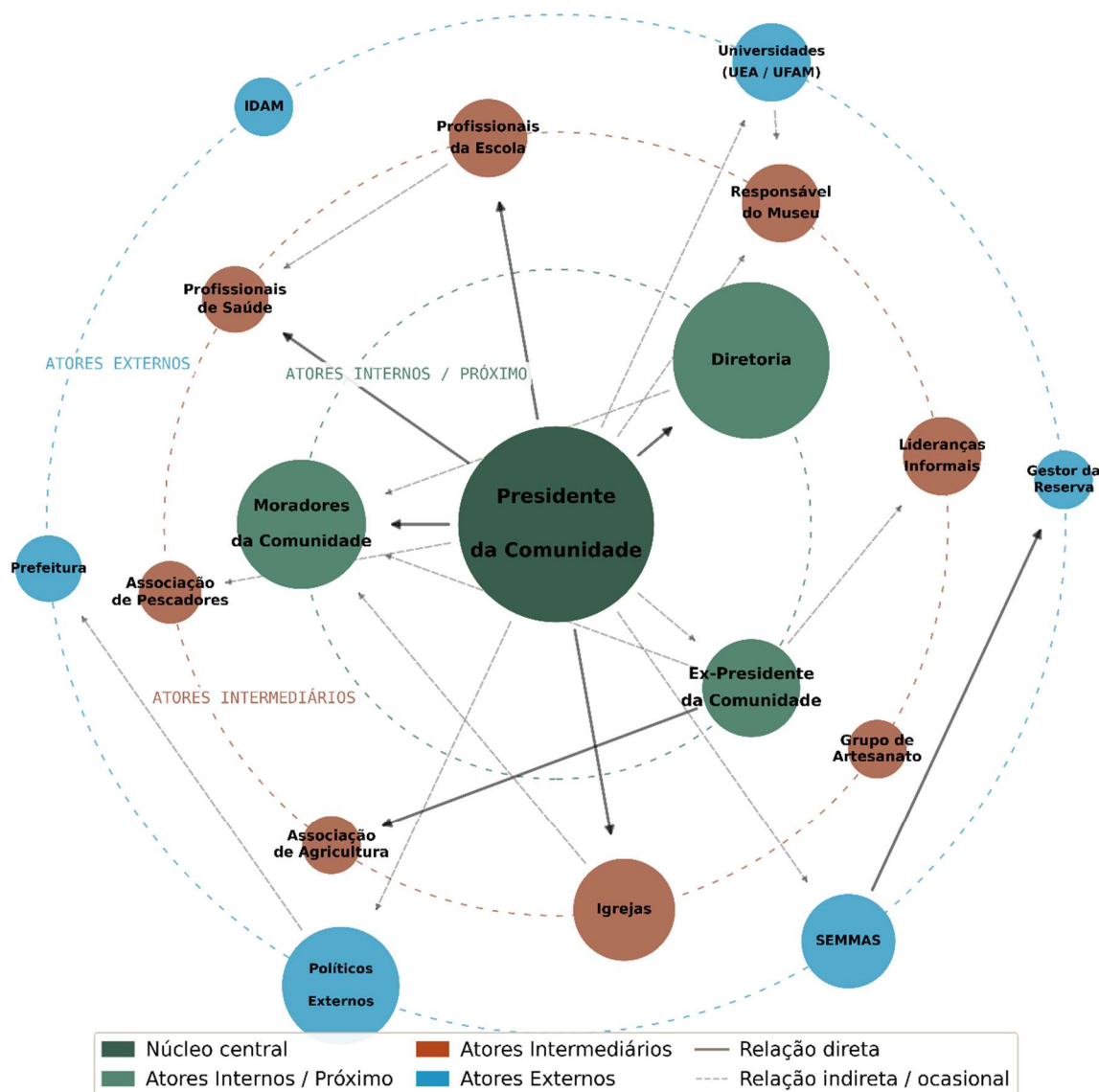
4.2.1 Os Atores da governança comunitária

A análise temática das entrevistas permitiu identificar um conjunto diversificado de atores que participam direta ou indiretamente, dos processos de governança da Comunidade

Agrovila. Conforme o arcabouço do GAF, os atores são compreendidos como indivíduos ou grupos que carregam as normas que orientam o comportamento, e independentemente do status de participação e sem preconceitos, todos devem ser incluídos (Hufty, 2011), podendo se manifestar tanto em estruturas formais quanto em arranjos informais.

A cartografia dos atores, está apresentada na Figura 7 e será discutida no decorrer das próximas seções.

Figura 7 –Representação dos atores da governança comunitária e suas relações, Agrovila.



Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.1.1 Núcleo central: Atores e atrizes

A representação dos atores da governança na Agrovila revela uma estrutura hierarquizada em camadas (Figura 7), na qual o protagonismo de determinados atores se

distribui de forma assimétrica. No núcleo central desse arranjo, situa-se a presidente da Associação dos Moradores da Agrovila. Nos anéis imediatamente adjacentes, posicionam-se os atores internos e próximos, representados pela diretoria da associação, por ex-presidentes da comunidade e pelos moradores em geral. Esses atores compõem a rede de relacionamentos mais imediata da governança local e condicionam, de modo direto, a dinâmica dos processos decisórios.

A presidente da associação destaca-se, nas entrevistas e na observação de campo, como a atriz de maior centralidade no arranjo de governança da Agrovila. Essa condição foi reconhecida de forma explícita pelos participantes, como ilustra o relato do Morador I: *“Nós temos aqui a presidente da comunidade, que ela tem uma influência muito grande. A presidente é influenciadora”*.

O morador I também nos mostra como ela está presente em todos os espaços da comunidade:

Geralmente, a presidente da comunidade está participando. Um detalhe é que se você fizer alguma coisa sem convidar a presidente da comunidade, ela vai estar lá. Não adianta, ela está em todas. [...] Convidando ou não, ela vai estar. É isso (Morador I).

A moradora B afirma: *“Ela [Presidente] acha que tem que tomar decisão em tudo”*. A própria presidente confirma sua posição de autoridade final nos processos decisórios ao afirmar: *“A última palavra é a minha, né? O que eu disser tá feito”*.

A abrangência dessa autoridade se traduz na concentração de funções que vão desde a interlocução com órgãos externos e a mobilização interna até o controle de acesso à comunidade e a articulação de benefícios coletivos, consolidando a percepção de que seu papel consiste em, segundo o morador B: *“ir resolver situações da comunidade”*.

A observação de campo confirmou esse protagonismo, evidenciando como a liderança conduziu integralmente a abertura e a condução da Assembleia Geral, mobilizando atores externos, apresentando editais aprovados e coordenando as deliberações sobre questões fundiárias e de infraestrutura.

A posição da presidência na rede de relações comunitárias evidencia um padrão de centralidade de intermediação, conceito empregado por Jacaúna (2020) para descrever atores que desempenham a função de conectar diferentes segmentos da rede social e institucional. Na Agrovila, essa posição se manifesta na capacidade da liderança de estabelecer vínculos entre os moradores e atores externos, como órgãos públicos, instituições religiosas e outras organizações parceiras. Essa função de mediação aparece de forma nítida no relato do Morador E:

“Presidente, né? É, a única que ainda tá colocando, assim, alguma coisa, né? Porque ela se pega com as pessoas, com as igrejas.”

O uso regional da expressão "se pegar", empregada no sentido de articular-se ou estabelecer contato com diferentes interlocutores, traduz essa função de mediação, indicando que a atuação da liderança envolve a construção ativa de conexões que viabilizam a circulação de informações, demandas e recursos entre a comunidade e o ambiente institucional mais amplo.

As entrevistas revelam, contudo, uma posição bifuncional sobre a percepção sobre a intermediação exercida pela liderança. Em alguns relatos, a atuação da presidência é associada a um padrão decisório concentrado, descrito por moradores como um padrão de *“decisão monocrática”* (Morador H) e exemplificado na observação do Morador D: *“Então, muitas vezes, a decisão só quem toma mais é a representante da comunidade”*.

Em outros depoimentos, essa mesma liderança aparece como a principal responsável por mobilizar a presença de instituições externas, como secretarias municipais ou órgãos gestores da reserva, cuja participação na comunidade frequentemente depende de sua iniciativa, conforme ilustra o relato do Morador L: *“Vem a secretaria SEMMAS, que é a responsável da reserva, né. Assim, quando a presidente convida”*.

Essa dualidade não constitui necessariamente uma contradição, mas reflete a sobreposição entre duas dimensões presentes em arranjos de governança comunitária, que são a autoridade interna para a condução de decisões e a capacidade de articulação externa com atores institucionais, como evidência Quintino, Franco e Pereira (2024) na Terra Indígena Caititu. No contexto amazônico, estudos como o de Jacaúna (2020) indicam que essas dimensões tendem a coexistir, uma vez que a eficácia na mobilização de recursos e apoio institucional depende, em grande medida, de atores capazes de ocupar posições estratégicas de intermediação na rede de governança. Nesse sentido, o padrão de liderança unipessoal observado define a estrutura básica da governança local e influencia diretamente as funções que os demais atores precisam suprir (Wang; Li, 2023).

Essa concentração de funções representa, contudo, uma vulnerabilidade potencial do arranjo de governança, especialmente em situações de transição de liderança. A dependência de uma única figura pode fragilizar a resiliência do sistema, pois pode não haver mecanismos institucionais que garantam a continuidade dessas conexões independentemente de quem ocupar a função (Hufty, 2011; Ostrom, 1990). Tal vulnerabilidade não é absoluta, na medida em que estruturas de governança paralelas e informais podem operar como mecanismos de mitigação por redundância (Carlisle; Gruby, 2019), como será discutido na seção seguinte.

A diretoria da associação constitui o ator coletivo formalmente investido de funções complementares à presidência, composta por vice-presidente, secretárias, tesoureiras e fiscais. Em contraste com o protagonismo da liderança central, a diretoria como coletivo demonstrou funcionamento fragmentado. Relatos de múltiplos participantes revelam que as reuniões prévias entre seus membros, previstas no estatuto, deixaram de ocorrer há pelo menos dois anos, como descrito pelo morador B: “[...] *era para ter uma reunião só entre os membros antes da reunião acontecer, para acertar que assunto nós vamos falar. Só que está com dois anos que isso não acontece*”.

Esse desarranjo da burocracia institucional é representativo, na medida que a capacidade de comunicação e aprendizado coletivo entre os membros de um arranjo policêntrico é condição fundamental tanto para a manutenção das regras de uso coletivo, um dos princípios de design de sistemas de governança duráveis (Ostrom, 1990), quanto para a adaptação do sistema diante de pressões externas (Carlisle; Gruby, 2019). A descontinuidade das reuniões da diretoria indica, portanto, não apenas uma falha procedimental, mas o enfraquecimento do capital social institucional do ator coletivo "diretoria" (Wang; Li, 2023), fenômeno expresso na narrativa do Morador B: *“Tudo que vem para a comunidade tem que apresentar para a diretoria. E muitas vezes não é isso que acontece”*.

Esse enfraquecimento, combinado à centralização já identificada na figura da presidente, aprofunda a assimetria do arranjo, fazendo com que a governança comunitária passe a depender menos das instâncias formais coletivas e mais da capacidade individual da liderança de suprir as funções que deveriam ser distribuídas entre os membros, o que lança dúvidas sobre a sustentabilidade do arranjo no longo prazo.

Ainda na esfera de atores internos próximos, destaca-se ainda a figura de ex-presidentes da comunidade, que detém considerável capital social acumulado e mantém redes de influência ativas, inclusive na articulação com atores externos. Segundo o Morador I: *“Além da presidente, tem esse senhor que foi presidente e ele conseguiu uma porção de pessoas que ficaram a favor dele. Inclusive, ele exerceu solicitações de outras autoridades políticas”*.

Contudo, o próprio Morador I sinalizou que tal influência *“não ultrapassa as decisões da presidente”*, sugerindo que, ainda que o ex-presidente constitua um nó de influência relevante, sua atuação permanece subordinada à centralidade de intermediação exercida pela liderança formal. Em conjunto, os moradores da comunidade compõem o ator coletivo mais amplo desse anel, cujo engajamento nos processos decisórios é condicionado pela dinâmica das demais relações internas, aspecto que será retomado na análise dos espaços de decisão da comunidade.

4.2.1.2 Conexões com lideranças formais e informais: atores intermediários

A camada intermediária da representação de atores (Figura 7) é composta por sujeitos e coletivos que não integram a estrutura formal da associação comunitária, mas exercem influência significativa nos processos de governança da Agrovila, seja por meio da mobilização de recursos, da mediação de conflitos ou da articulação de interesses setoriais junto à liderança central. Essa posição é característica do que o GAF denomina atores informais (Hufty, 2011), presença esperada em arranjos policêntricos nos quais a governança não se restringe às instâncias formalmente investidas de autoridade (Carlisle; Gruby, 2019). Compõem essa camada as igrejas, o responsável pelo museu comunitário, as lideranças informais, o presidente da associação de agricultura, além de outros agrupamentos setoriais como a associação de pescadores, o grupo de artesanato e os profissionais de saúde e educação presentes na comunidade.

As igrejas foram identificadas, nas entrevistas, como os atores intermediários de maior frequência e impacto direto percebido na vida comunitária. As falas do Morador E reforça essa percepção que *“ajuda muito a comunidade”*, o morador K expressa essa percepção de forma direta: *“As igrejas são mais... é o que mais vem, né? O que mais traz alguma coisa para dentro da comunidade”*.

Dentro da comunidade, o levantamento de endereços identificou 7 estabelecimentos religiosos, o que reforça sua importância como atores intermediários, tendo presença fixa no território e demonstrando que não constituem atores de presença episódica, mas integram de forma estável a estrutura social e espacial da comunidade. Diferentemente de outros atores cuja presença é percebida como burocrática ou intermitente, a presença das igrejas é descrita de forma predominantemente positiva, abrangendo a oferta de bens materiais como alimentos e roupas, a provisão de serviços de saúde e iniciativas de capacitação profissional. Essa atuação configura o que Mertens *et al.* (2011) descrevem como capital social de conexão, ou seja, vínculos estáveis entre a comunidade e redes externas capazes de mobilizar recursos não disponíveis localmente.

Esse papel das igrejas como agentes de coesão e suporte comunitário encontra paralelo na literatura brasileira, como apresentado no trabalho de Milani (2004), ao analisar o desenvolvimento local em Pintadas na Bahia, identificou a Igreja Católica como parceira central

na disseminação de práticas de transformação social, argumentando que, por meio de valores de solidariedade e cooperação, instituições religiosas estimulam a construção do sentido coletivo e do comunitário. Na Agrovila, esse potencial integrador está igualmente presente, mas opera por um mecanismo distinto, que não atua de forma independente, mas mediante articulação com a presidência da associação, como relatado pelo Morador E ao afirmar que o contato com as igrejas se dá “*conversando com a presidente*”. O fato da articulação com as igrejas passar pela presidência reforça a tese de uma posição de centralidade de intermediação estrutural já descrita na seção anterior, na medida em que a liderança comunitária funciona, também nesse caso, como filtro e porta de entrada dos recursos externos (Jacaúna, 2020).

O responsável pelo museu comunitário constitui outro ator intermediário com poder de decisão autônomo, circunscrito ao espaço institucional que coordena. Sua atuação abrange a gestão de atividades culturais e educativas realizadas naquele espaço, com capacidade de articulação direta com instituições externas, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), conforme relatado pelo Morador I: “*Essa decisão é tomada dentro do museu. Essa oficina de cerâmica, oficina de arqueologia, o próprio IPHAN já deu educação patrimonial aqui dentro da comunidade através do museu*”.

Essa autonomia setorial gerou episódios concretos de tensão com a liderança formal, configurando um conflito de jurisdição entre a autoridade informal do ator e o poder formal da presidência. Um dos moradores narra um dos episódios: “*A presidente da comunidade mandou podar as árvores do museu e não era para fazer isso, sem minha autorização. Então, eu acho, assim, que essas coisas são pequenas*” (Morador I).

Tais conflitos de jurisdição ilustram como a coexistência de múltiplos centros de autoridade, característica dos arranjos policêntricos (Carlisle; Gruby, 2019), pode gerar tanto complementaridade funcional quanto tensões relacionais no interior do sistema de governança.

As lideranças informais da comunidade constituem um estrato intermediário relevante, cujos capital social consolidado lhes conferem capacidade de influência sem que ocupem cargos formais na estrutura associativa. Nessa categoria se insere, de modo destacado, a figura de ex-presidentes cuja atuação, conforme já discutido na seção anterior, permanecem ativa na rede de relações comunitárias. Além dessa figura, o presidente da associação de agricultura representa outro ator intermediário com papel de mediação junto à liderança formal e de interlocução com órgãos gestores em situações de conflito territorial. Sua atuação é evidenciada no seguinte relato: “*Agora mesmo, a gente vai fazer uma manifestação lá com o secretário. Eu liguei para [...] o gestor da reserva, e ele disse que ele não vai autorizar nada para a gente botar roçado nas capoeiras*” (Morador J).

Esse episódio revela como atores intermediários setoriais podem assumir funções de representação e negociação que a associação formal, em sua configuração atual, não cobre de forma plena. Mesmo assim, essa configuração ainda se mostra subordinada a núcleo central (Figura 7), como foi visto na seção anterior, essas influências informais não ultrapassam a centralidade de intermediação da liderança formal, sugerindo que a camada intermediária opera em relação de dependência e tensão simultânea com o núcleo central. Tal estrutura oferece, contudo, uma resposta parcial ao problema identificado anteriormente, a excessiva dependência de um único ator. A existência de múltiplos atores intermediários com capital social próprio confere ao arranjo graus de adaptabilidade e resiliência comunitária diante de choques decorrentes de trocas de gestão formal, funcionando como mecanismos de redundância que mitigam a vulnerabilidade estrutural da centralização (Berkes, 2009; Carlisle; Gruby, 2019).

Integram ainda essa camada intermediária os profissionais que atuam nas instituições de serviço presentes na Agrovila, especialmente o diretor da escola e o profissional responsável pela organização das atividades no ponto de apoio de saúde. O diretor da escola é reconhecido pelos moradores como detentor de autonomia decisória no âmbito de suas atribuições institucionais, em posição comparável à do responsável pelo museu comunitário, e é descrito como alguém que "*sempre está ajudando*" no cotidiano comunitário (Morador K). Essa percepção encontra expressão na narrativa do Morador A, para quem a governança local se sustenta em uma articulação tripartite entre "*posto de saúde, escola e comunidade*", sugerindo que essas instituições de serviço não operam como entidades externas à vida comunitária, mas como polos complementares do arranjo local. A associação de pescadores e o grupo de artesanato também figuram na cartografia de atores (Figura 7), embora não explorado completamente seus papéis nas falas, contudo, sua inclusão é necessária e coerente com a orientação do GAF de mapear todos os atores que carregam normas e participam, direta ou indiretamente "do jogo" (Hufty, 2011).

4.2.1.3 Atores externos: Entre a parceria e o conflito

A camada externa da representação (Figura 7) é composta por atores e instituições que não integram a vida cotidiana da comunidade, mas que exercem influência significativa sobre seus processos de governança por meio de relações de regulação, financiamento, apoio técnico ou negociação política. Compõem essa camada a SEMMAS e seu gestor da reserva, as

universidades públicas, os representantes políticos externos e a Prefeitura de Manaus. Sua presença no arranjo de governança da Agrovila é marcada, de forma geral, pela intermitência, pela assimetria de poder e pela mediação obrigatória da liderança comunitária, características que condicionam o acesso da comunidade às instâncias externas de decisão e suporte institucional.

A SEMMAS ocupa posição singular nessa camada, na medida em que combina funções de regulação ambiental e gestão territorial. Por um lado, sua autoridade regulatória se expressa no controle de acesso à reserva, como indica o Morador I ao afirmar que visitantes "só podem entrar aqui com autorização deles [SEMMAS]". Por outro lado, sua atuação é percebida por moradores como omissa em relação ao desenvolvimento efetivo da comunidade, conforme sintetiza o Morador H: *"Começando pela própria gestão que já está essa comunidade que é a SEMMAS, que não ajuda praticamente nada aqui. Não tem nada que a SEMMAS implementou aqui dentro. Nada, nada, nada, nada"*.

A observação de campo realizada durante a Assembleia Geral evidenciou essa tensão de forma concreta, quando um debate acalorado se instaurou entre moradores que necessitam cultivar roças de subsistência nas capoeiras e as restrições impostas pelo órgão gestor em nome do plano de manejo da reserva. O Morador J sintetizou a contradição imposta por essas restrições: *"Agora, não querem deixar a gente fazer casa de alvenaria, mas... Porque era o certo, era não ter, né? Mas cadê a madeira para nós fazer casa de madeira? Não tem"*.

Observa-se uma contradição estrutural em que a regulação ambiental restringe simultaneamente o uso da madeira nativa e a construção em alvenaria, sem oferecer alternativa viável à população. Esse impasse ilustra a controvérsia inerente à governança territorial compartilhada em UC (Miguez; Souza; Pinheiro, 2024), revelando como regras institucionais que carecem de legitimidade aos olhos dos moradores enfraquecem as próprias bases do arranjo de cogestão (Berkes, 2009). Nesse sentido, Abramovay (2000) argumenta que construir instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo, em fortalecer o capital social dos territórios, tarefa que instituições cujas normas são percebidas como inaplicáveis dificilmente conseguirão cumprir, comprometendo a confiança e a reciprocidade que sustentam o arranjo policêntrico comunitário (Berkes, 2009; Ostrom, 1990).

A articulação com a SEMMAS acontece a partir da mediação realizada pela liderança comunitária, onde a liderança desempenha o papel de centralidade de intermediação (Jacaúna, 2020) já discutido anteriormente. Como podemos observar na fala do Morador L: *"Vem a secretaria SEMMAS, que é a responsável da reserva, né. [pausa] Assim, quando a presidente convida"*.

Essa condição reforça que o acesso institucional à comunidade não se organiza de forma autônoma ou institucionalizada, mas depende da iniciativa e da disponibilidade da presidência da associação para acionar esses contatos, o que insere a SEMMAS, a despeito de seu papel regulatório formal, na mesma lógica relacional que estrutura os demais vínculos externos da Agrovila.

As universidades públicas, como a UEA e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), figuram como atores externos com presença periódica na comunidade, atuando pontualmente no preenchimento de lacunas assistenciais deixadas pelo poder público. A fala do Morador A sintetiza essa percepção: *“O pessoal da UEA, da UFAM, às vezes eles se reúnem entre eles, trazem uma caixa d'água, se tá precisando de alguma coisa, eles ajudam na comunidade. Porque se for esperar pelo governo, também”*.

Embora sua atuação não seja sistemática, as universidades operam como pontes ocasionais entre a comunidade e recursos técnicos e materiais externos, contribuindo para a diversidade do arranjo de atores que sustenta a governança local (Mertens *et al.*, 2011). Sua presença, ainda que irregular, é percebida positivamente, contrastando com a ausência sentida dos atores estatais formalmente responsáveis e reforçando o padrão já identificado de uma governança sustentada por contribuições diversas e não institucionalizadas.

Os representantes políticos externos, compreendendo vereadores, candidatos a cargos eletivos e demais figuras do campo político, compõem o nó de atores cuja relevância é predominantemente percebida como instrumental. São reconhecidos como potenciais intermediários de recursos públicos, mas sua efetividade é potencialmente entendida como limitada pela fragmentação do voto na comunidade, conforme expresso pelo Morador F:

Você tem que ter um político do seu lado. Se você não tiver, não vai, hoje em dia. Então, você aqui é dividido pra quatro, cinco vereador [...] Nenhum olha pra... Daí, tudo dá as costas pra comunidade. Porque não ajuda, porque ninguém ajudou eles, né? (Morador F).

Essa percepção sugere uma dinâmica relacional na qual o acesso a recursos estatais tende a depender de vínculos políticos personalizados, mais do que de mecanismos institucionalizados. Tal configuração aproxima-se da interpretação proposta por Sabourin (2022) para quem a persistência do clientelismo no Brasil decorre da articulação entre relações de troca mercantil e relações de reciprocidade, ainda que estas operem de forma assimétrica e desigual (Sabourin, 2022). Nesse tipo de arranjo, a mediação política pode assumir a forma de uma reciprocidade assimétrica, na qual o acesso a bens públicos passa a ser condicionado por relações de apoio e reconhecimento político, sem que isso elimine completamente a lógica

institucional do Estado, o que foi constatado quando a comunidade conseguiu concentrar apoio político, a articulação demonstrou efetividade. A construção do Ponto de Apoio de saúde que tem como referência a Unidade Básica de Saúde Rural Nossa Senhora do Livramento foi viabilizada por uma modalidade de cofinanciamento entre a associação e um vereador, como narra o Morador K: *“Aí o vereador dava metade do recurso e nós dava metade, né? A associação dava metade. Aí foi que nós fizemos o posto de saúde”*.

Esse episódio ilustra simultaneamente o potencial e os limites dessa relação. O acesso a recursos públicos foi possível, mas dependeu de uma negociação de reciprocidade eleitoral não institucionalizada. Nessa perspectiva, a situação observada pode ser interpretada à luz do argumento de Sabourin (2022), segundo o qual o clientelismo contemporâneo tende a operar como um sistema híbrido, no qual relações de reciprocidade assimétrica coexistem com trocas desiguais típicas da mediação política e econômica, configurando formas de acesso a recursos que permanecem parcialmente dependentes de vínculos pessoais e alianças circunstanciais.

No quadro do GAF, os atores políticos externos ocupam a posição de sujeitos com acesso privilegiado a processos e recursos institucionais, mas cuja interação com a comunidade é intermitente e condicionada a negociações de reciprocidade que não se institucionalizam (Hufty, 2011). Essa característica os distingue tanto das igrejas, cuja presença é regular e percebida como genuína, quanto das universidades, cuja atuação é pontual, porém desprovida de condicionalidades políticas. O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) figura igualmente nessa camada, como ator externo de presença reconhecida, ainda que com menor presença nas falas das entrevistas, sendo mencionado pelo Morador K como instituição que *“sempre está aqui”*, o que sugere algum grau de relacionamento com a comunidade que, no entanto, não se traduziu em narrativas mais densas ao longo do trabalho de campo.

Tomados em conjunto, os atores externos revelam um padrão comum onde sua presença na governança da Agrovila é estruturalmente mediada pela liderança comunitária, episódica em sua regularidade e assimétrica em sua capacidade de produzir benefícios concretos para a população.

Apesar de demonstrar uma estrutura de vulnerabilidade no arranjo de governança, levando em consideração tudo que foi discutido até aqui, como as questões de dependência intermediação; ausência de canais institucionalizados de interlocução entre a comunidade e os atores externos; e a relação com contornos clientelista entre os moradores da comunidade e os atores políticos. Contudo, nota-se pontos positivos, como diversidade de atores externos presentes, ainda que de forma irregular, o que confere ao arranjo uma pluralidade de fontes de

recursos e apoio que parcialmente compensa a ausência de comprometimento estatal mais sistemático, o que define o caráter policêntrico assimétrico que caracteriza a governança do arranjo local.

4.2.2 Os espaços de decisão (pontos nodais)

O GAF apresenta os espaços de decisão como os locais de convergência onde diversos problemas, atores e processos se encontram, permitindo a tomada de decisões, a conclusão de acordos e a criação de normas sociais (Hufty, 2010). A pesquisa identificou seis espaços de decisão principais na Agrovila, os quais operam em modalidade tanto formal como informal, com alcance e legitimidade distintos, os quais discutiremos a seguir nos tópicos assinalados.

4.2.2.1 A sede comunitária e a Assembleia Geral

No quadro analítico do GAF (Hufty, 2011), a Assembleia Geral, um evento que deve ocorrer mensalmente, carrega o status de espaço de decisão formal, um local institucionalizado onde normas são negociadas, demandas são priorizadas e ações coletivas são legitimadas perante a comunidade. Sua regularidade mensal e sua abertura aos moradores sócios conferem-lhe o papel de principal mecanismo de *accountability* interno da comunidade.

Tanto as entrevistas, quanto a observação de campo da Assembleia Geral permitiram verificar *in loco*, o funcionamento desse espaço. A reunião, realizada entre 09h27 e 10h20, contou com uma participação estimada de 60 indivíduos, um total de presença que a própria comunidade reconhece como de baixa participação. Tal percepção é ilustrada pelo relato do seguinte morador:

Raramente é, né, porque quando marca uma reunião, nem todos vão (Morador D).

Não, porque nem todos...eh Raramente, dá muitos na reunião. São poucos os vezes que dá muita gente (Morador D).

Esse evento ocorre na sede da associação comunitária, que se constitui como o principal espaço físico de deliberação coletiva. É nela que ocorre mensalmente a Assembleia Geral,

reconhecida pelos moradores como o local das decisões mais relevantes para a comunidade: *“As decisões a serem tomadas para que haja melhoria ou algo errado que esteja acontecendo para que haja ser resolvido é nas assembleias gerais”* (Moradora L).

Contudo, entre a legitimidade formal desse espaço e seu funcionamento efetivo há divergências observadas que merecem serem discutidas. Relatos convergentes de múltiplos participantes revelam que a presença nas assembleias é consistentemente baixa:

Quando ela vai comunicar na reunião, na assembleia, nem muitos aparecem. São poucos que aparecem (Morador D).

Às vezes vai na reunião, aí às vezes bocado concorda, mas quando chega o dia não vai ninguém (Morador F).

Esse esvaziamento não é aleatório. A partir da codificação temática das entrevistas e da comparação entre os relatos dos participantes, foram identificados três padrões interpretativos que ajudam a explicar a baixa participação nas assembleias.

A primeira é a “desunião”, de característica multifacetadas, sendo uma dessas características presente as dimensões sobre conflitos relacionais que se traduzem em recusa de participação:

É porque um vê uma coisa de um jeito, o outro já vê de outro, aí o outro, ah, isso não vai dar certo, aquilo lá também não vai, aí acaba ficando aquela desunião entre a comunidade (Morador C).

Se tem uma reunião na sede, que é da gente mesmo, ah, eu não vou nessa reunião porque eu não quero. E assim fica, fica aquela desunião (Morador C).

A segunda é uma “fragmentação político-ideológica”, que aqui podemos discorrer sobre a polarização em torno de lideranças e candidatos que divide a comunidade em pequenos grupos que se recusam a compartilhar o mesmo espaço:

Porque cada presidente que fica assumindo, aí já fica a oposição, né? (Morador F).

Fico aí, fico formando os grupos particulares, aí não vão para a reunião (Morador J).

A terceira razão, e talvez a mais preocupante do ponto de vista estrutural, é a “descrença coletiva”. Uma erosão do sentido de corpo coletivo que retira dos moradores a motivação de participar: *“É um povo que, eu digo assim, desacreditado, dele mesmo. Ele não acredita nem nele, vali nos outros”* (Morador J).

Esse conjunto de fatores configura o que Milani (2004) identifica como enfraquecimento do capital social comunitário: quando a desconfiança interpessoal e a descrença nas instituições se sobrepõem à cooperação, o tecido associativo se fragmenta e a participação coletiva perde sua base social. Nesse contexto, a participação dos usuários nas

regras se configura como condição fundamental para a sustentabilidade dos arranjos de governança local (Ostrom, 1990), quando a participação ou os mecanismos de coordenação em um sistema policêntrico falham, o sistema tende à centralização ou ao colapso (Carlisle; Gruby, 2019). Contudo, a participação não desapareceu por completo, ela permanece latente, todavia, condicionada à expectativa de retorno material imediato, como demonstra a fala do Morador G: *“Tu quer ver essa sede lotar, fala que tu vai trazer uma cesta básica pra ir”*. O que demonstra como o espaço deliberativo deixou de ser valorizado por seu papel na tomada de decisões coletivas e passou a ser percebido como ponto de acesso a benefícios.

É nesse contexto de esvaziamento participativo que a centralidade da presidente adquire um outro sentido. Sua posição de intermediação estrutural (Jacaúna, 2020) não resulta apenas de uma disposição pessoal ao protagonismo, resulta também da ocupação de um vácuo deixado pela não participação dos demais associados. A presidente sustenta o espaço deliberativo formal precisamente porque poucos outros o fazem, como apresentado na fala do Morador D: *“Muitas vezes, ela joga no grupo, aí ela decide”*. Para suplementar o vácuo de participação da assembleia, surge então o grupo do whatsapp da comunidade, espaço que começaremos a discutir na próxima seção.

4.2.2.2 O Grupo de WhatsApp como espaço de decisão digital e outros locus

Em qualquer contexto, a governança não deve ser compreendida como uma estrutura exclusivamente formal, mas como os processos de interação e ação coletiva entre os moradores que levam à tomada de decisões e à formulação de normas sociais sobre as questões coletiva. Sob a ótica do modelo analítico proposto, esses processos não ocorrem no vácuo, mas convergem em pontos nodais, inclusive em interfaces virtuais (Hufty, 2010; Hufty; Báscolo; Bazzani, 2006). No caso analisado, o grupo de WhatsApp surgiu como um desses espaços de convergência, na qual se cruzam interações, fluxos de informação e práticas de coordenação comunitária, contribuindo para a organização da vida social local.

Esse espaço virtual consolida-se como um ponto nodal expressivo, operando como um arranjo tecnológico voltado à comunicação e mobilização rápida. Segundo os relatos, o aplicativo é a ferramenta primária para resolver urgências cotidianas, especialmente em situações de saúde, onde a rede de reciprocidade é ativada instantaneamente:

E aí, também, se a gente tiver doente, ela vem aqui, né, vem a gente, aí ela dá um jeito de, bota no grupo, quem tem daquele remédio, aí arranjam um pro outro, é assim.

[...]

Um dia desses Minha neta estava com dor no ouvido. Aí eu vou tendo grupo, aí eu consegui, aí eu já dei pra mulher o remédio pra desentupir o nariz.

[...]

Assim que a gente faz, entendeu? (Morador E).

Essa agilidade demonstra como o ponto nodal virtual facilita a circulação de informações em um contexto geográfico desafiador, mesmo fora das instâncias presenciais/formais.

Além da mobilização, o WhatsApp desempenha uma função central de deliberação informal. Embora existam as assembleias, é no espaço digital que muitos moradores encontram abertura para expressar opiniões e influenciar a agenda local. Como observado nas falas:

Uma coisa, quando precisa, ela bota no grupo, aí se muitos quiserem falar, muitos opinam no grupo (Morador D).

Vai pro grupo da comunidade, tem um grupo, no grupo quer é resolvido tudo (Morador A).

É muito importante. Muito importante mesmo, porque ela... Todo mundo fica ali. Então, faltou água, está com problema, a água não chegou na casa de alguém, então ele já vai e já reclama, entendeu (Morador I).

Esse arranjo permite uma horizontalidade relativa, onde o diálogo flui de modo contínuo, ainda que por vezes enfrentem a “desunião” e a “fragmentação político-ideológica”. Mesmo que haja conflitos de interesses, visto ser uma característica esperada a pluralidade de visões inerente a qualquer processo de governança.

O aplicativo também é utilizado como um repositório para o registro e comunicação das decisões tomadas nas instâncias formais. Assim, o grupo serve para dar publicidade ao que foi discutido em reuniões da diretoria ou assembleias, garantindo que mesmo os ausentes tomem conhecimento das normas estabelecidas: “*Às vezes, a pessoa bota só pra comunicar, né? O que foi dito na reunião, como que as pessoas foram, né[...]*” (Morador D).

Desse modo, o WhatsApp funciona como instrumento de transparência informativa, embora sua eficácia dependa do capital cultural e tecnológico dos atores envolvidos (Mertens *et al.*, 2011; Peng *et al.*, 2023), que afeta diretamente a *accountability* da governança comunitária, essencial para a manutenção de sistemas de “boa governança” (Quintino; Franco; Pereira, 2024).

Esse espaço opera sob uma norma implícita, ainda não codificada, de que decisões urgentes ou de baixa contestação podem ser resolvidas virtualmente, sem convocação de assembleia. Essa norma emergente, construída pela prática recorrente dos atores (Hufty, 2011),

expressa a adaptabilidade da governança comunitária (Carlisle; Gruby, 2019) e dialoga com um movimento mais amplo pelo qual plataformas digitais têm sido reconhecidas como espaços de ampliação do envolvimento de atores nos circuitos decisórios e de conformação de novos arranjos institucionais (Magalhães, 2018). Ao mesmo tempo, ela revela uma fragilidade institucional de fundo. Segundo os princípios de design³ propostos por Ostrom (1990), arranjos de autogovernança sustentáveis requerem que a maioria dos afetados possa participar da modificação das regras operacionais e que existam monitores responsabilizáveis pela comunidade. A norma informal do grupo de WhatsApp não satisfaz nenhum dos dois critérios: restringe a participação àqueles com acesso digital e opera sem mecanismos de monitoramento ou sanção especificada.

A fragilidade é visível quando se examina a questão do acesso diferencial. Nem todos os moradores participam do grupo, seja por falta de dispositivo, por exclusão relacional ou por escolha. Morador H declarou diretamente: *“bota no grupo da comunidade, que eu não participo do grupo. E, as vezes, alguma coisa que ela esteja precisando, ela participa do grupo. Só isso”*. Morador G, por sua vez, apontou a seletividade como mecanismo de exclusão: *“só vai aqueles que são convidados, né? Porque a maioria ela não avisa, não avisa para ninguém, não bota no grupo, porque aqui tudo é negócio de grupo, né?”*.

Esses trechos apresentam como o grupo, ao se tornar um espaço privilegiado de circulação de decisões, opera também como dispositivo de inclusão e exclusão seletiva. Como lembra Milani (2004), o princípio de participação ampla constitui condição para a legitimidade dos processos deliberativos em espaços de governança local. Na Região Norte, apesar de 76,8% das pessoas de 10 anos ou mais na área rural acessarem internet, o percentual de pessoas que não tem acesso ainda é elevado (IBGE, 2024a), o que pode ampliar as assimetrias existentes.

Em contraste a fluidez e agilidade do meio digital, a casa da presidente emerge, nas entrevistas, como um ponto nodal físico informal de natureza distinta. Com poucas menções nas entrevistas (três citações diretas), sua relevância reside menos na frequência que foi mencionado e mais no que revela sobre os processos de tomada de decisão na comunidade: *“La na casa dela mesmo? Quando a gente vai saber, já aconteceu”* (Morador J).

Para o GAF, há um padrão de sobreposição entre normas formais e informais em contextos de governança assimétrica (Hufty, 2011). A casa da presidente funciona como um ponto nodal informal de baixa visibilidade, uma arena de decisão fora das regras-em-uso reconhecidas coletivamente, mas de alta consequência para os processos de governança, em

³ Princípio 3: Collective-choice arrangements. Princípio 4: Monitoring. (Ostrom, 1990 p. 90)

virtude da posição de alta centralidade de intermediação da presidente (Jacaúna, 2020). Essa posição não contradiz a Assembleia Geral, ela a precede e, em muitos casos, podendo até a esvaziar, ao definir previamente posições e encaminhamentos que apenas serão ratificados no espaço formal. Esse fenômeno é consistente com o argumento de informalidade como característica presente da governança local no espaço amazônico (Quintino; Franco; Pereira, 2024).

Enfim, a dinâmica entre esses dois pontos nodais, um digital e aberto à interação, outro físico e centralizador, define o modelo de governança vigente na comunidade. A compreensão desses espaços e das tensões que neles emergem é fundamental para a análise seguinte. Ao mapear como os atores interagem e como as decisões são gestadas, estabelece-se a base necessária para a discussão trazida na próxima seção, que articula de que forma esse arranjo policêntrico assimétrico de governança comunitária impacta diretamente na qualidade de vida e no bem-estar dos moradores.

4.3 Governança como variável intermediária da qualidade de vida: articulação conceitual e triangulação

A compreensão da inter-relação entre governança e qualidade de vida exige que, em primeiro lugar, se estabeleçam as bases epistemológicas do lugar que a governança ocupa nesta análise. No GAF, os processos de governança não são nem variáveis independentes que determinam unilateralmente os resultados sociais, nem processos secundários desprovidos de capacidade causal. São, antes, variáveis intermediárias, causadas simultaneamente por configurações históricas, distribuições de recursos entre atores e sistemas normativos vigentes, e causais, na medida em que produzem efeitos concretos sobre as condições materiais e subjetivas de vida das populações (Hufty, 2010). A governança policêntrica assimétrica documentada nas seções anteriores não é, portanto, um fenômeno autônomo ou circunscrito à esfera político-organizacional da comunidade. Pelo contrário, deve ser investigada a luz dos quatro domínios do WHOQOL-BREF, Físico, Psicológico, Relações Sociais e Meio Ambiente, tanto como condição objetiva de acesso a bens e serviços quanto como estruturante das percepções subjetivas de bem-estar que o instrumento captura.

A análise parte do gradiente observado nos escores médios da amostra (n=102), onde se nota um contraste evidente: enquanto os domínios Meio Ambiente (59,41) e físico (65,23)

registram as médias mais baixas, os domínios Psicológico (71,77) e Relações Sociais (71,16) apresentam os valores mais elevados, uma distribuição que, longe de ser aleatória, reflete padrões identificáveis na estrutura de governança local e que os dados qualitativos permitem interpretar.

A investigação desses padrões demanda, todavia, uma estratégia metodológica que não se restrinja a nenhum dos dois registros de dados isoladamente. Os escores do WHOQOL-BREF medem a magnitude dos impactos sobre a qualidade de vida, respondendo à pergunta sobre “quanto” cada domínio está comprometido e permitem comparações entre grupos e entre facetas do instrumento. Entretanto, por conta da natureza quantitativa e transversal, são incapazes de revelar os mecanismos pelos quais a dinâmica dos atores e a eficácia ou ineficácia dos espaços de decisão produzem esses impactos. É nesse momento que a triangulação com os dados quantitativos socioeconômicos, os dados qualitativos das entrevistas semiestruturadas e observação de campo se torna metodologicamente indispensável, as falas codificadas dos moradores capturam o “como” e o “por quê” dos processos de intermediação, exclusão e cooperação, dando sentido real aos valores observados nos domínios. As subseções seguintes operam nesse duplo registro, articulando para cada domínio os escores quantitativos como dados a serem explicados e as narrativas dos moradores como evidências dos mecanismos de governança que os produzem, com suporte interpretativo nas categorias analíticas do GAF.

4.3.1 Atores estratégicos, pontos nodais e o domínio físico da qualidade de vida

O domínio Físico registrou escore médio de 65,23 (DP=16,66; mediana=67,86) na amostra da Agrovila, configurando-se como o segundo mais comprometido entre os quatro domínios avaliados pelo WHOQOL-BREF, superando apenas o domínio Meio Ambiente. A amplitude do desvio-padrão indica heterogeneidade expressiva entre os respondentes, sugerindo que as condições de saúde física não se distribuem de forma uniforme na comunidade. Essa heterogeneidade ganha significado quando desagregada por condição de saúde: moradores portadores de doenças crônicas apresentaram escore significativamente inferior no domínio Físico em comparação aos não portadores (58,49 vs. 69,07; U=786,50; p=0,004; r=-0,35), evidenciando efeito de magnitude moderada. Considerando que 12,37% da amostra são hipertensos e 13,44% relataram outras condições crônicas, uma parcela

cl clinicamente vulnerável da população depende do acesso a serviços de saúde cujas limitações estruturais precisam ser discutidas.

Para compreender essas limitações, é necessário considerar primeiramente a natureza instrumental da unidade de saúde presente na Agrovila. A unidade caracteriza-se como ponto de apoio, uma das modalidades prevista pela portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, Política Nacional de Atenção Básica para atender populações dispersas, como o caso das comunidades ribeirinhas e rurais na Amazônia (Ministério da Saúde, 2017), funcionando minimamente com médico e enfermeiro, com capacidade restrita de procedimentos. Na Agrovila, a ausência de cirurgião-dentista é mencionada de forma explícita nas entrevistas, e o acesso a exames ou consultas especializadas exige deslocamento ao polo de saúde de referência, conforme o relato do Morador L:

E aqui funciona uma vez por semana, durante a cheia, né, o rio quando está cheio, no caso seria na quinta-feira, o médico vem com a enfermeira, só não temos dentista aqui, e pra conseguir uma vaga de dentista só no posto do livramento, e quando tem vaga, então é isso (Morador L).

O funcionamento da unidade se dá uma vez por semana, às quintas-feiras, durante o período de cheia dos rios, convertendo-se em ausência total de serviço durante os meses da seca.

Essa descontinuidade sazonal não constitui um evento imprevisível, mas uma condição estruturalmente esperada no contexto do que Schweickardt *et al.* (2016) denominam como território líquido, categoria que designa o modo específico de organização espacial e social da Amazônia, no qual o rio não é apenas elemento da paisagem, mas a própria infraestrutura que estrutura os deslocamentos, os acessos e as temporalidades da vida ribeirinha. Lima *et al.* (2021), nos lembra como o sistema de transporte fluvial nas áreas rurais e ribeirinhas amazônicas é limitado pelas distâncias, pelas calhas dos rios e pelo regime das águas, de modo que o cronograma de qualquer serviço prestado nesse território deve incorporar a sazonalidade como variável de planejamento, e não como contingência.

Na Agrovila, esse ajuste talvez não ocorra. A interrupção do atendimento médico durante a seca, que se estende por cerca de quatro a cinco meses, é descrita pelos moradores com precisão e sem surpresa, o que indica que se trata de uma experiência típica:

tem médico na quinta-feira, e quando seca o rio, a gente fica sem médico. Em torno de quatro, cinco meses sem médico na comunidade (Morador A).

A saúde é meio complicada, hein? Quando está seco o rio, não tem. Aqui não vem médico, aqui não vem nada (Morador C).

O descompasso entre a política de saúde e a realidade do território líquido configura, nos termos do GAF, uma limitação de operacionalidade do processo de governança (Hufty, 2011). Assim, pondera-se que os pontos nodais existentes não estão sendo ativados para produzir normas ou pressões coletivas que mitiguem o problema, e a continuidade assistencial durante a seca permanece sem cobertura institucional. Esse diagnóstico articula-se diretamente com a intermitência dos atores externos com capacidade de intervenção, especialmente a SEMMAS e a Prefeitura, cuja presença na comunidade depende da iniciativa da liderança comunitária e não de compromissos normativos estáveis.

A garantia da continuidade dos atendimentos nesses territórios exige a coordenação entre diferentes setores e esferas de governo, compreendendo a gestão municipal de saúde, o órgão gestor da reserva, as equipes de atenção primária e a própria associação comunitária como interlocutora das demandas locais. Lima *et al.* (2021) demonstram como modelos tecnoassistenciais adaptados ao território líquido produziram avanços expressivos na inclusão de populações dispersas em contextos amazônicos justamente porque incorporaram a intersetorialidade e a sensibilidade territorial como princípios organizadores do cuidado. Na Agrovila, esse potencial permanece subexplorado, porque a comunidade dispõe de uma associação ativa, com vínculos com universidades e com o órgão gestor da reserva, e de uma liderança com capacidade de articulação externa, recursos relacionais que, em tese, poderiam sustentar uma demanda organizada por mecanismo de continuidade assistencial durante a seca.

Nesse contexto, o papel da presidência como nó de convergência entre a comunidade e os recursos de saúde externos expressão vulnerabilidades, como consequência quantitativa destaca-se que 80,00% dos moradores com condições de doença crônica declarem buscar atendimento, nesses, 69,44% o fazem exclusivamente no Ponto de Apoio da comunidade (Tabela 6), uma dependência que se converte em desassistência nos meses da seca dos rios. A correlação negativa moderada entre presença de doença crônica e escore no domínio Físico ganha, nesse cenário, um significado que ultrapassa a dimensão clínica individual, funcionando como representação numérica do custo da interrupção do cuidado sobre a população mais vulnerável da Agrovila.

A análise de correlação entre variáveis sociodemográficas e os domínios de qualidade de vida reforça a heterogeneidade observada. O número de moradores no domicílio apresentou correlação positiva moderada com o escore físico ($\rho=0,38$; $p<0,001$), indicando que domicílios com maior número de residentes tendem a registrar melhores percepções de saúde física. Esse resultado pode refletir a importância das redes domésticas ampliadas como mecanismos informais de apoio cotidiano, nos quais a divisão de tarefas e o suporte entre membros da família

atenuam limitações físicas individuais (Reyes; Schoeni; Freedman, 2021). Por outro lado, a idade ($\rho=-0,25$; $p=0,013$) e a renda per capita ($\rho=-0,24$; $p=0,035$) apresentaram correlação negativa fraca com o domínio físico, sugerindo que indivíduos mais idosos ou pertencentes a domicílios com maior renda per capita tendem a registrar escores ligeiramente inferiores. Considerando a composição domiciliar da comunidade, esse padrão pode estar associado à presença de domicílios menores compostos por moradores mais velhos, nos quais a renda individual tende a ser relativamente maior, mas a vulnerabilidade física também se apresenta mais acentuada.

A mobilidade, componente central do domínio Físico no WHOQOL-BREF, aprofunda o diagnóstico ao revelar que as dificuldades de transporte fluvial aparecem de forma recorrente nas narrativas como limitação concreta ao acesso a serviços e à vida cotidiana:

Porque nem todo mundo idoso que precisa pode estar se batendo aqui para pegar uma lancha e pegar um remédio lá na cidade. E, às vezes, nem ali na base não tem (Morador B).

o bote tem que ir na porrada. [...] E com velocidade, tem hora que a gente barra. Quando dá na areia, a gente se bate. Já apareceu gente batida aqui na comunidade (Morador E).

Essas demandas ocupam espaço expressivo nas narrativas individuais, mas não encontram correspondência nos espaços de decisão coletiva da Agrovila, como a Assembleia Geral ou o grupo de WhatsApp da comunidade, e tampouco se convertem em pressão articulada sobre os atores externos com capacidade de intervenção, questão que será mais detalhada nas próximas seções. Essa constatação, contudo, não deve ser lida como evidência de uma limitação inerente ao território ou às pessoas que o habitam. Como argumentam Schweickardt *et al.* (2016), o território líquido amazônico é constituído por presenças e potências, compreendendo os rios como caminhos de acesso, de conexão e de encontros, e não como barreiras ao desenvolvimento humano. Na Agrovila, a potência já está presente, distribuída entre moradores, lideranças, instituições de serviço e redes de apoio. O que está ausente é a arquitetura institucional capaz de mobilizá-la de forma coordenada, convertendo demandas recorrentes em respostas efetivas.

4.3.2 Fragmentação dos espaços de decisão e o domínio psicológico da qualidade de vida

Entre os quatro domínios avaliados pelo WHOQOL-BREF na Agrovila, o domínio Psicológico registrou o escore médio mais elevado (71,77; DP=14,81; mediana=75,00), com destaque para as facetas de imagem corporal e aparência (80,15) e autoestima (78,43), sendo as duas mais altas de todo o instrumento. Esse resultado não é trivial, ele aponta para a existência de recursos psicossociais robustos operando de forma relativamente independente das condições materiais de vida e das disfunções identificadas na estrutura de governança.

No arcabouço do GAF, os processos de governança são precedidos e condicionados por normas sociais e valores que estruturam as expectativas coletivas e conferem identidade aos atores (Hufty, 2011). No contexto das comunidades ribeirinhas amazônicas, essa base normativa corresponde a um capital simbólico territorialmente enraizado (Fraxe; Witkoski; Miguez, 2009; Lira; Chaves, 2016). O pertencimento ao território, as redes de reciprocidade entre vizinhos e familiares e a dimensão espiritual da vida cotidiana constituem, nesse sentido, dimensões subjetivas do bem-estar que operam de forma relativamente autônoma em relação às condições materiais objetivas (Minayo; Hartz; Buss, 2000), expressando o que Mertens *et al.* (2011) denominam capital social de ligação. Essa base normativa e relacional opera, na Agrovila, como base de autoestima e sentido de vida que se revela resiliente diante das adversidades, inclusive socioeconômicas.

A estrutura demográfica da comunidade reforça essa interpretação. Entre os responsáveis pelos domicílios, 17,54% nasceram na própria localidade e 56,14% residem no território há 12 anos ou mais, indicando trajetórias prolongadas de vivência e permanência no espaço comunitário. Tal padrão sugere um grau significativo de enraizamento no território, no qual o tempo de convivência favorece a consolidação de relações de vizinhança, a construção de confiança interpessoal e a formação de redes de apoio no cotidiano. Evidências empíricas apresentadas por Futemma, Castro e Brondizio (2020) indicam que, em determinadas comunidades amazônicas, iniciativas coletivas e formas locais de organização contribuíram para a constituição de fortes vínculos de capital social de ligação. Nesse sentido, em contextos comunitários de pequena escala, a permanência prolongada tende a favorecer a densificação das relações sociais e o fortalecimento de identidades coletivas territorialmente enraizadas, configurando condições propícias à formação desse tipo de capital social.

A Comunidade Agrovila apresenta 59,65% dos domicílios recebendo algum benefício financeiro, com renda per capita concentrada na faixa de 0,5 a 1,5 salário-mínimo (19,30%).

Ainda assim, possuem em média, escores psicológicos superiores a 70, o que pode indicar que a percepção subjetiva de bem-estar não é determinada em função da condição econômica objetiva. Essa situação quando confrontada com a realidade dos processos de governança, revela um paradoxo que as narrativas qualitativas permitem compreender à luz das categorias analíticas do GAF.

Como contraponto, nota-se uma dicotomia entre a satisfação individual, aferida pelos altos escores das facetas de autoestima e sentido de vida e a percepção do declínio do projeto coletivo, expressa pelo Morador F: *“o ponto negativo hoje é todo mundo se acordar e ver que a comunidade está descendo”*.

Esse contraponto aparenta não comprometer, até então, os escores do domínio Psicológico, pois o WHOQOL-BREF mede a percepção individual de bem-estar, não a qualidade dos processos coletivos. Contudo, ele sinaliza uma tensão latente que os dados quantitativos, por sua natureza transversal, foram incapazes de capturar.

O dado estatístico mais relevante para a compreensão dessa tensão é o único resultado significativo nos testes de associação do domínio Psicológico: moradores em situação de trabalho apresentaram escore significativamente superior aos que não trabalhavam (75,77 vs. 67,27; $U=900,00$; $p=0,008$; $r=0,31$), com tamanho de efeito moderado. Esse resultado dialoga com os resultados das entrevistas, onde as falas trouxeram que as regras formais e a falta de contrapartidas da SEMMAS dificultam o desenvolvimento de atividades produtivas plenas na Agrovila. Este resultado sinaliza que quando a governança não consegue negociar normas que compatibilizem conservação ambiental e a sobrevivência digna no território os efeitos se propagam para além do domínio econômico. Nesse sentido, a governança na Agrovila opera sobre o bem-estar psicológico de seus moradores em um equilíbrio tênue, entre a identidade ribeirinha e as redes de solidariedade cotidiana, e o esvaziamento dos espaços de decisão coletiva e as restrições à autonomia produtiva, o que em um acompanhamento longitudinal pode revelar um cenário adverso nesse domínio.

4.3.3 Dinâmica dos pontos nodais e o domínio de relações sociais da qualidade de vida

O domínio Relações Sociais registrou escore médio de 71,16 (DP=18,49; mediana=75,00) na amostra da Agrovila, o segundo mais elevado entre os quatro domínios do WHOQOL-BREF. A amplitude do desvio-padrão, que foi o maior entre todos os domínios

avaliados, revela que essa média encobre uma heterogeneidade considerável na percepção de suporte social, qualidade das relações pessoais e vida sexual entre os moradores, o que convida a uma análise que vai além do valor central. Os testes de associação reforçam essa complexidade, onde nenhuma das variáveis socioeconômicas testadas (sexo, situação de trabalho, escolaridade, recebimento de auxílios, presença de doença crônica) produziu diferença estatisticamente significativa neste domínio, indicando que as relações sociais na Agrovila são percebidas de forma relativamente homogênea independentemente das condições individuais dos moradores. Esse padrão sugere que o domínio Relações Sociais é sustentado por dinâmicas de governança que transcendem as diferenças socioeconômicas individuais, operando de forma relativamente uniforme entre os moradores.

A análise dos pontos nodais, já detalhada, revelou-se fundamental para compreender essa dinâmica local com o domínio de relações sociais. Os relatos das entrevistas indicam que o grupo de WhatsApp da comunidade consolidou-se como o ponto nodal mais dinâmico da Agrovila, integrando funções de comunicação, deliberação informal e mobilização de apoio mútuo.

Esse arranjo digital permite a conversão de necessidades de saúde individuais em demandas coletivas, operando por meio do fortalecimento do capital social de ligação (Mertens *et al.*, 2011). Considerando que o suporte social é um componente central do domínio de Relações Sociais no WHOQOL-BREF, o grupo de WhatsApp parece atuar, diante da escassez de mecanismos institucionais eficazes, como o principal dispositivo de ancoragem para a percepção positiva de apoio entre os moradores.

Nota-se, contudo, fragilidade na função deliberativa, mencionada abaixo pelo Morador M, não é um fenômeno isolado, mas o reflexo da diversidade normativa descrita por (Hufty, 2010). Na Agrovila, esse pluralismo se manifesta no grupo de WhatsApp como desavenças que fragilizam sua função deliberativa: *“Algumas pessoas colocam algumas questões, aí sempre vai ter aquelas desavenças, né? Que eu não concordo, o fulano não concorda”* (Morador M).

Ao retomar a percepção de seletividade apontada pelo Morador G, que argumenta que “só vai aqueles que são convidados”, observa-se que essa dinâmica também repercute no domínio das relações sociais. O grupo é, simultaneamente, o mecanismo mais valorizado de comunicação coletiva e um espaço cujo acesso à informação é percebido como seletivo e assimétrico, o que ecoa, no nível das relações sociais, a mesma lógica de concentração decisória identificada no domínio Físico.

No domínio de relações sociais, essa tensão, indica uma possível associação ao suporte social percebido como instável e condicionado à posição que o morador ocupa nas redes de

confiança e afinidade intracomunitárias, como destacado na revisão sistemática de Buja e Akhtar (2025), que evidenciou o capital social, em sua dimensão cognitiva, desempenhando papel importante na melhoria da qualidade de vida e dos resultados de satisfação com a vida. Dessa forma, o elevado desvio-padrão do domínio (18,49) pode, em parte, se reflexo dessa heterogeneidade na experiência na rede de suporte comunitária, os moradores melhor inseridos nas redes relacionais da comunidade percebem suporte robusto, enquanto aqueles às margens dessas redes, podem perceber o suporte como seletivo ou inexistente.

A sustentação do domínio Relações Sociais na Agrovila não pode, todavia, ser compreendida apenas pelo que se produz internamente à comunidade. Alguns atores externos desempenham uma função complementar que os dados qualitativos apresentaram. Eles introduzem regularmente momentos de encontro coletivo, ações de saúde, cursos e eventos culturais que a governança interna, fragilizada pela fragmentação dos espaços de decisão, não consegue produzir de forma sistemática. Um morador descreve a percepção do vínculo com atores externos como fonte de reconhecimento e pertencimento: *“o ponto forte é que sempre vem, nós não somos esquecidos. Sempre as pessoas nos procura, pra que haja ações, reuniões, cursos, palestras”* (Morador L).

No arranjo, as igrejas e universidades configuram-se como atores relevantes que, embora não detenham os recursos necessários para assumir posição estratégica nos processos decisórios internos, mobilizam capitais simbólicos, culturais e relacionais que suprem demandas não atendidas pela governança local (Hufty, 2010). Essa constatação implica diretamente sobre a interpretação do escore do domínio Relações Sociais, onde a percepção positiva das relações sociais na Agrovila pode estar parcialmente ancorada em atores externos cujas presenças são periódicas, voluntárias e não garantidas por nenhum arranjo normativo existente. Isso torna o domínio em questão estruturalmente vulnerável, pois, se a presença de igrejas, universidades e outras organizações externas diminuísse, o suporte social percebido pelos moradores poderia sofrer desgaste significativo, não porque as relações intracomunitárias fossem insuficientes, mas porque o arranjo de governança não gerou, de forma autônoma, os espaços coletivos que complementam o domínio relações sociais da comunidade.

4.3.4 Normas formais, restrições ambientais e o domínio de meio ambiente da qualidade de vida

O domínio Meio Ambiente registrou o menor escore médio entre os quatro domínios do WHOQOL-BREF na Agrovila (59,41; DP=14,36; mediana=60,94), resultado que, isoladamente, já sinaliza um comprometimento estrutural do bem-estar ambiental percebido pelos moradores. A análise das facetas individuais do instrumento aprofunda o diagnóstico: recursos financeiros (44,36) e recreação e lazer (46,08) registraram os dois menores escores de todo o instrumento, muito abaixo dos valores observados nos demais domínios. Esses resultados não refletem apenas condições materiais presentes, mas também as limitações estruturais impostas pelo arranjo institucional que regula o uso do território.

A condição de RDS corresponde a um conjunto articulado de normas em três níveis hierárquicos (Hufty, 2010, 2011; Hufty; Báscolo; Bazzani, 2006): a) meta-normas que instituem a preservação ambiental como valor estrutural orientador do contrato social do território; b) normas constitutivas que, derivadas desse valor, definem os mecanismos institucionais pelos quais a SEMMAS exerce sua função regulatória; c) normas regulativas que prescrevem condutas específicas e estabelecem sanções, como a proibição de roçado em capoeira, a vedação de construção em alvenaria, as restrições à venda de terrenos e ao ingresso de pessoas externas sem autorização.

O problema analisado não reside na existência dessas normas em si, não tem como ir contra os objetivos proposto das UC, sua legitimidade conservacionista é reconhecível, mas na ausência de processos de governança capazes de negociar sua implementação de forma que não transfira integralmente o custo da preservação ambiental para as populações mais vulneráveis que habitam o território. Os dados socioeconômicos tornam esse custo mensurável: 48,93% dos domicílios sobrevivem com renda de até um salário-mínimo, 49,12% dependem do Bolsa Família, e quanto às condições de moradia 78,95% das habitações são de madeira, material cuja reposição e manutenção as normas da reserva dificultam, ao proibir a construção em alvenaria e restringir o acesso à madeira nativa. A estrutura educacional da comunidade reforça esse quadro de vulnerabilidade. Os dados de escolaridade indicam que uma parcela expressiva da população adulta apresenta baixa escolarização formal e presença significativa de moradores que declararam não saber ler ou escrever. Contudo, a análise estatística realizada não identificou associação significativa entre os escores do domínio de qualidade de vida e as variáveis analisadas; este resultado sugere que a percepção de qualidade de vida no domínio meio

ambiente na comunidade não se distribui de forma diferenciada segundo os determinantes sociais, indicando que as restrições estruturais do território afetam de maneira relativamente homogênea os moradores, independentemente de suas características/trajetórias.

A observação da Assembleia Geral evidenciou que a regularização fundiária e o uso do território constituem pautas centrais e ainda não resolvidas na comunidade. Conforme registrado no Plano de Gestão da RDS, desde 2017, o tema da regularização da posse da terra é uma questão importante para a UC, como pode ser observado no trecho destacado abaixo:

A questão fundiária da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé não foi resolvida desde sua criação. Como atestado pelos órgãos fundiários, existem alguns títulos definitivos sobrepostos à área, o que pode ser um ponto de conflito e tornar a regularização fundiária mais complexa, pois irá demandar tempo, disponibilidade orçamentária, financeira e de pessoal (SEMMAS, 2017, p. 31).

O fato de que os moradores, na Assembleia Geral observada, ainda debatessem esse problema quase dez anos depois, tendo deliberado pela abertura de processo de usucapião com apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), demonstra a persistência da insegurança sobre o uso do território, uma das dimensões avaliadas pelo domínio Meio Ambiente do WHOQOL-BREF, que permanece juridicamente precária.

O exemplo acima ilustra essa divergência entre norma constitutiva e prática, quando a RDS, tendo como umas de suas etapas garantir “a emissão dos Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), [...] instrumento legal apontado no SNUC para garantir o direito de uso da terra pelas comunidades” (SEMMAS, 2017, p. 30) e não o faz.

Outros exemplos, como nas falas documentadas abaixo, apresentam com intensidade a percepção dessa tensão, agora entre normas regulativas e condições de vida:

esse ano, não querem liberar pra gente botar um roçado na capoeira. E aqui é uma reserva de desenvolvimento sustentável. Então, os morador tem que se manter aqui, né? Tem que plantar, tem que colher, tem que tirar o sustento daqui [...] Agora, não querem deixar a gente fazer casa de alvenaria, mas [...] cadê a madeira para nós fazer casa de madeira? Não tem (Morador J).

O Morador H complementa: “*se deixasse trabalhar de verdade, era bom, a comunidade se desenvolveria*”. Essas falas não expressam resistência à conservação ambiental, expressam a experiência concreta de um conjunto normativo mal cogerido, no qual as normas regulativas da SEMMAS operam sobre a vida cotidiana sem que haja processos de governança que garantam sua contraparte, o objetivo, o desenvolvimento sustentável prometido no próprio nome da reserva.

Como já documentado, esse vácuo de presença institucional é particularmente grave porque a SEMMAS não é apenas mais um ator externo, é o órgão que detém autoridade

normativa sobre o território e, portanto, seria o interlocutor natural de qualquer processo coletivo de negociação das regras que afetam diretamente as condições de vida dos moradores. Quando esse interlocutor se ausenta da governança cotidiana, as normas que emana continuam produzindo efeitos restritivos, mas sem o contrabalanceamento de ações que promovam o desenvolvimento, como observa-se, mesmo que com uma precisão involuntária, a partir do resultado da faceta recursos financeiros (44,36), a que obteve escore mais baixa avaliada.

Ainda assim, os dados qualitativos e a observação de campo indicam que a governança policêntrica da Agrovila, ainda que assimétrica e fragmentada, é capaz de produzir conquistas coletivas concretas quando diferentes centros de poder se articulam em torno de demandas específicas. O abastecimento de água pela rede geral, presente em 94,74% dos domicílios, e a cobertura universal de energia elétrica são os exemplos mais robustos de resultados obtidos pela mediação entre a comunidade e atores externos ao longo do tempo. Na reunião observada em campo, a pauta incluía a aprovação de um edital para aquisição de bens coletivos (roçadeira, lancha, motor rabeta) e a articulação para construção de uma quadra esportiva mediante apoio externo, essas demandas incidem diretamente nas facetas de lazer (46,08) e condições materiais do domínio Meio Ambiente. O projeto Água Boa, Figura 8, foi uma iniciativa recente obtida pela articulação de intermediação da presidente da comunidade. O morador G descreve essa conquista: *“o que ela fez de bom até aqui, graças a Deus, foi esse negócio de caixa que vem pra pô água. Isso aí foi muito bem-vindo pra nossa comunidade aqui. Todo mundo quase ganhou”*.

Esses episódios demonstram que a governança policêntrica, quando ativada, não é impotente diante das restrições normativas do território, ela é capaz de navegar entre os diferentes centros de autoridade (comunidade, SEMMAS, Prefeitura, universidades, editais públicos) e extrair recursos que melhoram as condições de vida.

O problema estrutural aqui, é que essa capacidade aparenta ser episódica, dependente da iniciativa e do capital de conexão dos atores, e não parece estar institucionalizada em processos regulares de negociação entre a comunidade e os órgãos que detêm poder normativo sobre o território. Enquanto a governança permanecer assim configurada, o domínio Meio Ambiente continuará sendo o ponto de maior vulnerabilidade da qualidade de vida na Agrovila, não por falta de atores dispostos a agir, mas pela ausência de normas que garantam que essa ação seja sistemática, permanente e capaz de compatibilizar conservação ambiental com o direito ao “bem-viver” dos moradores que habitam e guardam a reserva.

Figura 8 – Distribuição de água, projeto água boa.



Fonte: Elaborado pelo Autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação analisou a governança comunitária e sua inter-relação com a qualidade de vida dos moradores da Agrovila, localizada na RDS do Tupé, em Manaus, Amazonas.

O levantamento das características socioeconômicas e da qualidade de vida evidenciou um perfil típico das comunidades ribeirinhas da Amazônia, marcadas por baixa renda, pouca escolaridade e péssimas condições habitacionais. A aplicação do WHOQOL-BREF nos 102 moradores revelou uma distribuição heterogênea dos escores entre os domínios avaliados, com o domínio Meio Ambiente apresentando o desempenho mais comprometido e os domínios Psicológico e Relações Sociais registrando os valores mais elevados, sugerindo que as condições materiais objetivas não se traduzem de forma linear na percepção subjetiva do bem-estar.

O mapeamento dos atores e dos espaços de decisão, identificou um conjunto de múltiplos centros de decisão, uma estrutura policêntrica, porém assimétrica onde a presidência da comunidade ocupa um nó de alta centralidade de intermediação entre a Agrovila e as instituições externas. Três espaços de decisão principais foram caracterizados, a Assembleia Geral, o grupo de WhatsApp e a casa da presidente, com distintos níveis de efetividade institucional e capacidade de conversão de demandas comunitárias em ações coordenadas, esse que são pontos chaves para descrever, a partir da triangulação dos múltiplos dados, três padrões que articulam governança e qualidade de vida na comunidade.

O primeiro padrão, denominado mediação assimétrica, indica que os efeitos da governança sobre o bem-estar tendem a não resultar de processos coletivos horizontais e institucionalizados, mas da capacidade relacional concentrada em um único ator estratégico, a presidência, que intermedia o acesso a serviços de saúde, mobiliza suporte mútuo e obtém conquistas materiais mediante trânsito entre diferentes esferas de poder. Nessa configuração, a qualidade de vida dos moradores, na medida em que depende da governança, tende a ser tão estável quanto a liderança que a sustenta, o que representa uma vulnerabilidade estrutural que os escores do WHOQOL-BREF não conseguem capturar em sua extensão real.

O segundo padrão é o esvaziamento funcional dos espaços formais de decisão. A Assembleia Geral opera em condição de progressivo descrédito e vem sendo substituída pelo grupo de WhatsApp como espaço de deliberação informal, cuja capacidade institucional é limitada para converter demandas comunitárias em pressão organizada sobre atores externos. O domínio Meio Ambiente, o mais comprometido entre os avaliados, com as facetas de recursos

financeiros e recreação e lazer como pontos de maior vulnerabilidade, expressa o custo que pode recair sobre os moradores do território quando os processos de governança não conseguem negociar com a SEMMAS, a Prefeitura e o poder público em geral, quanto às condições de vida da comunidade.

O terceiro padrão, a resiliência psicossocial como recurso não governado, indica que os domínios Psicológico e Relações Sociais, os de melhor desempenho, parecem sustentados por recursos que precedem e, em grande medida, independem dos processos de governança formal, como a identidade ribeirinha territorialmente enraizada, as redes de reciprocidade cotidiana, a dimensão espiritual e os vínculos afetivos de longa duração (Fraxe; Witkoski; Miguez, 2009; Lira; Chaves, 2016; Minayo; Hartz; Buss, 2000). Esses recursos operam como amortecedores que ajudam a explicar por que uma comunidade com as condições socioeconômicas da Agrovila apresenta escores de qualidade de vida que não são uniformemente baixos. Há indícios, contudo, de que esses recursos não são reconhecidos nem potencializados pelos processos de decisão existentes, o que pode torná-los suscetíveis à erosão gradual provocada pela fragmentação político-ideológica, pelo descrédito coletivo acumulado e pelo esvaziamento da comunidade.

O estudo pode apresentar limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados e validade. A natureza transversal da abordagem quantitativa afasta deduções causais entre as variáveis socioeconômicas e os escores do WHOQOL-BREF, sendo os resultados dos testes estatísticos indicativos de associações e não de relações de determinação.

O tamanho amostral, embora representativo das condições de acesso da coleta domiciliar censitária realizada, limita o poder estatístico de algumas comparações por subgrupos, particularmente aquelas envolvendo variáveis com categorias de baixa frequência.

Em conjunto, esses achados contribuem para a literatura sobre governança em UC amazônicas ao indicar que a qualidade de vida de populações tradicionais não é determinada apenas pelas condições materiais objetivas, mas também pela capacidade ou incapacidade dos processos coletivos de converter demandas comunitárias em ações coordenadas entre os múltiplos atores que interagem sobre o território. Como evidenciado, nos episódios em que a comunidade se mobilizou coletivamente houve conquistas concretas, sugerindo que a ampliação da participação nos espaços de decisão pode constituir uma via para o fortalecimento institucional, o aprimoramento das normas coletivas e a melhoria das condições de vida dos moradores. Sugere-se novos estudos, em múltiplas comunidades analisando, em simultâneo, com o objetivo de ampliação desse entendimento em contexto mais amplos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379–397, 30 abr. 2000.
- ALDRICH, Daniel P.; MEYER, Michelle A. Social Capital and Community Resilience. **American Behavioral Scientist**, v. 59, n. 2, p. 254–269, 1 fev. 2015.
- BERKES, Fikret. Evolution of co-management: Role of knowledge generation, bridging organizations and social learning. **Journal of Environmental Management**, v. 90, n. 5, p. 1692–1702, 1 abr. 2009.
- BEVIR, Mark. **Governance: A Very Short Introduction**. [S.l.]: Oxford University Press, 2012.
- BIN-QIANG, Jing *et al.* A thematic review on community governance from 2018 to 2023: Analysis of future research trends. **Journal of Infrastructure Policy and Development**, v. 8, n. 5, p. 3805, 22 abr. 2024.
- BRASIL. LEI nº 9.985. De 18 de julho de 2000. 2000.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006.
- BRONDIZIO, Eduardo S. *et al.* Making place-based sustainability initiatives visible in the Brazilian Amazon. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 49, p. 66–78, 1 abr. 2021.
- BROWN, Madeline. Diversity and Adaptation in Local Forest Governance in Yunnan, China. **Human Ecology** 2020 48:3, v. 48, n. 3, p. 253–265, 28 maio 2020.
- BUJA, Alessandra; AKHTAR, Sohail. The association between social capital and quality of life in old adults: a systematic review and meta-analysis. **Frontiers in Public Health**, v. 13, p. 1668696, 2025.
- BUSS, Paulo Marchiori *et al.* Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4723–4735, 2020.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes; SAIDEL, Maria Giovana Borges. Amostragem em investigações qualitativas: conceitos e aplicações ao campo da saúde. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 10, n. 25, p. 404–424, 10 dez. 2022.
- CARLISLE, Keith; GRUBY, Rebecca L. Polycentric Systems of Governance: A Theoretical Model for the Commons. **Policy Studies Journal**, v. 47, n. 4, p. 927–952, 1 nov. 2019.

CARRAPATO, Pedro; CORREIA, Pedro; GARCIA, Bruno. Determinante da saúde no Brasil: a procura da equidade na saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 676–689, 1 jul. 2017.

CARRERO, Gabriel Cardoso *et al.* Deforestation Trajectories on a Development Frontier in the Brazilian Amazon: 35 Years of Settlement Colonization, Policy and Economic Shifts, and Land Accumulation. **Environmental Management**, v. 66, p. 966–984, 2020.

CESAR, Mateus; LUNA, Ivette; PERKINS, Ellie. De tragédia a solução: a atualidade teórica e empírica dos recursos comuns no Brasil. **Nova Economia**, v. 30, n. 1, p. 7–35, 1 jan. 2020.

CHAVES, M. P. S. R.; DACILIEN, R.; CAMPINAS, C. L. C. Questão Social & Qualidade de Vida: estudo de caso dos imigrantes haitianos em Manaus. **Emancipacao**, v. 21, n. e2115018, p. 1–23, 10 ago. 2021.

CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues *et al.* SUSTENTABILIDADE & QUALIDADE DE VIDA: práticas sustentáveis de saúde em comunidades ribeirinhas no Amazonas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, n. 1, p. 265–285, 24 jun. 2020.

CODEVASF. **Estudo dos indicadores socioeconômicos em municípios da área de atuação da Codevasf**. Brasília : DF: CODEVASF, 2024.

DALE, A.; NEWMAN, L. Social capital: a necessary and sufficient condition for sustainable community development? **Community Development Journal**, v. 45, n. 1, p. 5–21, 1 jan. 2010.

EUDEMIA, Lucas *et al.* Governance in post-conflict scenarios: assessing models of community-based governance in the departments of Caquetá and Cesar (Colombia). **Territory, Politics, Governance**, v. 11, n. 8, p. 1553–1575, 17 nov. 2023.

EUDEMIA, Luca *et al.* Community-Based Governance and Sustainability in the Paraguayan Pantanal. **Sustainability**, v. 11, n. 19, p. 5158, 20 set. 2019.

FARMER, Tracy *et al.* Developing and implementing a triangulation protocol for qualitative health research. **Qualitative health research**, v. 16, n. 3, p. 377–394, mar. 2006.

FLECK, Marcelo P. A. *et al.* Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida “WHOQOL-bref”. **Revista de Saúde Pública**, v. 34, n. 2, p. 178–183, 2000.

FRAZE, Therezinha de Jesus Pinto.; WITKOSKI, Antônio Carlos.; MIGUEZ, Sámia Feitosa. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. **Ciência e Cultura**, v. 61, n. 3, p. 30–32, 2009.

FUTEMMA, Célia; CASTRO, Fábio De; BRONDIZIO, Eduardo S. Farmers and Social Innovations in Rural Development: Collaborative Arrangements in Eastern Brazilian Amazon. **Land Use Policy**, v. 99, p. 104999, 1 dez. 2020.

FUTEMMA, Célia; DE CASTRO, Fábio; BRONDIZIO, Eduardo S. Farmers and Social Innovations in Rural Development: Collaborative Arrangements in Eastern Brazilian Amazon. **Land Use Policy**, v. 99, p. 104999, 1 dez. 2020.

GUION, Lisa A.; DIEHL, David C.; MCDONALD, Debra. Triangulation: Establishing the Validity of Qualitative Studies. **EDIS**, v. 2011, n. 8, p. 3, 1 ago. 2011.

HU, Jiayan. Model innovation construction of social work participation in grassroots community governance based on fuzzy comprehensive evaluation model. **Applied Mathematics and Nonlinear Sciences**, v. 9, n. 1, 1 jan. 2024.

HUFTY, Marc. Gobernanza en salud pública: hacia un marco analítico. **Revista de Salud Pública**, v. 12, n. 1, p. 39–61, 2010.

HUFTY, Marc. Investigating policy processes: The Governance Analytical Frame-work (GAF). *In: In: Wiesmann U, Hurni H, editors; with an international group of co-editors. RESEARCH FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT: FOUNDATIONS, EXPERIENCES, AND PERSPECTIVES. Perspectives of the Swiss National Centre of Competence in Research (NCCR) North-South.* [S.l.]: Geographica Bernensia; NCCR North-South, 2011. v. 6 p. 403–424.

HUFTY, Marc; BÁSCOLO, Ernesto; BAZZANI, Roberto. Gobernanza en salud: un aporte conceptual y analítico para la investigación. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. SUPPL., p. S35–S45, 2006.

IBGE. **Evolução dos indicadores de qualidade de vida no Brasil com base na Pesquisa de Orçamento Familiares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**.

IBGE. **Tabela 6793: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, sexo e utilização da Internet no período de referência dos últimos três meses**. 2024. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6793#resultado>>. Acesso em: 27 maio. 2026a.

IBGE. **Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE)**. 2024. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/38734-cadastro-nacional-de-enderecos-para-fins-estatisticos.html?edicao=40122&t=resultados>>. Acesso em: 17 mar. 2026b.

IPEA. **Agenda 2030 : objetivos de desenvolvimento sustentável : avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil : ODS 3 : assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades**. Brasília: [S.n.]. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14126/1/Agenda_2030_ODS_3_Asegurar_uma_vida_saudavel.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2026.

JACAÚNA, Tiago da Silva. COMO SE GOVERNA A AMAZÔNIA? Redes sociais e governança ambiental em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 103, p. e3510302, 2020.

LIMA, Rodrigo Tobias de Sousa *et al.* Saúde em vista: uma análise da Atenção Primária à Saúde em áreas ribeirinhas e rurais amazônicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 6, p. 2053–2064, jun. 2021.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, p. 66–76, 29 fev. 2016.

MAGALHÃES, Rosana. Governança, redes sociais e promoção da saúde: reconfigurando práticas e institucionalidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 10, p. 3143–3150, 1 out. 2018.

MANSURI, Ghazala; RAO, Vijayendra. **Community-Based (and Driven) Development: A Critical Review**. [S.l.]: World Bank Publications, 2004.

MARIOSIA, Duarcides Ferreira; CAMILO, Maria Virgínia Righetti Fernandes. Território, Trabalho e Saúde: Repercussões Socioambientais do Estilo de Vida em Duas Comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, Manaus, Amazonas. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v. 7, n. 2, p. 189–205, 1 ago. 2018.

MCGINNIS, Michael D.; OSTROM, Elinor. Social-ecological system framework: initial changes and continuing challenges. **Ecology and Society**, v. 19, n. 2, 2014.

MERTENS, Frédéric *et al.* Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia. **Acta Amazonica**, v. 41, n. 4, p. 481–492, 2011.

MIGUEZ, Samia Feitosa; SOUZA, Rayssa da Conceição Brito de; PINHEIRO, Roseni. Territórios da gestão socioambiental e saúde na Amazônia. **Saúde em Debate**, v. 48, n. especial 1 ago, p. e8734–e8734, 20 ago. 2024.

MILANI, Carlos. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Organizações & Sociedade**, v. 11, n. spe, p. 95–113, 2004.

MINAYO, Maria Cecília De Souza; HARTZ, Zulmira Maria De Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7–18, 2000.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 2.436, de 22 de setembro de 2017**. [S.l.: S.n.]. 2017. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html>. Acesso em: 4 maio. 2026.

OLIVEIRA, João Lucas Campos De; MAGALHÃES, Ana Maria Müller De; MATSUDA, Laura Misue. Métodos mistos na pesquisa em enfermagem: possibilidades de aplicação à luz de creswell. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 27, n. 2, p. e0560017, 2018.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, Elinor. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. **Science (New York, N.Y.)**, v. 325, n. 5939, p. 419–422, 24 jul. 2009.

PEDROSO, Bruno *et al.* Cálculo dos escores e estatística descritiva do WHOQOL-bref através do Microsoft Excel. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, v. 2, n. 1, 1 jul. 2010.

PENG, Yu *et al.* Effectiveness in Rural Governance: Influencing Factors and Driving Pathways—Based on 20 Typical Cases of Rural Governance in China. **Land** **2023**, Vol. **12**, Page **1452**, v. 12, n. 7, p. 1452, 20 jul. 2023.

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 2, p. 241–250, jun. 2012.

PEREIRA, Samanta Borges *et al.* Organização social em comunidades rurais atingidas pela mineração: (des) articulação no acesso às políticas públicas. **Informe GEPEC**, v. 22, n. 2, p. 194–214, 28 jan. 2019.

PNUD. **RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2021/2022. Tempos incertos, Vidas instáveis: A construir o nosso futuro num mundo em transformação.** [S.l.: S.n.]. 2023. Disponível em: <<https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-05/hdr2021-22ptpdf.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2026.

PRETTY, Jules. Social capital and the collective management of resources. **Science**, v. 302, n. 5652, p. 1912–1914, 12 dez. 2003.

QUEIROZ, Helder L. A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 183–203, ago. 2005.

QUINTINO, Joedson Da Silva; FRANCO, Marcelo Horta Messias; PEREIRA, Henrique dos Santos. Governança comunitária e gestão ambiental de castanhais na Terra Indígena Caititu. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 10, n. 1, p. e50843, 16 out. 2024.

RANA, Kritika; CHIMORIYA, Ritesh. A Guide to a Mixed-Methods Approach to Healthcare Research. **Encyclopedia** **2025**, Vol. **5**, Page **51**, v. 5, n. 2, p. 51, 11 abr. 2025.

REYES, Adriana M.; SCHOENI, Robert F.; FREEDMAN, Vicki A. National estimates of kinship size and composition among adults with activity limitations in the United States. **Demographic research**, v. 45, p. 1097, 2021.

RHODES, R. A. W. The New Governance: Governing without Government. **Political Studies**, v. 44, n. 4, p. 652–667, 1 set. 1996.

SABOURIN, Eric. Public Policies for Sustainable Territorial Development in Brazil: Between Clientelism and Participation. **Sustainability**, v. 14, n. 5, p. 3058, 5 mar. 2022.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar *et al.* TERRITÓRIO NA ATENÇÃO BÁSICA: abordagem da Amazônia equidistante. In: CECCIM, Ricardo Burg *et al.* (Orgs.). **In-formes da atenção básica: aprendizados de intensidade por círculos em rede (Prospecção de Modelos**

Tecnoassistenciais na Atenção Básica em Saúde) - Volume 1. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2016. p. 101–131.

SEMMAS. Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, Amazonas. Volumes I e II Revisão Final. Manaus: [S.n.]. 2017.

SINGH, Mudit Kumar; MOODY, James. Do social capital and networks facilitate community participation? **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 42, n. 5/6, p. 385–398, 10 maio 2022.

WANG, Dexin; LI, Shijun. Innovation of Contemporary Chinese Urban Community Governance under the Perspective of Social Capital: Participation of Multiple Subjects Based on Community Proposals. **Sustainability**, v. 15, n. 1, p. 93, 21 dez. 2023.

WHO. **WHOQOL-BREF : introduction, administration, scoring and generic version of the assessment : field trial version.** Genebra: [S.n.]. 1996.

WHO. **PROGRAMME ON MENTAL HEALTH DIVISION OF MENTAL HEALTH AND PREVENTION OF SUBSTANCE ABUSE WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHOQOL: User Manual.** . Rev. 1 ed. Genebra: WHO, 1998.

WHO. **WHOQOL - Medindo a Qualidade de Vida| A Organização Mundial da Saúde.** Disponível em: <<https://www.who.int/tools/whoqol>>. Acesso em: 16 mar. 2026.

WWF-BRASIL. **RDS: Diretrizes para a regulamentação.** Brasília: [S.n.]. 2007.

XIANG, Hongxun *et al.* What Is the Rational Choice of Community Governance Policy. **Sustainability (Switzerland)**, v. 15, n. 3, 1 fev. 2023.

ZANATTO, Vinícius Galvão; ROSA, Patrícia Carvalho. Conflitos socioambientais em áreas protegidas: disputas territoriais nas reservas de desenvolvimento sustentável Mamirauá e Amanã – AM. **INTERthesis, Revista Internacional Interdisciplinar**, v. 17, p. 01–18, 29 jul. 2020.

APÊNDICE A – Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): Membros do conselho gestor e representantes da comunidade

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) MEMBROS DO CONSELHO GESTOR E REPRESENTANTES DA COMUNIDADE

Título da pesquisa: Governança e qualidade de vida em uma comunidade ribeirinha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé- AM

Pesquisador: Moisés Correa Lopes, telefone: (97)984001030, discente do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) da Universidade do Estado do Amazonas, localizada no Endereço Avenida Carvalho Leal nº 1777, Bairro Cachoeirinha, Manais, AM.

Local onde será realizada a pesquisa: Este estudo será realizado na comunidade ribeirinha Agrovila Amazonino Mendes, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, Manaus, AM.

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa citada acima. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pela pesquisadora e pelo participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o pesquisador. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos: Esta pesquisa será realizada porque é importante compreender como acontecem as relações entre as pessoas que influenciam nas decisões na autogestão da comunidade e também verificar como está a qualidade de vida dos moradores da comunidade. Esta pesquisa tem por objetivo analisar a governança e a inter-relação com qualidade de vida de moradores da comunidade ribeirinha Agrovila Amazonino Mendes da REDES do Tupé, Manaus/AM. Como objetivos específicos este estudo visa: Conhecer os atores e os espaços de decisão na governança na comunidade ribeirinha; mensurar as condições socioeconômicas e os domínios da qualidade de vida dos residentes da comunidade e compreender a relação dos atores e espaços de decisão com os domínios da qualidade de vida.

Procedimentos: Participando do estudo você está sendo convidado(a) a responder uma entrevista, individual, por meio de um roteiro com perguntas abertas sobre como são tomadas as decisões na comunidade. Estes procedimentos serão realizados individualmente, em sua casa, para assegurar a confidencialidade da pesquisa. Durante a entrevista vamos precisar gravar o que senhor(a) falar (apenas sua voz), o que será feito em local privativo e seguro, para que nenhuma outra pessoa possa ouvir. Em seguida esta entrevista será transcrita, escrevendo todas as palavras ditas, assegurando que seu nome ou dados de identificação não serão redigidos ou divulgados, para isso vamos identificar as entrevistas através de códigos e números, assim manteremos sua privacidade e sigilo em qualquer tempo do estudo. A gravação de áudio será exclusivamente utilizada para a transcrição e análise dos dados, não havendo previsão de divulgação pública desse conteúdo. Esta atividade pode durar até 30 minutos, mas se você precisar podemos realizar no tempo que você se sinta mais confortável.

Poderá ainda ser realizada também uma observação, na qual iremos acompanhar a reunião do conselho local da comunidade, observando as discussões compartilhadas na reunião.

Quanto ao risco de violação dos dados, tal risco será minimizado pela manutenção do sigilo, anonimato e confidencialidade dos mesmos durante todas as etapas de execução do estudo, com as seguintes providências: o pesquisador é responsável pelo adequado armazenamento de todos os dados coletados na pesquisa, bem como assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações dos participantes da pesquisa codificando os mesmos e evitando divulgação de seus dados pessoais; uma vez concluída a coleta de dados, será feito o download de todos os dados coletados para um dispositivo eletrônico local e será apagado todo e qualquer registro de qualquer plataforma, ambiente compartilhado ou “nuvem”.

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante/responsável legal: _____

Página **88** de

4

Desconfortos e riscos: Toda pesquisa envolve riscos. Nesta pesquisa, que abrange entrevistas com os moradores da comunidade da REDES do Tupé, os riscos que poderemos listar, incluem: constrangimento e cansaço dos participantes, violação de sigilo e confidencialidade dos dados. Com relação ao constrangimento e cansaço dos participantes, a aplicação de entrevistas extensas pode causar desconforto ou mesmo cansar os informantes. Para minimizar esse risco,

as entrevistas serão realizadas em um ambiente confortável e bem arejado, permitindo que o participante se sinta à vontade e seguro para responder sem interrupções. Além disso, será oferecida a opção de pausa durante a entrevista para reduzir o cansaço.

Em se tratando dos riscos relacionados a violação de sigilo e confidencialidade, o risco de que informações pessoais possam ser expostas inadvertidamente é uma preocupação. Contudo, para proteger a privacidade dos participantes, todas as entrevistas serão realizadas em locais privados, evitando a presença de terceiros e garantindo que as respostas não sejam ouvidas por outras pessoas. Os dados coletados, incluindo gravações em áudio serão anonimizados, não contendo identificação nominal e serão manuseados apenas pelo pesquisador responsável. Após transferidos para meio digital os dados serão armazenados em dispositivos seguros e protegidos por senha com backup apenas local, não contará com salvamento em nuvem.

Benefícios: A realização deste estudo proporciona benefícios tanto diretos, como indiretos que podem impactar positivamente tanto a comunidade da REDES do Tupé quanto o avanço acadêmico no campo da organização e governança das comunidades tradicionais ribeirinhas. Quanto os benefícios diretos para a comunidade, podemos citar sobre o avanço ao fornecer informações detalhadas sobre a percepção de qualidade de vida, gerando dados que podem subsidiar ações da própria comunidade para fortalecer sua governança e qualidade de vida. Além disso, ao reconhecer e valorizar a cultura e as práticas locais de gestão e organização, a pesquisa apoia a identidade comunitária e contribui para a conscientização sobre as necessidades e demandas específicas da população local.

Sobre os benefícios indiretos, o enfoque maior é para a gestão e políticas públicas, onde os dados gerados têm o potencial de apoiar a formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida em comunidades ribeirinhas. Os resultados poderão orientar a criação de políticas de preservação e manejo sustentável que promovam uma governança inclusiva e eficaz. O desenvolvimento de estratégias de gestão participativa que englobem a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável é tema valioso no contexto das UC's, assim podemos proporcionar uma discussão que subsidiar valiosos insights para tomada de decisão em políticas em vários níveis.

Liberdade de recusar ou retirar o consentimento: A permissão para participar do estudo é voluntária. Fica claro que você ou seu representante legal, pode a qualquer momento retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar desta pesquisa e ciente de que todas as informações prestadas tornar-se-ão confidenciais e guardadas por força de sigilo profissional. Este documento assegura a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade do

participante da pesquisa durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica (Item IV.3.e, da Resolução CNS nº.466 de 2012).

Acompanhamento e assistência: Você tem o direito à assistência integral e gratuita devido a danos diretos e indiretos, imediatos e tardios, pelo tempo que for necessário em decorrência da sua participação nesta pesquisa. Lembramos ainda que você será acompanhado(a) por um profissional formado e capacitado durante o estudo. (Resolução CNS nº. 446 de 2012).

Acesso aos resultados: Os resultados obtidos com este estudo deverão ser publicados, independentemente dos resultados encontrados; contudo, sem que haja identificação dos indivíduos que prestaram sua contribuição como participantes da pesquisa, respeitando, assim, a privacidade dos participantes conforme rege as normas éticas.

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante/responsável legal:

Página 2 de 4

Sigilo e privacidade: Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe do pesquisador. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado. O pesquisador se compromete com a garantia do sigilo em relação às suas respostas, as quais serão tidas como confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos, cabendo ao pesquisador, responsabilidade pelo armazenamento adequado de todos os dados coletados na pesquisa, bem como garantia do sigilo e da confidencialidade das suas informações; Será garantida, ainda, a não identificação nominal no banco de dados, a fim de garantir o seu anonimato; Uma vez concluída a coleta de dados, será feito a tabulação de todos os dados coletados, garantindo o anonimato dos participantes e confidencialidade das informações, para um dispositivo eletrônico local não mantendo todo e qualquer registro de qualquer plataforma, ambiente compartilhado ou “nuvem”.

Ressarcimento e indenização: Os participantes estarão dispensados de qualquer despesa ou ressarcimento decorrente deste projeto de pesquisa, mantendo-se o direito a pedir indenizações e cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante. Além disso é assegurado o seu direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e

imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário

Tratamento dos dados: Esta pesquisa prevê o armazenamento dos dados coletados em repositório de dados com o objetivo de possível reutilização, verificação. Sua identidade não será revelada nesses dados, pois os dados só serão armazenados de forma anônima (isto é, os dados não terão identificação), utilizando mecanismos que impeçam a possibilidade de associação, direta ou indireta com você. Sendo assim, não haverá possibilidade de reversão da anonimização.

Contato: Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador Moisés Correa Lopes, Escola Superior de Ciências da Saúde -UEA, Avenida Carvalho Leal, 1777, Cachoeirinha. Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva, 1º andar prédio administrativo, tel:(97)984001030, e-mail: mcl.msc24@uea.edu.br. Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP /UEA) – Comitê de Ética da Universidade do Estado do Amazonas. Av. Carvalho Leal, 1777, Cachoeirinha. Manaus, Amazonas. Tel.: (92) 99225-6612. E-mail: cep@uea.edu.br . Horário de funcionamento - 8:00 às 14:00 de segunda a sexta-feira, para esclarecer dúvidas antes, durante e depois do projeto.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) se localiza na Avenida Carvalho Leal, 1777 - Cachoeirinha, Manaus/AM, Cep: 69065-001; telefone (92) 3878-4368, e-mail: cep.uea@gmail.com, com horário de funcionamento das 8:00 às 14:00 de segunda a sexta-feira.

() Sim, autorizo a gravação da minha voz;

() Não, não autorizo a gravação da minha voz;

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante/responsável legal:

Página 3 de 4

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do(a) participante da pesquisa:

Data: ____/____/____.

Digital quando não alfabetizado.

(Assinatura do participante da pesquisa ou nome)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa/responsável legal. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

Data: ____/____/____.

(Assinatura do pesquisador)

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante/responsável legal:

Página **4 de 4**

APÊNDICE B – Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): qualidade de vida

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) QUALIDADE DE VIDA

Título da pesquisa: Governança e qualidade de vida em uma comunidade ribeirinha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé- AM

Pesquisador: Moisés Correa Lopes, telefone: (97)984001030, discente do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) da Universidade do Estado do Amazonas, localizada no Endereço Avenida Carvalho Leal nº 1777, Bairro Cachoeirinha, Manais, AM.

Local onde será realizada a pesquisa: Este estudo será realizado na comunidade ribeirinha Agrovila Amazonino Mendes, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, Manaus, AM.

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa citada acima. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo pesquisador e pelo participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o pesquisador. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos: Esta pesquisa será realizada porque é importante compreender como acontecem as relações entre as pessoas que influenciam nas decisões na autogestão da comunidade e também verificar como está a qualidade de vida dos moradores da comunidade. Esta pesquisa tem por objetivo analisar a governança e a inter-relação com qualidade de vida de moradores da comunidade ribeirinha Agrovila Amazonino Mendes da REDES do Tupé, Manaus/AM. Como objetivos específicos este estudo visa: Conhecer os atores e os espaços de decisão na governança na comunidade ribeirinha; mensurar as condições socioeconômicas e os domínios da qualidade de vida dos residentes da comunidade e compreender a relação dos atores e espaços de decisão com os domínios da qualidade de vida.

Procedimentos: Participando do estudo você está sendo convidado(a) a responder a dois questionários, onde um questionário é composto por perguntas sobre as condições sociais e

econômicas da sua família e outro questionário com perguntas sobre sua qualidade de vida. O tempo necessário para responder aos questionários é em média 20 minutos, mas se você precisar podemos realizar no tempo que você se sinta mais confortável. Estes procedimentos serão realizados individualmente, em sua casa, para assegurar a confidencialidade da pesquisa; ainda, quanto ao risco de violação dos dados, tal risco será minimizado pela manutenção do sigilo, anonimato e confidencialidade dos mesmos durante todas as etapas de execução do estudo, com as seguintes providências: o pesquisador é responsável pelo adequado armazenamento de todos os dados coletados na pesquisa, bem como assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações dos participantes da pesquisa codificando os mesmos e evitando divulgação de seus dados pessoais; uma vez concluída a coleta de dados, será feito o download de todos os dados coletados para um dispositivo eletrônico local e será apagado todo e qualquer registro de qualquer plataforma, ambiente compartilhado ou “nuvem”.

Desconfortos e riscos: Toda pesquisa envolve riscos. Nesta pesquisa, que abrange responder a questionários pelos moradores da comunidade da REDES do Tupé, os riscos que poderemos listar, incluem: constrangimento e cansaço dos participantes, violação de sigilo e confidencialidade dos dados.

Com relação ao constrangimento e cansaço dos participantes, a aplicação de questionários extensos pode causar desconforto ou mesmo cansar os informantes. Para minimizar esse risco, a aplicação dos questionários serão realizadas em um ambiente confortável e bem arejado, permitindo que o participante se sinta à vontade e seguro para responder sem interrupções. Além disso, será oferecida a opção de pausa durante o preenchimento do questionário para reduzir o cansaço.

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante/responsável legal: _____

Página 1 de 4

Em se tratando dos riscos relacionados a violação de sigilo e confidencialidade, o risco de que informações pessoais possam ser expostas inadvertidamente é uma preocupação. Contudo, para proteger a privacidade dos participantes, todas as aplicações dos questionários serão realizadas em locais privados, evitando a presença de terceiros e garantindo que as respostas não sejam ouvidas por outras pessoas. Os dados coletados e respostas de questionários em papel serão anonimizados, não contendo identificação nominal e serão manuseados apenas pelo pesquisador responsável. Após transferidos para meio digital os dados serão armazenados em

dispositivos seguros e protegidos por senha com backup apenas local, não contará com salvamento em nuvem.

Benefícios: A realização deste estudo proporciona benefícios tanto diretos, como indiretos que podem impactar positivamente tanto a comunidade da REDES do Tupé quanto o avanço acadêmico no campo da organização e governança das comunidades tradicionais ribeirinhas. Quanto os benefícios diretos para a comunidade, podemos citar sobre o avanço ao fornecer informações detalhadas sobre a percepção de qualidade de vida, gerando dados que podem subsidiar ações da própria comunidade para fortalecer sua governança e qualidade de vida. Além disso, ao reconhecer e valorizar a cultura e as práticas locais de gestão e organização, a pesquisa apoia a identidade comunitária e contribui para a conscientização sobre as necessidades e demandas específicas da população local.

Sobre os benefícios indiretos, o enfoque maior é para a gestão e políticas públicas, onde os dados gerados têm o potencial de apoiar a formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida em comunidades ribeirinhas. Os resultados poderão orientar a criação de políticas de preservação e manejo sustentável que promovam uma governança inclusiva e eficaz. O desenvolvimento de estratégias de gestão participativa que englobem a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável é tema valioso no contexto das UC's, assim podemos proporcionar uma discussão que subsidiar valiosos insights para tomada de decisão em políticas em vários níveis.

Liberdade de recusar ou retirar o consentimento: A permissão para participar do estudo é voluntária. Fica claro que você ou seu representante legal, pode a qualquer momento retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar desta pesquisa e ciente de que todas as informações prestadas tornar-se-ão confidenciais e guardadas por força de sigilo profissional. Este documento assegura a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade do participante da pesquisa durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica (Item IV.3.e, da Resolução CNS nº.466 de 2012).

Acompanhamento e assistência: Você tem o direito à assistência integral e gratuita devido a danos diretos e indiretos, imediatos e tardios, pelo tempo que for necessário em decorrência da sua participação nesta pesquisa. Lembramos ainda que você será acompanhado(a) por um profissional formado e capacitado durante o estudo. (Resolução CNS nº. 446 de 2012).

Acesso aos resultados: Os resultados obtidos com este estudo deverão ser publicados, independentemente dos resultados encontrados; contudo, sem que haja identificação dos indivíduos que prestaram sua contribuição como participantes da pesquisa, respeitando, assim, a privacidade dos participantes conforme rege as normas éticas.

Sigilo e privacidade: Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado. A pesquisadora se compromete com a garantia do sigilo em relação às suas respostas, as quais serão tidas como confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos, cabendo a pesquisadora, responsabilidade pelo armazenamento adequado de todos os dados coletados na pesquisa, bem como garantia do sigilo e da confidencialidade das suas informações; Será garantida, ainda, a não identificação nominal no banco de dados, a fim de garantir o seu anonimato; Uma vez concluída a coleta de dados, será feito a tabulação de todos os dados coletados, garantindo o anonimato dos participantes e confidencialidade das informações, para um dispositivo eletrônico local não mantendo todo e qualquer registro de qualquer plataforma, ambiente compartilhado ou “nuvem”.

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante/responsável legal: _____

Página 2 de 4

Ressarcimento e Indenização: Os participantes estarão dispensados de qualquer despesa ou ressarcimento decorrente deste projeto de pesquisa, mantendo-se o direito a pedir indenizações e cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante. Além disso é assegurado o seu direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário

Tratamento dos dados: Esta pesquisa prevê o armazenamento dos dados coletados em repositório de dados com o objetivo de possível reutilização, verificação. Sua identidade não será revelada nesses dados, pois os dados só serão armazenados de forma anônima (isto é, os dados não terão identificação), utilizando mecanismos que impeçam a possibilidade de associação, direta ou indireta com você. Sendo assim, não haverá possibilidade de reversão da anonimização.

Contato: Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador Moisés Correa Lopes, Escola superior de Ciências da Saúde -UEA, Avenida Carvalho Leal, 1777, Bairro Cachoeirinha. Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva, 1º andar prédio administrativo, tel: (97) 984001030, e-mail: mcl.msc24@uea.edu.br. Em caso de

denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP /UEA) – Comitê de Ética da Universidade do Estado do Amazonas. Av. Carvalho Leal, 1777, Cachoeirinha. Manaus, Amazonas. Tel.: (92) 99225-6612. E-mail: cep@uea.edu.br . Horário de funcionamento - 8:00 às 14:00 de segunda a sexta-feira, para esclarecer dúvidas antes, durante e depois do projeto.

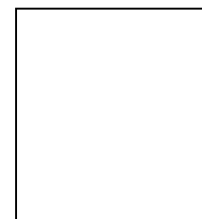
O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) se localiza na Avenida Carvalho Leal, 1777 - Cachoeirinha, Manaus/AM, Cep: 69065-001; telefone (92) 3878-4368, e-mail: cep.uea@gmail.com, com horário de funcionamento das 8:00 às 14:00 de segunda a sexta-feira.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do(a) participante da pesquisa:



Data: ____ / ____ / ____.

Digital quando não alfabetizado.

(Assinatura do participante da pesquisa ou nome)

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante/responsável legal:

Página 3 de 4

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa/responsável legal. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

Data: ____/____/____.

(Assinatura do pesquisador)

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante/responsável legal:

Página **4 de 4**

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada

Identificação do Participante

1. Código Morador: (para uso interno)
2. Função na comunidade:
3. Tempo de residência na comunidade:

Seção 1: Atores na Governança

Quais são as principais organizações, grupos ou pessoas que participam das decisões na comunidade? Poderia descrever os papéis de cada um, inclusive o seu?

Quem são os líderes formais (ex.: presidentes, vice-presidentes)?

Há lideranças informais? Quem são?

Há pessoas ou grupos que têm mais influência? Por quê?

Todos os moradores têm a mesma oportunidade de participar das decisões?

Seção 2: Relações entre os Atores

Como as organizações, grupos e pessoas mencionadas se relacionam e se comunicam para tomar decisões? A comunidade é envolvida nesses momentos?

Há reuniões regulares?

Os processos de decisão são colaborativos ou há conflitos?

Há consultas ou debates abertos?

Seção 3: Pontos Nodais (Espaços de Decisão)

Onde são tomadas as decisões mais importantes da comunidade? (Por exemplo: em reuniões na escola, igreja, centro comunitário, casa do líder comunitário ou outras)

Quem costuma participar dessas decisões?

barreiras que dificultam a participação de todos?

Seção 4: Avaliação Geral da Governança

Como você avalia o processo de tomada de decisão na comunidade, incluindo seus pontos fortes e fracos e o que torna a governança mais eficiente ou desafiadora?

Quais são os pontos fortes e fracos?

Seção 5: Encerramento

Gostaria de compartilhar algo mais que considere importante sobre como a comunidade é organizada e toma decisões?

APÊNDICE D – Roteiro para observação de campo nas reuniões do conselho local

1. Informações Gerais sobre a Reunião

Data:

Horário de início:

término:

Local:

Tipo de reunião: Ordinária / Extraordinária / Outra (especificar)

Número de participantes presentes:

2. Estrutura da Reunião e Organização

2.1. Início da Reunião

Quem iniciou/mediou a reunião?

Qual foi a dinâmica de abertura (e.g., apresentação da pauta, saudação inicial)?

2.2. Pauta

Quais foram os principais tópicos discutidos?

3. Interações entre os Atores

3.1. Dinâmica de Participação

Quais atores tiveram maior protagonismo nas discussões?

Algum ator foi excluído ou teve sua fala interrompida?

Quais grupos estavam representados (ex.: moradores, lideranças formais, membros externos como ONGs ou órgãos públicos)?

3.2. Tomada de Decisão e Colaborações (redes, interações)

Como as decisões foram tomadas (votação, consenso)?

Houve menção a outros níveis de governança (municipal, estadual, federal, terceiro setor, capital privado)?

Identificaram-se parcerias ou colaborações específicas entre os atores?

4. Espaços de Decisão (Pontos Modais)

Quais foram os principais momentos de decisão durante a reunião?

Quem liderou essas decisões?

A disposição do espaço físico favoreceu a interação entre os presentes?

5. Observações Adicionais

Aspectos culturais ou contextuais relevantes observados durante a reunião.

Quais *insights* foram obtidos sobre os atores, relações entre eles e os espaços de decisão?

APÊNDICE E – Condição socioeconômica familiar**Código Domicílio:** _____ (para uso interno)**Código Morador responsável:** _____ (para uso interno)

Data: _____

Data de nascimento: _____ / _____ / _____

Sexo de nascimento: _____

Distrito: _____

Nascido na comunidade: ☐ sim ☐ não

Em caso negativo, reside na comunidade há quanto tempo? _____

1. Número de pessoas que residem no domicílio: _____**2. Renda bruta mensal familiar:**

R\$ _____ () salários mínimos

2.1 Recebe auxílio do governo?

☐ sim ☐ não

2.2.1 Tipo de auxílio:

☐ Bolsa família / Auxílio Brasil☐ Benefício de prestação continuada (BPC)☐ Outros _____**3. Escolaridade:**

Cod. Morador	Relação de parentesco	Sabe ler e escrever	Última série/ano concluídos	Nível de Escolaridade
1	Morador responsável			
2				
3				
4				

5				
6				
7				
8				
9				
10				

4. Habitação e infraestrutura:

4.1 Situação do domicílio:

- ☐ Própria já paga ☐ Própria ainda pagando ☐ alugada ☐ cedida
☐ outros _____

4.2 Material predominante nas paredes externas:

- ☐ Alvenaria ☐ Madeira ☐ Taipa sem revestimento
☐ Outros _____

4.3 Material predominante na cobertura:

- ☐ Telha sem laje de concreto ☐ Telha com laje de concreto
☐ Somente laje ☐ Madeira
☐ Zinco, alumínio ou chapa metálica
☐ Outros _____

4.4 Principal forma de abastecimento de água utilizada neste domicílio.

- 1 ☐ Rede geral 2 ☐ Poço profundo / artesiano
 3 ☐ Poço raso / Freático / Cacimba / Fonte / Nascente 4 ☐ água da chuva armazenada
 5 ☐ Outra Forma _____

4.4.1 água consumida para beber neste domicílio.

- 1 ☐ Filtrada 2 ☐ Fervida 3 ☐ Tratada com cloro (Hipoclorito)
 4 ☐ Tratada de outra forma no domicílio 5 ☐ Mineral Industrializa.
 6 ☐ Sem tratamento no domicílio.

ANEXO A – Termo de compromisso e autorização para a realização de pesquisa / SEMMAS



Secretaria Municipal



Prefeitura de

Manaus

Endereço: Rua Rubídio, Nº288, Vila da Prata, Cep: 69030-530
 Telefone: (92) 3236-7060

PROGRAMA DE CONHECIMENTO

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA
 Nº02/2025 – SEMMASCLIMA

1. DADOS DO REQUERENTE

Discente responsável: Moisés Corrêa Lopes		Cidade: Manaus
CPF: 005.373.852-74		RG: 22865462
DDD/Telefone: (97) 98128-0056		E-mail: mcl.msc24@uea.edu.br
Orientador responsável: Profa. Dra. Ângela Xavier Monteiro		Instituição: UEA - Universidade do Estado do Amazonas
Curso/Programa: Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva	Contato: (92) 98174-1064	E-mail: ppgsc@uea.edu.br axmonteiro@uea.edu.br
Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777 - Cachoeirinha, Manaus - AM, 69065-000		

2. DADOS DA SECRETARIA

Nome: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Mudança do Clima - SEMMAS	Fone: (92) 3236-6070
Sector Responsável: Departamento de Mudanças Climáticas e Áreas Protegidas - DMCAP	Fone: (92) 3236-7420

3. DESCRIÇÃO DA PESQUISA

TÍTULO: GOVERNANÇA E QUALIDADE DE VIDA EM UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ- AM.

IDENTIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS:

Objetivo Geral: Analisar a governança e a inter-relação com qualidade de vida de moradores da comunidade ribeirinha Agrovila Amazonino Mendes da REDES do Tupé, Manaus/AM.

Objetivos Específicos:

- a) Conhecer os atores e os espaços de decisão na governança na comunidade ribeirinha;
- b) Mensurar as condições socioeconômicas e os domínios da qualidade de vida dos residentes da comunidade;

**Semmas
Clima**

Secretaria Municipal



Prefeitura de

Manaus

Endereço: Rua Rubídio, Nº288, Vila da Prata, Cep: 69030-530
Telefone: (92) 3236-7060

c) Compreender a relação dos atores e espaços de decisão com a qualidade de vida.

4. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO TERMO

O cronograma de atividades encontra-se na última página desse documento.

5. CONDICIONANTES

- O docente responsável deverá ter ciência e dar cumprimento no Protocolo e na Resolução nº 002/2002 – COMDEMA (Regimento de Uso das Unidades de Conservação Municipais);
- Os responsáveis pela pesquisa deverão arcar com os materiais e demais recursos que se fizerem necessários à execução da pesquisa;
- Em caso de coleta, informar a quantidade e natureza do material, a metodologia de coleta e/ou captura, bem como à instituição onde o material coletado será depositado (para pesquisadores devidamente licenciados pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO);
- Esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado para o Programa de Conhecimento (programadeconhecimento@pmm.am.gov.br) no prazo de até 30 dias antes da data do aniversário da emissão.
- Ao final da pesquisa o responsável deve apresentar a SEMMASCLIMA relatório descritivo e em PDF contendo registros fotográficos e textuais das atividades realizadas, bem como resultados alcançados para apreciação do Conselho da Unidade em reunião ordinária do referido Conselho;
- Os resultados da pesquisa deverão estar à disposição desta SEMMASCLIMA;
- Esta autorização não dispensa a apresentação de outros documentos solicitados a *posteriori*.

6. CONSIDERAÇÕES

Semmas Clima

Secretaria Municipal



Prefeitura de

Manaus

Endereço: Rua Rubídio, Nº288, Vila da Prata, Cep: 69030-530
Telefone: (92) 3236-7060

A governança tornou-se um conceito amplamente debatido nas últimas décadas, especialmente no contexto de mudanças estruturais na administração pública e nas relações entre governos, setor privado e sociedade civil. Governança, em termos teóricos, refere-se ao processo de governar, abrangendo não apenas as ações dos governos em relação aos seus cidadãos, mas também as práticas de corporações/instituições/organizações com seus membros. Esse processo não necessita ser conduzido por um conjunto hierarquicamente organizado de atores. Não obstante, mercados e redes de atores também podem produzir coordenação e tomar decisões. Assim, a governança foca nos processos de governo, independentemente do contexto em que ocorram.

A saúde coletiva, enquanto campo de conhecimento interdisciplinar, abre múltiplas possibilidades para investigar os fatores que influenciam a saúde e o bem-estar das pessoas. Esse arcabouço teórico e metodológico torna-se relevante para estudos em espaços/territórios de múltiplos contextos, como os ricos em diversidades e iniquidades, como na Amazônia brasileira. Tornando-se um campo de estudo para compreender uma ampla gama de assuntos. Assim sendo, nesse estudo o foco recairá sobre os temas da auto-organização e a governança de comunidades tradicionais ribeirinhas em unidades de conservação na Amazônia, assim como relacionar isso com a qualidade de vida de seus moradores. Este estudo se justifica pela relevância de investigar como os processos de governança comunitária impactam a qualidade de vida em comunidades ribeirinhas localizadas em UC's. Nesses cenários a governança comunitária emerge como uma ferramenta para integrar os interesses locais dos residentes na comunidade às políticas públicas e às necessidades de conservação ambiental, especialmente em áreas de alta vulnerabilidade socioeconômica e de grande prestígio ambiental, como a Amazônia brasileira.

7. AUTORIZAÇÃO

Fica autorizado a pesquisa: **"Governança e qualidade de vida em uma comunidade ribeirinha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé- AM"**, conforme solicitação do pesquisador responsável.

Este documento tem validade para o período de **01 (hum) ano** a contar da data da assinatura deste **Termo**, prorrogável por igual período.

Manaus, 16 de abril de 2025.

PAULO ROBERTO DE FARIAS PINTO
Diretor do Departamento de Mudanças
Climáticas e Áreas Protegidas
DMCAP/SEMMASCLIMA

Marco Antonio Vaz de Lima
Gestor da Reserva de Desenvolvimento
Sustentável (RDS) do Tupé
DMCAP/SEMMAS

Documento assinado digitalmente
MOISES CORREA LOPES
Data: 23/04/2025 12:10:40-0300
Verifique em <https://validar.jti.gov.br>

Moisés Corrêa Lopes
Responsável pela pesquisa

ANEXO B – Anuência associação comunitária**AUTORIZAÇÃO**

Manaus, 03 de maio de 2025

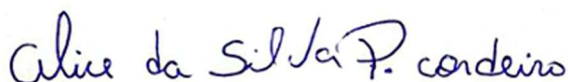
Prezados senhores,

Autorizamos o discente Moises Correa Lopes, do Programa de Pos-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) da Escola Superior de Ciências da Saúde - ESA da Universidade do Estado do Amazonas-UEA, orientado pela Profa. Dra. Angela Xavier Monteiro, e-mail: axmonteiro@uea.edu.br, para realização da pesquisa intitulada **Governança e qualidade de vida em uma comunidade ribeirinha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé- AM** a ser conduzida na Comunidade Agrovila Amazonino Mendes.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

CNPJ: 08.308.045/0001-96
ASSOC. C.A.A. MENDES
ALICE DA SILVA P. CORDEIRO
PRESIDENTE



Presidente da Associação de Moradores da Comunidade

ANEXO C – Parecer consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAZONAS - UEA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Governança e qualidade de vida em uma comunidade ribeirinha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé- AM

Pesquisador: MOISES CORREA LOPES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 89246425.1.0000.5016

Instituição Proponente: Universidade do Estado do Amazonas-UEA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.623.490

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: Governança e qualidade de vida em uma comunidade ribeirinha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé- AM

Pesquisador Responsável: MOISES CORREA LOPES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 89246425.1.0000.5016

Submetido em: 10/05/2025

Instituição Proponente: Universidade do Estado do Amazonas-UEA

Situação da Versão do Projeto: Em relatoria

Localização atual da Versão do Projeto: Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Desenho: Adotou-se um estudo transversal de abordagem mista, qualitativo e quantitativo, de natureza observacional descritiva. A abordagem quali quantitativa foi selecionada por permitir uma compreensão mais holística e aprofundada dos fenômenos sociais complexos presentes nas comunidades rurais ribeirinhas, possibilitando obter interpretações precisas e/ou mais completas sobre os objetos da pesquisa (Oliveira; Magalhães; Misue Matsuda, 2018; Rossman;

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: Cachoeirinha

CEP: 69.065-001

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)99225-6612

Fax: (92)99225-6612

E-mail: cep@uea.edu.br

**UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAZONAS - UEA**



Continuação do Parecer: 7.623.490

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2553502.pdf	10/05/2025 00:57:29		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_uea_quali.pdf	10/05/2025 00:51:37	MOISES CORREA LOPES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_UEA_quanti.pdf	10/05/2025 00:48:33	MOISES CORREA LOPES	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista_semiestruturada.pdf	10/05/2025 00:45:40	MOISES CORREA LOPES	Aceito
Outros	Roteiro_observacao_campo.pdf	10/05/2025 00:44:26	MOISES CORREA LOPES	Aceito
Outros	Questionario_socioeconomico.pdf	10/05/2025 00:42:34	MOISES CORREA LOPES	Aceito
Outros	Questionario_WHOQOL_bref.pdf	10/05/2025 00:41:49	MOISES CORREA LOPES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Qualificacao_dissertacao_ppgsc_V5.pdf	10/05/2025 00:37:22	MOISES CORREA LOPES	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto_cep.pdf	10/05/2025 00:35:23	MOISES CORREA LOPES	Aceito
Outros	declaracao_Anuencia_Associacao_com_unidade.pdf	07/05/2025 12:34:20	MOISES CORREA LOPES	Aceito
Outros	Termo_anuencia_semmas.pdf	07/05/2025 12:33:50	MOISES CORREA LOPES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 06 de Junho de 2025

Assinado por:
ELIELZA GUERREIRO MENEZES
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: Cachoeirinha

CEP: 69.065-001

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)99225-6612

Fax: (92)99225-6612

E-mail: cep@uea.edu.br

ANEXO D – Questionário WHOQOL - BREF

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Código Domicílio: _____ (para uso interno)

Código Morador: _____ (para uso interno)

Data: _____

WHOQOL – ABREVIADO

Questionário de qualidade de vida

Instruções

Este questionário é sobre como você se sente a respeito de sua qualidade de vida, saúde e outras áreas de sua vida. **Por favor, responda a todas as questões.** Se você não tem certeza sobre que resposta dar em uma questão, por favor, escolha entre as alternativas a que lhe parece mais apropriada. Esta, muitas vezes, poderá ser sua primeira escolha.

Por favor, tenha em mente seus valores, aspirações, prazeres e preocupações. Nós estamos perguntando o que você acha de sua vida, tomando como referência as **duas últimas semanas**. Por exemplo, pensando nas últimas duas semanas, uma questão poderia ser:

	nada	muito pouco	médio	muito	completamente
Você recebe dos outros o apoio	1	2	3	4	5

de que necessita?					
-------------------	--	--	--	--	--

Você deve circular o número que melhor corresponde ao quanto você recebe dos outros o apoio de que necessita nestas últimas duas semanas. Portanto, você deve circular o número 4 se você recebeu "muito" apoio como abaixo.

	nada	muito pouco	médio	muito	completamente
Você recebe dos outros o apoio de que necessita?	1	2	3	4	5

Você deve circular o número 1 se você não recebeu "nada" de apoio.

Por favor, leia cada questão, veja o que você acha e circule no número e lhe parece a melhor resposta.

		muito ruim	ruim	nem ruim nem boa	boa	muito boa
1	Como você avaliaria sua qualidade de vida?	1	2	3	4	5

		muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
2	Quão satisfeito(a) você está com a sua saúde?	1	2	3	4	5

As questões seguintes são sobre **o quanto** você tem sentido algumas coisas nas últimas duas semanas.

		nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	extremamente
3	Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?	1	2	3	4	5
4	O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?	1	2	3	4	5

5	O quanto você aproveita a vida?	1	2	3	4	5
6	Em que medida você acha que a sua vida tem sentido?	1	2	3	4	5
7	O quanto você consegue se concentrar?	1	2	3	4	5
8	Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?	1	2	3	4	5
9	Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?	1	2	3	4	5

As questões seguintes perguntam sobre **quão completamente** você tem sentido ou é capaz de fazer certas coisas nestas últimas duas semanas.

		nada	muito pouco	médio	muito	completamente
10	Você tem energia suficiente para seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
11	Você é capaz de aceitar sua aparência física?	1	2	3	4	5
12	Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?	1	2	3	4	5
13	Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
14	Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer?	1	2	3	4	5

As questões seguintes perguntam sobre **quão bem ou satisfeito** você se sentiu a respeito de vários aspectos de sua vida nas últimas duas semanas.

		muito ruim	ruim	nem ruim nem bom	bom	muito bom
15	Quão bem você é capaz de se locomover?	1	2	3	4	5

		muito insatisfeito	insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	muito satisfeito
16	Quão satisfeito(a) você está com o seu sono?	1	2	3	4	5
17	Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
18	Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade para o trabalho?	1	2	3	4	5

19	Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?	1	2	3	4	5
20	Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?	1	2	3	4	5
21	Quão satisfeito(a) você está com sua vida sexual?	1	2	3	4	5
22	Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de seus amigos?	1	2	3	4	5
23	Quão satisfeito(a) você está com as condições do local onde mora?	1	2	3	4	5
24	Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?	1	2	3	4	5
25	Quão satisfeito(a) você está com o seu meio de transporte?	1	2	3	4	5

As questões seguintes referem-se a **com que frequência** você sentiu ou experimentou certas coisas nas últimas duas semanas.

		nunca	algumas vezes	frequentemente	muito frequentemente	sempre
26	Com que frequência você tem sentimentos negativos tais como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?	1	2	3	4	5

Alguém lhe ajudou a preencher este questionário?.....

Quanto tempo você levou para preencher este questionário?.....